



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 14

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de junho de 2024

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 01 minutos.

Presidente: *Deputado Joaquim Machado (em substituição do Presidente Luis Garcia)*

Secretários: *Deputada Cecília Estácio (em substituição da Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça)*

SUMÁRIO

Iniciaram-se os trabalhos com o [Debate de urgência sobre “A situação operacional do Grupo SATA”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Fizeram uso da palavra os /as Srs./Sras. Deputados/as: Carlos Silva (*PS*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Simões (*PSD*),

Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Andreia Cardoso (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Ávila (*PS*) e ainda os/as Srs./Sras. Secretários/as Regionais do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*) e Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

De seguida iniciou-se o debate e votação da [Anteproposta de Lei n.º 2/XIII – “Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Fizeram uso da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: Olivéria Santos (*CH*), José Pacheco (*CH*), Luis Leal (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

A Anteproposta de Lei n.º 2/XIII foi aprovada por maioria na votação na generalidade e na votação final global.

Posteriormente deu-se o debate e votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Tiveram a palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), Olivéria Santos (*CH*), Francisco Gaspar (*PSD*), Marlene Damião (*PS*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), José Sousa (*CH*), Pedro Neves (*PAN*) e José Pacheco (*CH*).

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII foi rejeitado.

Iniciou-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 4/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortênsias dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Fizeram uso da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: José Sousa (*CH*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Ana Jorge (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Nuno Barata (*IL*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*).

O Projeto de Resolução n.º 4/XIII foi rejeitado.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, peço por favor ao Sr. Secretário, Sr. Deputado Lubélio Mendonça, o favor de fazer a chamada.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Partido Social Democrata (*PSD*)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José Joaquim Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes Leal

Luís Miguel Teixeira Raposo

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira Rodrigues

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luis Miguel Vieira Leal

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

CHEGA (*CH*)

Fernando **Dias**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (*BE*)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (*IL*)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (*PAN*)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário, estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum, declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

E posto isto, passamos ao primeiro ponto da agenda - **Debate de urgência sobre “A situação operacional do Grupo SATA”** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem estas matérias os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento. Os tempos foram definidos em conferência de líderes, conforme estipula o art.º 132.º do Regimento, e, estão assim distribuídos: Governo Regional, PSD e PS 25 minutos, CHEGA 15 minutos, CDS-PP 12 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, Bloco de Esquerda, IL e PAN 10 minutos.

Para dar início ao debate, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva, do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

As últimas semanas têm sido um autêntico calvário para os passageiros que realizam viagens na SATA Air Açores. Desde a incerteza sobre a realização ou não dos voos, passando pelos sucessivos adiamentos e longas horas de espera que se transformam em cancelamentos, sem esquecer as alterações dos horários dos voos para os dias seguintes, sem qualquer explicação e sem qualquer apoio.

Ainda assim, apesar deste caos operacional e ausência de liderança, os trabalhadores da SATA têm sido verdadeiramente incansáveis e de uma enorme resiliência, mantendo a “empresa à tona de água”, apesar de navegarem num barco sem mestre.

Se é verdade que qualquer companhia aérea está sujeita à incerteza resultante do próprio negócio, às condições climatéricas adversas, a acidentes ou até mesmo à chegada tardia de peças ou de aeronaves contratadas, hoje, como no passado, já não é aceitável que um grupo estratégico para a Região, com mais de oito décadas ao serviço e cerca de 1700 colaboradores, esteja sem Presidente do Conselho de Administração há mais de 70 dias.

E também não é normal, nem é aceitável, que o Presidente do Governo, enquanto representante máximo do acionista, 70 dias depois, ainda esteja e cito a “fazer contactos para encontrar um presidente para a SATA” e que, pasme-se, tenha afirmado que “não há qualquer pressa”, quando em abril prometeu ser breve.

Tais afirmações, conjugadas com a falta de solidariedade para com os passageiros afetados, são perigosas e reveladoras do desnorte e da ausência de liderança do Presidente do Governo, que ainda há bem pouco tempo autoelogiava-se como o “salvador da SATA”.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

O Orador: Não só não salvou a Sata Internacional, que, ao contrário da propaganda, continua a acumular prejuízos significativos, como também está a destruir a Sata Air Açores, quer ao nível financeiro, quer ao nível operacional.

Só nos últimos três anos, o Grupo SATA acumulou 130 milhões em prejuízos, o que representa um agravamento face à média anual dos anos da governação socialista e, igualmente relevante, um desvio significativo face ao estimado no Plano de Reestruturação.

Fica por isso evidente que a degradação dos resultados e da operação da SATA nunca foi tão grave e a demora na nomeação do novo conselho de administração é danosa para o futuro do grupo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quando o Grupo Parlamentar do PS/Açores anunciou a realização deste debate, a três de junho, já eram bem visíveis os enormes problemas sentidos nas ligações interilhas e o descalabro operacional vivido na companhia aérea.

Mas os dias seguintes, não só confirmaram as suspeitas, como expuseram toda a fragilidade da operação da SATA.

- Desde aeronaves paradas e em manutenção desde o ano passado;
- Aeronaves com manutenções programadas para a época alta;

- Aeronaves a funcionar durante semanas, com casas de banho avariadas;

Ou a utilização, em desespero, de um avião de longo curso, A320, com capacidade para cerca de 200 lugares, para a realização de ligações interilhas em voos de 18 minutos.

Enfim, um conjunto de peripécias e problemas operacionais que, no mínimo, exigem explicações e apuramento de responsabilidades.

E foi a própria empresa que, através do Administrador José Roque, o único elemento executivo que restou do anterior conselho de administração, que reconheceu os graves constrangimentos nas ligações, em conferência de imprensa e cito:

“Nós estamos a viver um momento ímpar na história da Sata, que foi hoje, que chegamos a ter cinco aeronaves paradas”.

Esta afirmação, por si só, já justificava este debate.

Estamos a falar de cinco aeronaves paradas por avaria ou manutenção num total de sete, ou seja, mais de 70% da frota da Sata Air Açores, repito, mais de 70% da frota estava inoperacional, em terra, no dia 4 de junho, em pleno início de época alta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi programado assim, como deve calcular!

O Orador: Imprevistos, como os relâmpagos, condições climáticas adversas ou avarias de última hora, são situações que já aconteceram no passado e que, apesar de afetarem o normal funcionamento da companhia aérea, são ainda assim compreensíveis.

Contudo, são necessárias explicações adicionais para o facto de existirem aeronaves paradas há meses por falta de peças ou por falta de manutenção, em plena época alta e sem se acautelar margem de manobra para responder aos imprevistos. São também necessárias explicações adicionais sobre o, suposto, plano de renovação de frota da SATA Air Açores, sobre o qual apenas tivemos

conhecimento, muito superficial, na última conferência de imprensa.

Há muito por esclarecer e divulgar.

Mas o descalabro operacional não se resume apenas à Sata Air Açores, ficamos ainda a saber que a SATA Internacional, em pleno processo de reestruturação, está a recorrer a vários ACMI's, alugueres de largos milhões de euros, que no passado eram amplamente criticados, para rotas e mercados não prioritários para a Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Ai é?! Quais são?!

O Orador: Afinal, quais os riscos envolvidos na abertura de novas rotas com recurso a ACMI's, entre a Madeira, Porto e América do Norte? De que forma estas rotas estão incluídas ou não na missão do Grupo SATA?

Será que o Plano de Reestruturação aprovado pela Comissão Europeia incluía estas operações?

E o Governo dos Açores autorizou ou não a abertura destas novas rotas?

São perguntas que exigem respostas da SATA e do Governo Regional dos Açores! No passado, durante a governação Socialista, perante qualquer problema na SATA surgiam vozes críticas, de vários quadrantes, a exigirem explicações e responsabilidades ao Governo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): E o que é que os senhores diziam?!

O Orador: Em muitas situações, mesmo perante problemas de menor dimensão, como alterações de rotas ou por falta de voos adicionais, surgiam até pedidos de demissão.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E bem!

O Orador: E agora, perante problemas tão graves que ameaçam o futuro da SATA, onde estão e o que dizem, aqueles que antes exigiam tudo?

Onde está, por exemplo, o então energético e líder do PPM, Paulo Estevão...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Está aqui!

O Orador: ... que, em 2017, em pleno mês de agosto, interpelava o Governo dos Açores sobre o “caos na transportadora aérea SATA”?

Dizia, Paulo Estevão, e cito que “a interpelação tem a ver com os voos cancelados, os atrasos permanentes que acontecem num grande conjunto de voos e a incapacidade de resposta da empresa que leva a subcontratação de aeronaves e a negócios ruinosos para a companhia”.

Onde está o então líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Isso era quando perdia eleições. Agora ganho!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):*

E o PS onde é que está?

O Orador: ... que em 2017 e 2018, dizia que o caos na gestão da SATA estava a prejudicar a economia e que a sustentabilidade da SATA estava “gravemente ameaçada”?

Deputado Pedro Pinto *(CDS/PP):* E é verdade. Veja agora o estado das coisas!

O Orador: Onde estão e o que dizem agora? A resposta é simples, estão no Governo, mas permanecem em silêncio! E nada dizem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, nós não estamos aqui para reescrever a história.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Pode ter a certeza!

O Orador: Pretendemos com este debate procurar respostas para os graves problemas da SATA e prestar contas aos açorianos sobre as soluções a encontrar.

O Governo Regional dos Açores, e em particular o seu Presidente, que aqui não está hoje, José Manuel Bolieiro, não pode continuar a esconder-se perante este

desnorte estratégico e caos operacional.

As sucessivas demissões de administradores, as decisões mal fundamentadas e os aparentes negócios ruinosos merecem ser debatidos e explicados.

E ao contrário do que foi dito na última semana pelo Sr. Presidente do Governo, é urgente encontrar e nomear um novo Conselho de Administração, já passaram setenta dias, é necessário dar estabilidade, recuperar a paz social entre os trabalhadores e assegure que o Grupo SATA continua a servir os Açores e os açorianos!

É esta a sua principal missão.

Porque todo este descalabro operacional prejudica, não apenas os passageiros, não apenas a SATA e os seus trabalhadores, mas toda a Região, pela limitação da mobilidade, pelo impacto negativo na notoriedade, e também pelo impacto económico e financeiro.

Não podemos perder mais tempo.

É preciso agir, é preciso decidir com transparência e recuperar a SATA! Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Secretária Regional dos Transportes, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Em primeiro lugar, quero desde já sublinhar que os extraordinários e súbitos constrangimentos que afetaram a SATA Air Açores já se encontram resolvidos.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ao dia de hoje, a situação está totalmente reposta, com total segurança e dando resposta às necessidades de todos os passageiros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A Sata Air Açores está a operar com sete aeronaves, exatamente o número de aeronaves equivalente ao que a empresa dispõe para a operação inter-ilhas.

Aliás, foi tudo resolvido em tempo recorde e de acordo com o programado e anunciado ...

Deputado José Ávila (PS): O problema foi a programação.

A Oradora: ... na conferencia de imprensa do Conselho de Administração.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mostrando assim a diligência e a capacidade de resposta da administração da SATA e a competência técnica de todos os seus trabalhadores.

Perante a indisponibilidade de mais de 50% da frota, na sua maioria por questões imprevistas e fortuitas, foram encontradas soluções imediatas e solidárias dentro do Grupo SATA, recorrendo à capacidade instalada e utilizando, também, aeronaves da Azores Airlines, e, porque não? É do grupo SATA, é um ato de boa gestão.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para assim acomodar em três voos mais passageiros do que em seis voos da SATA Air Açores.

A própria Azores Airlines também teve os seus constrangimentos e imprevistos, alguns deles totalmente alheios à própria empresa, mas também neste particular a situação encontra-se regularizada.

O dia 4 de junho foi o mais crítico e a SATA Air Açores chegou a ter 5 das 7 aeronaves indisponíveis, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Dá 70%!

A Oradora: ... cancelando voos e reorganizando toda a sua operação.

Porém, a equipa de manutenção cumpriu na íntegra o calendário a que se propôs:

Resolveu os problemas detetados nos dois Dash Q200, um no dia 4 ficou resolvido e o outro ficou resolvido no dia 5 de junho;

A 6 de junho, voltou à operação um dos três Dash Q400 aquele que foi atingido por um raio;

A 7 de junho, começou a operar o avião fretado à LUXWING, que se manterá nos Açores até meados de julho;

Ontem, ficou pronto para voo mais um Dash Q400 que estava em manutenção, totalizando sete aeronaves em operação, ou seja, o correspondente à frota integral da SATA Air Açores.

O último Dash Q400, que se encontra a fazer a manutenção prolongada e aliás uma manutenção pioneira a nível nacional, que é a manutenção das 40.000 aterragens, regressará à operação no início de julho, altura em que será dispensado o Dash Q 400 da LUXWING.

Foi, de facto, um trabalho notável de todo o pessoal da SATA, que recuperou os aviões, reacomodou os passageiros, reorganizou os voos e as escalas e desenvolveu todo um trabalho invisível, sem descanso, mesmo perante o desrespeito, a pressão

e o inqualificável ataque público e político à empresa e aos seus profissionais.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Já diz a sabedoria popular que a “pressa não é boa conselheira” e, em boa verdade, a inexplicável ansiedade para o agendamento deste debate de urgência e os irresponsáveis argumentos que o fundamentaram são sinónimo de um grande descabro, esse sim, no seio do maior partido da oposição.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Não é o apregoado descabro operacional da SATA, mas sim o descabro completo da atuação política do Partido Socialista, que não olha a meios para atingir os fins.

Voices dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não se compreende o aproveitamento político de que foi alvo uma difícil e imprevista situação operacional na SATA Air Açores, que é tão só um dos maiores, se não talvez o maior garante da nossa coesão territorial e social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Governo do PS deixou a SATA “ligada às máquinas” e, não satisfeito com isso, a pergunta que se impõe neste momento é se quer mesmo acabar com a SATA?

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Arruinaram a companhia com de mais de uma década de ingerências políticas nas várias administrações; resultados financeiros desastrosos; casos como o Cachalote; recomendações severas do Tribunal de Contas; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Bem lembrado!

A Oradora: ... e dois processos de privatização falhados, cujos desfechos até hoje são um mistério.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

A Oradora: Não podemos estar a denegrir sistematicamente a imagem de um dos nossos ativos mais preciosos, pilar da nossa Autonomia e instrumento fundamental para a nossa coesão e modo de vida.

O que a empresa mais precisa neste momento é de tranquilidade para operar, garantir a mobilidade das pessoas e sair do fosso financeiro em que os Srs. do PS a colocaram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Se algo ficou provado nesta última semana é, sem dúvida, o compromisso, o empenho e a dedicação exemplares da administração e de toda a equipa do Grupo SATA.

A todos os colaboradores do Grupo SATA deixo o nosso agradecimento, o nosso reconhecimento público pela celeridade, segurança e competência com que resolveram um conjunto de problemas operacionais graves e intempestivos, que vieram confirmaram, infelizmente a lei de Murphy.

Aliás, quero realçar que, hoje, a situação financeira e patrimonial do Grupo SATA é bem melhor do que aquela que herdámos no final de 2020 e é também bem melhor do que era em 2018, quando Vasco Cordeiro, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Onde é que ele está?

A Oradora: ... perante um resultado líquido negativo de 53 milhões de euros, assumia a necessidade de “elevar a SATA para outro patamar de sustentabilidade”. Nós é que estamos a consegui-lo, nós é que estamos a conseguir elevar a SATA para outro patamar de sustentabilidade, sem interferências na gestão, com um trajeto sólido e com uma clara tendência de melhoria de resultados e de imagem externa da qual a SATA se pode orgulhar.

Em 2023, o Grupo SATA transportou 2,4 milhões de passageiros, um crescimento de 41% face a 2019, 6.575 passageiros por dia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por sua vez, teve um crescimento de receitas em 2023 absolutamente recorde, mais 151 milhões de euros do que em 2019, representando 65% de aumento.

Depois de recuperar da devastação económica da pandemia e dos históricos resultados negativos de 2020 – 88 milhões euros negativos e um EBTDA de 30,3 milhões euros negativos – a SATA está há três anos consecutivos com EBIDTA positivo, tendo passado de 30,3 milhões negativos em 2019 para 30,9 milhões positivos em 2023.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: A última vez que a SATA teve um EBIDTA positivo foi em 2016, no tempo do Partido Socialista e a última vez que conseguiu obter um EBIDTA positivo em três anos consecutivos foi entre 2010 e 2012.

Deputado Carlos Silva (PS): Está um mar de rosas...

A Oradora: Entre 2013 e 2019, em apenas sete anos, o Grupo SATA teve prejuízos acumulados superiores a 245 milhões de euros ao qual temos que juntar 2020, perfazendo 333 milhões de euros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E agora?!

A Oradora: Não é em apenas três anos que se resolve uma situação que se degradou consecutivamente desde 2013, mas este Governo e a administração...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual Administração?!

A Oradora: ... estão amplamente motivados para continuar o trabalho que tem sido feito para tirar a SATA do fosso onde a colocaram até 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Há obviamente ainda um árduo caminho a percorrer, mas estamos determinados em prosseguir-lo com a administração da empresa, a dedicação dos trabalhadores, a colaboração dos parceiros da empresa e a preferência dos clientes. Quero, aliás, deixar como nota final que, na realidade, a operação da SATA Air Açores, apesar da aeronave que reforçou a sua frota em 2022, já sente a pressão da procura.

Isto é sintoma de um grande sucesso: o sucesso da operação da SATA, o sucesso do turismo e o sucesso da Tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sei que isto é difícil de ouvir por quem tem ciúme do sucesso, mas é uma realidade irrefutável.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Temos conseguido superar esta pressão da procura com voos adicionais, com alargamento de horários e com investimentos seletivos, mas certamente que o futuro passará por novas soluções e inovações, tendo sempre presente o cumprimento da nobre missão de salvar a SATA e servir bem os açorianos. Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Queira fundamentar, por favor.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sim Sr. Presidente, a Sra. Secretária, acusou o Partido Socialista de querer destruir a SATA, de fazer um ataque à SATA e aos seus trabalhadores, e, portanto, nós não podemos aceitar essas afirmações.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, percebo a sua intenção, mas, tenho que reconhecer que na sua intervenção fez as mesmas acusações ao Governo, e, portanto, não creio que isso seja matéria para um protesto.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Posso, Sr. Presidente?

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, eu gostava que na minha intervenção dissesse, onde é que eu disse que o Governo queria destruir a SATA e que atacava os trabalhadores.

Presidente: Não o disse nesses termos, mas substantivamente foi a mesma coisa.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Não, o Sr. Presidente acabou de dizer exatamente

isso, e, portanto, eu faço um pedido de protesto e justifiquei devidamente e o Sr. Presidente está a comentar as minhas intervenções.

Presidente: Não seja por isso, dou-lhe a palavra, faça favor, para um protesto.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Faço um protesto às declarações da Sra. Secretária Regional Berta Cabral, porque são lamentáveis as acusações que aqui veio fazer, dizer que o Partido Socialista quer atacar a SATA...

Deputado Flávio Soares (PSD): Não quer. Está a atacar!

O Orador: ... que veio aqui atacar os trabalhadores, que quer destruir a SATA é falso, em primeiro lugar e nós repudiamos totalmente essas afirmações.

Nós estamos aqui hoje, e, tal como referi na minha intervenção, com o objetivo de procurar respostas para os problemas que a SATA enfrenta hoje e também para garantir que ela continua no futuro e que garanta os postos de trabalho dos trabalhadores, é exatamente o contrário do que referiu.

Seria muito fácil para o Partido Socialista citar as vezes que Membros do Governo atuais no passado criticavam tudo o que era feito na SATA, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: ... queriam destruir a SATA, queriam privatizar a SATA Air Açores, mas nós não fizemos isso, viemos aqui debater os problemas que existem, que são reais, que são factuais e para os quais o Governo continua a ignorar e não dar resposta e esse é o principal problema.

E, depois da intervenção que a Sra. Secretária fez, as dúvidas permanecem e os problemas também permanecem, financeiros são reais em apenas 3 anos, o Grupo SATA acumulou 130 milhões de euros de prejuízo, uma média de 43 milhões por ano e superior àquilo que se registou no passado.

Isso significa que o Governo quer destruir a SATA? Não nós não dissemos isso,

mas os resultados são o que são, as dificuldades existem e quais são as respostas do Governo?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem

O Orador: Um Governo que está há 70 dias para encontrar uma administração, o que é que quer para a SATA?

E, portanto, termino este protesto repudiando uma vez mais as acusações que foram feitas, são falsas e a nossa postura aqui como hoje, como no passado, é exatamente garantir que a SATA continua a servir os Açores e os açorianos. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado. Para o contraprotesto tem a palavra a Sra. Secretária Regional de Transportes, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Silva, as declarações do Partido Socialista são públicas, as declarações do Partido Socialista são de facto, feitas para denegrir a atuação da SATA dos trabalhadores da SATA e do seu esforço para recuperar de uma situação inusitada, intempestiva, que todos colaboraram...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto é uma coisa inacreditável!

A Oradora: ... para ser resolvida no mais rápido que tempo possível.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem

A Oradora: Quem não colaborou efetivamente foi o Partido Socialista, que tentou imediatamente naquela lógica da “terra queimada”, naquela lógica da oposição de “terra queimada”, quanto pior, melhor, vamos atacar porque há ali um bocadinho

de sangue e é ali que nós vamos bicar, essa foi a sua atitude, essa foi a atitude do Partido Socialista...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... numa altura em que, o que a SATA precisava era de conforto de tranquilidade, de motivação, de mobilização para resolver os problemas.

Quem é que deu isso à SATA? O Governo, o Governo é que deu tranquilidade à SATA, o Governo é que resolveu os problemas, dando-lhes as capacidades para ultrapassar a situação, não foi o Partido Socialista, o Partido Socialista atacou e é público.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é um argumentário primário e básico!

A Oradora: Quanto à questão de querer acabar com a SATA, Sr. Deputado Carlos Silva tem uma audição seletiva, eu vou ler o parágrafo: “o Governo do PS deixou a SATA ligada às máquinas” ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não foi só esse parágrafo. Leia o outro! A senhora tem um problema de memória seletiva.

A Oradora: ... é verdade! E não satisfeito com isso, “...a pergunta que se impõe é se quer mesmo acabar de vez com a SATA”. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão abertas as inscrições.

Aliás, há 5 Srs. Deputados que já se anteciparam e nesta conformidade dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Simões, do PSD.

Eu peço desculpa se eventualmente não acertei, mas eu tenho aqui registado Sr. Deputado Paulo Simões, Sr. Deputado José Pacheco, Sr. Deputado António Lima, Sr. Deputado Nuno Barata, Sr. Deputado Carlos Silva.

Mas, Sr. Deputado, eu peço desculpa se porventura cometi esse lapso e com a anuência também do Sr. Deputado Paulo Simões, dou-lhe a palavra, mas é a ordem do registo que eu fiz pelos sinais que me fizeram, porque, aliás, só exatamente neste momento é que se abrem as inscrições para o debate.

Mas com antecipação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, eu sou uma pessoa atenta eu não tenho é visão, porque Deus aqui não quer que eu tenha muita visão, mas eu consigo ver até mais do que as outras pessoas.

Bom eu quando olhei para agenda, encontrava-me no Pico, e, quando percebi o debate de urgência sobre a SATA, eu disse não! Sobre a SATA? Não! Isso é o debate da “mea culpa”. O PS é que é o maior coveiro da SATA durante anos e nós vimos isso na Comissão de Inquérito...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Na Comissão de Inquérito onde o senhor não pôs lá os pés?!

O Orador: ... durante anos, afundou a SATA, pôs lá os seus amigos, pôs os políticos a decidir rotas, fez isso tudo, qual é a parte que não perceberam? Eu tenho memória, os açorianos têm memória, nós todos conhecemos o Cachalote que era horrível, ...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... até mau gosto têm, para pintar o avião verde, nem para pintar o avião prestam, até isso.

40 milhões de euros, o Liceu esteve lá a semana passada, o Sr. Presidente conhece bem e estivemos nessa luta, precisa de ser requalificado, Sra. Secretária, 40 milhões que não foi usado no Liceu, na Escola de Rabo de Peixe? Não foi usado na Escola de Rabo de Peixe, o Topo e uma série de outras, os portos, as gruas, 40 milhões que roubaram aos açorianos, enfiaram na SATA para servir as clientelas socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Há dúvidas? Eu não tenho! Eu gostava de enaltecer, porque fui vítima desses atrasos, estava no Pico, fiquei 5 horas...

Deputado José Ávila (PS): Teve sorte!

O Orador: ... de perna cruzadinha ali à espera, no lado de fora que o ar condicionado ainda não funciona, Sr. Secretário, e, esperei, esperei porque percebi, porque é que esperei 5 horas, eu percebi que alguém geriu tão mal a SATA, mas tão mal a SATA, não temos aeronaves, as aeronaves estão a ficar cansadas, temos até em alguns casos falta de gente, mas as pessoas mais importantes no meio disso tudo, ouçam para depois não dizerem que eu digo o que eu não digo, as pessoas mais importantes nisso foram os trabalhadores da SATA, incansáveis, fora de horas, via-se o cansaço das pessoas e eu sou daqueles que reclama de tudo e por nada, mas naquele dia percebi que havia um esforço adicional.

Eu aqui ouvi o 320, o facto de se usar, qual é a dúvida? Qual é a dúvida? Que se use é mais! Eu fiquei espantado foi com o voo para Milão.

Deputado José Ávila (PS): E o Porto/Estados Unidos?

O Orador: Para Milão é que eu fiquei espantado, quando eu estava ali de perna cruzada e outros tais, o voo para Milão é que não faz falta nenhuma a ninguém, nem aos italianos, porque Sra. Secretária, o voo para Milão, a gente tem que

perceber quanto é que custou e qual é o retorno, porque os Srs. estão a cometer os erros que aqueles Srs. cometeram.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito pior!

O Orador: E eu não tenho a menor dúvida disto, estas rotas para a diáspora etc., estão-nos a sair do lombo, da algibeirinha nesse caso, estão-nos a sair. Agora, a verdade é que a missão da SATA, da SATA Air Açores, da nossa “Satinha”, da nossa SATA pequenina, é a mobilidade dos açorianos ainda hoje de manhã conversava com o meu recente colega sobre isto que é, isto até tem contribuído para se acabar com o bairrismo, tem contribuído para pessoas que não conheciam as nossas ilhas passaram a conhecer, está tudo muito bem. O Governo está a fazer tudo bem? Não, não está! Mas também tenho que ser sério e a verdade é que neste momento nós estamos a pagar a fatura dos erros daqueles Srs....

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Claro. Isso vai ser a desculpa até 2099!

O Orador: ... os erros graves daqueles Srs., e, não venham esconder debaixo do tapete, não venham, não venham! Porque não resulta! Os Srs. foram os coveiros da SATA, deviam estar a bater no peito três vezes e dizer, minha culpa, minha culpa, minha culpa, porque os Srs. é que foram. A privatização, eu tenho memória, a liberalização do espaço aéreo, não, não, não, os socialistas não queriam, hoje eles defendem a liberalização desde pequeninos, desde que nasceram, ...

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ... isso é tudo mentira, isso é o Pacheco que é um mau língua. Privatização da SATA, querem matar a nossa SATA, querem matar, não, não, até a privatização é algo positivo, hei Srs., ou os Srs. têm um discurso ou então são cataventos, não são outra coisa, o povo diz uma coisa os Srs. vão atrás, o povo diz outra vocês vão atrás, tenham a coragem que o CHEGA tem, quando diz uma coisa

por muito má que ela apareça, nunca levantamos o pé do chão, é assim que nós somos, é assim que seremos e é bom que aprendam connosco, bom, mas eu não vou dar aulas a eles que eles são péssimos alunos.

Sra. Secretária, há muito para falar da SATA, mas “mea culpa” eu não sou padre nem vou confessar o PS. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Pacheco. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Paulo Simões, do Grupo Parlamentar do PSD.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Este assunto é de facto, demasiado sério para ser tomado de ânimo leve.

Duas notas prévias nesta intervenção, primeiro para elogiar o trabalho tremendo, extraordinário de todos os funcionários do grupo SATA, que fizeram de tudo para que a operação fosse reposta com a máxima prioridade e tentaram amenizar os inconvenientes para todos e conseguiram-no.

Uma segunda nota para lamentar ausência de Vasco Cordeiro deste debate...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E a do Presidente do Governo?!

O Orador: ... ele que é o principal responsável pelo estado calamitoso em que está a SATA.

E vamos falar de atrasos e de avarias, ninguém queria nem ninguém controla as avarias dos aviões, tal como em 2017 ninguém controlou as avarias de três aeronaves na gestão de Paulo Menezes, um CEO que viria a fechar o ano com 41 milhões de euros de prejuízos do Grupo SATA, esses três aviões impediram centenas de passageiros de voar, foram centenas de passageiros que ficaram em

terra, isto para dizer que ninguém controla....

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Ah, mas antes controlava!

O Orador: ... as avarias e os incidentes dos aviões haja ou não haja CEO, haja ou não haja administrações mais ou menos numerosas.

Segunda questão, Sr. Deputado Carlos Silva, eu não quero ofendê-lo, sei que disse a dada altura que este Governo não só não salvou a SATA Internacional e permita-me, se não o estiver a citar corretamente, mas não vou fazer o que me fizeram no último Plenário que foi de colocar palavras que eu não disse na minha boca...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, eu creio que disse qualquer coisa como estaria a afundar a SATA Air Açores, a prejudicar a SATA Air Açores, eu não sei qual foi a expressão exata, mas deixe-me dizer-lhe, é preciso recuar apenas pouco tempo, até 2019, para encontrar dificuldades financeiras sérias no grupo SATA, com salários em atraso nos meses de junho e de setembro, a SATA não tinha tesouraria para pagar salários, teve que fracionar salários, teve que pagar a prestações aos trabalhadores do grupo SATA, esta é que é a verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E mais, o descalabro da SATA começa a partir de 2013 e temos aqui em 2014 ainda era CEO António Gomes de Menezes que viria a fechar o ano com quase 35 milhões de euros de prejuízos, nessa altura, a Deputada Marta Couto dizia assim: “um ano de maus resultados não faz o historial de uma empresa”, verdade não faz, e, quase uma década de maus resultados faz o quê? Faz o buraco e a falência técnica em que deixaram a SATA, esta é a questão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E depois diz isto, os resultados do grupo SATA referentes a 2013, foram causados por motivos com os quais a empresa não poderia contar e que não eram previsíveis, um discurso que se repete ano após ano durante o vosso consulado de governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E digo mais em relação ao CEO, sim, a SATA está à procura de um CEO, mas vale ter prudência e cautela.

Deputado José Ávila (PS): E a Dra. Teresa, porque é que saiu?!

O Orador: Para não acontecer coisas como estas, Gomes de Menezes que foi CEO entre 2007 e 2014, e, teve um longo consulado, demitiu-se devido a constantes interferências do Secretário Regional da tutela, Vítor Fraga, na sua gestão, ponto 1.

Ponto 2. Veio o Luís Parreirão, o Luís Parreirão esteve aqui a fazer um estágio de 1 ano e enterrou 42 milhões de euros da SATA no Cachalote.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A seguir segue-se Paulo Menezes, que teve cerca de 3 anos, Paulo Menezes também não saiu de boas relações com o Governo Regional.

Mais, António Luís Teixeira esteve também um ano e pouco, durações curtas, António Luís Teixeira demitiu-se por atrasos na implementação de medidas de reestruturação, não se deu bem com a governação também.

E depois veio o Luís Rodrigues, sim, estava a fazer um bom trabalho, mas depois veio o António Costa que o levou para a TAP e ficámos com o que ficamos.

E, portanto, se recuarmos um bocadinho mais no tempo, há aqui um “trend” que é, a ingerência dos governos socialistas nas administrações da SATA, que levaram à

demissão de vários CEO's.

Vamos recuar mais um bocadinho, vamos recuar a Manuel António Cansado, Manuel António Cansado, que foi talvez o CEO de referência da SATA, ele sai alegando divergências com o Secretário Regional da Economia face a opções estratégicas, esta é a realidade meus Srs. Bom dia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima do BE.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nesta primeira intervenção, não posso deixar de saudar os trabalhadores do Grupo SATA pelo trabalho incansável que tiveram nos últimos dias para garantir que os constrangimentos existentes causassem o menor dos transtornos possíveis a muitos passageiros, mas também a muitos trabalhadores de várias empresas relacionadas com o setor, que também fizeram muito para minimizar os prejuízos e minimizar os constrangimentos a todos os passageiros.

A situação operacional do Grupo SATA nos últimos dias é de facto preocupante e não, não está resolvida e sinal disso é que continua um avião em aluguer a voar. Os problemas operacionais não se justificam apenas pelos imprevistos, revelam, acima de tudo, uma incapacidade para planear uma operação dimensionada à frota existente, à manutenção e renovação da frota e aos recursos humanos do grupo.

Esta situação ocorre acima de tudo, no período mais crítico da vida da SATA, em que decorre a implementação de um plano de reestruturação que tinha como grande objetivo, quem não se lembra, salvar a SATA, e, eis onde estamos.

Para além disso, a SATA não tem uma administração em plenas funções nomeada e esta situação é não só insustentável como é irresponsável. O plano de negócios

para o Grupo SATA em vigor tem como objetivo, um dos objetivos a privatização da SATA Internacional, mas ao mesmo tempo descurou o desenvolvimento da SATA Air Açores e há muito tempo que alertamos, o Bloco alerta para os resultados financeiros do Grupo SATA nos últimos anos, sim, também nos anos da governação da direita, do PSD, do CDS e do PPM.

E houve ao longo destes anos com a direita no governo também propaganda pouco séria, falta de transparência no que respeita às contas da SATA, divulgavam-se resultados incompletos através de comunicados de imprensa, sem divulgar ao mesmo tempo as contas do Grupo e com isto enganava-se a opinião pública com uma falsa e perigosa narrativa, a de que o Governo Regional de direita estava mesmo a salvar a SATA.

E, na verdade, como se demonstra pela situação operacional e pelos resultados financeiros, está na verdade a enterrar a SATA.

Em 2023, por exemplo, a propaganda do Governo e da Administração dizia que as receitas da SATA subiam a olhos vistos escondeu que os prejuízos somaram 36 milhões de euros em 2023, no primeiro trimestre de 2024 já chegam aos 30 milhões de euros, imagine-se agora com esta situação.

Os problemas operacionais são um sintoma, um sintoma de um problema mais fundo nas empresas do Grupo, uma SATA Air Açores cada vez mais dependente os subsídios via as obrigações de serviço público, em 2023 já atingiram 52 milhões de euros, mais 11 do que no ano anterior, com resultados negativos, com necessidade urgente de renovação de frota e com falta de trabalhadores.

Uma SATA Internacional que continua com elevados prejuízos, mas que ainda assim continua, imagine-se, a abrir novas rotas, muitas delas sem qualquer interesse aparente para os Açores e ainda por cima com recurso ao aluguer de aeronaves com tripulação e manutenção, os chamados ACMI, e, quem não se lembra dos inúmeros debates nesta Casa em Comissão com toda a direita a criticar e tantas vezes com

razão, nós também o fizemos, o recurso a este tipo de operação com aeronaves alugadas.

E que interesse, Sra. Secretária, tem para os Açores rotas entre o Porto e os Estados Unidos? Que interesse tem para os Açores rotas entre a Madeira e os Estados Unidos? A SATA está em condições mesmo de embarcar nestas aventuras? Digam-nos lá, explique-nos que racional económico tem essas operações.

Recorrer ao aluguer de aviões com tripulação para várias rotas é um caminho que já foi feito no passado e todos sabemos que sim e sabemos quais são os resultados e eles são desastrosos.

A estratégia do Governo da direita para a SATA concretiza-se num plano de negócios aprovado pela Comissão Europeia, que nenhum açoriano conhece, com exceção, claro está, dos Membros do Governo e quem o assessorou, uma estratégia que tem como objetivo último a privatização da SATA Internacional, que é uma decisão errada e que agora parece ficar também ela enredada num conflito legal, tudo o que a SATA não precisava neste momento e que é mais uma consequência de brincar às privatizações, uma brincadeira que corre o risco de fazer enterrar a SATA.

Os prejuízos dos últimos anos e do primeiro trimestre de 2024, a ausência de uma administração nomeada e com um Presidente em plenas funções, os problemas operacionais atuais da SATA Air Açores nunca antes vistos, a ausência de um plano conhecido de renovação da frota da SATA Air Açores, o conjunto de rotas sem qualquer enquadramento naquele que devia ser o objetivo da empresa, servir os Açores e servir os açorianos, o recurso sistemático aos ACMI's, os problemas legais que surgem agora com o processo de privatização, tudo isto exige não só explicações, mas acima de tudo, transparência e uma nova estratégia para a SATA. O Governo tem de divulgar o plano de reestruturação imediatamente e o plano de renovação da frota da SATA Air Açores tem de explicar quais os objetivos

estratégicos para as rotas abertas pela SATA Internacional, que não têm o foco a Região Autónoma dos Açores.

Tem de explicar porque não nomeia o Conselho de Administração que a SATA precisa e finalmente, Sra. Secretária tem de nos explicar que taxa de juro foi contratada no empréstimo de 60 milhões de euros que a SATA contraiu junto da J.P. Morgan, que só no reembolso antecipado no empréstimo que durou 9 meses, custou 6 milhões de euros à SATA Air Açores, 6 milhões de euros, isso significa Sra. Secretária, encargos anuais com juros e comissões de cerca de 13% ao ano com este empréstimo, diga-me lá, Sra., Secretária, se é desse nível de custos que estamos a falar e porquê?

E termino, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, dizendo que sim, o PS deixou a SATA ligada às máquinas, mas o Governo da coligação de direita está determinado em desligar a máquina.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso daria um protesto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nesta minha primeira intervenção neste debate de urgência, queria que ficasse bem claro a forma como a Iniciativa Liberal reconhece o empenho, a dedicação, o trabalho inextinguível de todos os trabalhadores da SATA Air Açores, da SATA Air Açores, que estiveram envolvidos nesta crise operacional, que ocorreu a 4 de junho e nos dias seguintes, tripulantes de cabine, tripulantes de cockpit, técnicos de manutenção de aeronaves, o planeamento que teve um trabalho hercúleo a recolocar voos, a recolocar passageiros, os próprios agentes de viagens que também são importantes neste papel de tratarem os seus clientes de forma adequada, a que

possam corresponder às expectativas dos passageiros, e, que fique bem claro que, não fora a boa vontade de todos esses trabalhadores, alguns trabalhando em dias de folga, alguns trabalhando em horas extraordinárias, que só a título de exemplo, fique a Câmara a saber e os açorianos que na SATA Air Açores, nomeadamente no setor da manutenção, este ano já vai em cerca de 4 mil e 400 horas extraordinárias feitas pelos TMA's quando no total do ano passado ultrapassou em 200 horas as 3 mil, ou seja, já a menos de 6 meses, ultrapassaram em 1/3 o valor das horas trabalhadas no ano passado, isso vem demonstrar o empenho dessa gente em resolver os problemas que o acionista Governo Regional dos Açores meteu na SATA Air Açores, e, eu só falo da SATA Air Açores porque este é o problema que nós temos entre mãos neste momento, porque o problema SATA Internacional para mim está resolvido, é vender ou fechar porque não há solução e nós alertamos, nós Iniciativa Liberal aqui nesta Casa no decurso da campanha eleitoral de 2020 e eu pessoalmente, na minha intervenção cívica desde 2012 que ando a dizer que esta Região não suporta uma companhia aérea com aquele modelo de negócio, aliás, é no modelo de negócio, precisamente que está o problema, uma falta de coordenação entre os serviços comerciais da companhia e o setor operacional, a companhia vende mais do que aquilo que o setor operacional consegue responder e isso é responsabilidade do acionista e do Conselho de Administração que nem existe.

E se me disserem que o acionista não ingere na empresa, eu vou desde já dizer, isto parece-me aquela conferência do Sr. Presidente do Governo há dias de que o Presidente do Governo vai conversar com o Presidente do PSD, o Presidente do PSD vai conversar com o Presidente do Governo, porque o Conselho de Administração neste momento, o quórum do Conselho de Administração do Grupo SATA neste momento é assegurado por dois membros dos gabinetes da Sra. Secretária Regional e do Sr. Secretário Regional das Finanças, portanto, não me falem de responsabilidades apenas do Conselho de Administração, é

responsabilidade deste Governo, deste acionista que hoje não tem aqui um dos principais críticos da SATA, que era o Sr. Vice-Presidente do Governo, Dr. Artur Lima, que daquela bancada várias vezes pôs o dedo na ferida e bem, mas que hoje não está aqui para dar o corpo às balas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Está ao serviço da Região.

O Orador: ... mas eu não tenho nada a ver com isso, cada um sabe de si, mas há uma coisa que ainda é preciso dizer, a Sra. Secretária Regional daquela tribuna disse que estava tudo a correr conforme planeado e que tudo estava planeado até as manutenções que estão a decorrer neste momento no CSTR, é mentira, Sra. Secretária, é mentira e a Sra. tem mentido aos açorianos sobre esse assunto centenas de vezes, este e outros, e, eu tenho pena de lhe dizer isso, mas é mentira porque o próprio Conselho de Administração, na conferência de imprensa que nos deu há dias, assumiu que tinha havido um erro de planeamento na manutenção, foi claro, disse 3 vezes, disse 3 vezes naquela conferência de imprensa que tinha havido um erro de planeamento na manutenção e houve um erro do planeamento porque o CSTR entrou em manutenção em novembro, aquele tipo de manutenção dura, normalmente três a quatro meses e nós já vamos com sete meses de atraso naquela manutenção e é por isso que a Sra. teve que recorrer a um ACMI e é por isso que a Sra. teve de ir buscar um avião de Malta, não foi por outra razão, foi um erro de planeamento da manutenção, ordens expressas do Conselho de Administração para desviar recursos da SP da SATA Air Açores para a S4 Azores Airlines e esse é que é o problema. Nós temos menos uma aeronave por culpa do acionista e do Conselho de Administração.

Mais, Sra. Secretária e ainda há pouco o Sr. Deputado Paulo Simões falava dos pagamentos em prestações aos trabalhadores, era importante saber se não conseguirem alienar a Azores Airlines nos prazos que a União Europeia

estabeleceu, como é que a SATA vai pagar os salários no final do ano depois do Verão ou no ano de 2025, porque nessa altura, se não resolverem esse problema, nem dinheiro para pagar salários vai existir. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Os Deputados do CHEGA deviam aprender alguma coisa.

Presidente: Muito obrigado. Sra. Secretária Regional pede a palavra?

(* **Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Queira fundamentar, por favor.

(* **Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** O protesto é porque nunca ninguém me chamou de mentirosa e não vai ser o Sr. Deputado Nuno Barata, nesta Casa, a dizer que eu menti.

Presidente: Tem a palavra então para um protesto, faça favor.

(* **Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Sr. Deputado Nuno Barata, podemos ter as nossas divergências, mas eu nunca o acusei de mentir...

Deputado Nuno Barata (IL): A mim ninguém me pode acusar, porque eu não minto.

A Oradora: ... nem o Sr. me pode acusar de mentir, não me pode acusar de mentir, porque isso não é verdade, portanto, quem está a mentir é o Sr.

Deputado Berto Messias (PS): É o chamado “quem diz é que é”.

A Oradora: O que eu disse aqui foi que correu tudo conforme programado e comunicado pela Administração, o que foi programado e comunicado pela Administração foi integralmente cumprido.

Todos os dias, posso dizer-lhe, aliás, está na minha comunicação, dia a dia, em cada dia, o primeiro Dash200, o segundo Dash200, o primeiro Dash400, todos! Ontem, o último, o último das 6 aeronaves, há uma em manutenção prolongada, está na

minha comunicação, em prolongamento, uma revisão das 40 mil aterragens, inédita feita pela primeira vez em Portugal e que está a levar mais tempo do que o programado. Aí há de facto, uma situação, mas não foi dessas que eu falei, falei da programação que a Administração fez e que comunicou na conferência de imprensa, a minha comunicação está escrita, está gravada e está disponível e, portanto, eu não lhe admito, mas não lhe admito mesmo, nem a si, nem a ninguém dizer que eu menti nesta Assembleia. Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado. Para o contraprotesto dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, há uma solução sempre viável para eu não dizer que a Sra. mentiu, é não mentir!

E não foi a primeira vez, não foi neste debate, em vários debates, a Sra. tem omitido informação e tem mentido a esta Casa e eu vou fazer chegar à Mesa essas informações.

E mais, Sra. Secretária, o que a Sra. disse ali, além desta situação, foi que todo o planeamento tinha corrido bem, não é verdade e eu continuo a dizer que não é verdade.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É verdade!

O Orador: O planeamento anunciado pelo Conselho de Administração no dia da

conferência de imprensa correu lindamente, o planeamento para trás foi assumido pelo Conselho de Administração que não tinha corrido bem.

Sra. Secretária Regional, vou insistir, a Sra. aí, agora mesmo dessa bancada, acusou-me a mim de ter mentido, depois de ter dito que não acusava ninguém de mentir, acusou-me daí de ter mentido, depois de ter dito que não acusava ninguém de mentir.

Sra. Secretária Regional, eu mantenho todas as minhas palavras e tenho muita pena que a Sra. tenha pedido a palavra para um protesto, mas não tenha pedido a palavra para esclarecer uma das minhas questões.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Seguindo a ordem das inscrições dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva, do PS.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Simões, 1 de abril de 2018, o Sr. Deputado, dizia na altura que algo de muito errado se está a passar com o transporte aéreo nos Açores, quanto ao resto, eu deixo para reler, certamente terá todo o interesse em reler.

E, portanto, sobre afirmações que foram proferidas há muitas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas pode ler, a gente...

O Orador: ... há muitas, há muitas, certamente foi por ter sido no dia 1 de abril. Sra. Secretária Regional, a Sra. Secretária Regional veio aqui tentar branquear a realidade, negar os problemas que existiam e que continuam a existir, continuam a existir, se entre o dia 4 de junho e hoje a situação está melhor, ainda bem, isso deve-se como aqui já foi realçado pelo esforço e pela dedicação dos trabalhadores que foram incansáveis.

Mas há muita coisa que não correu bem, Sra. Secretária, sobre as manutenções, a Sra. Secretária continua sem esclarecer devidamente porque é que foram feitas

aquelas opções, sobre a Administração da SATA 70 dias depois, o Governo não consegue encontrar e nomear uma administração.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Consegue. Se fosse um Parreirão era mais fácil.

O Orador: E depois a Sra. Secretária vem dizer que o Governo não ingere na SATA, o Governo tem dois vogais que são em simultâneo adjuntos dos Membros do Governo e que estão permanentemente na SATA e o Governo não tem conhecimento do que se passa na SATA?

O Governo não autoriza as rotas para a América do Norte a partir do Funchal, a partir do Porto?

Sobre isso, Sra. Secretária não disse nada, não me esclareceu.

E, portanto, nós fizemos na nossa intervenção várias perguntas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Perguntem ao Vítor Fraga como é que ele fazia!?

O Orador: ... a Sra. Secretária não respondeu às perguntas. E depois vem a Sra. Secretária tentar passar a ideia de que a solução é um avião A320 para se fazer voos de 18 minutos é algo que é normal, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, é boa gestão!

O Orador: ... e que é boa gestão, Sra. Secretária foi uma solução de desespero, se nós estamos contra essa solução? Não, não estamos contra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até porque as outras companhias costumam fazer isso com a maior das facilidades!

O Orador: Nós não estamos contra essa solução porque era a única possível para garantir que transportava os passageiros, mas não é uma solução normal, não é uma solução que vai continuar nos próximos tempos, que não é adequada, não é adequada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as alterações climáticas?!

O Orador: E depois, Sra. Secretária, a Sra. Secretária vem aqui dizer que os resultados financeiros agora são uma maravilha, a expressão é minha, que no passado era um desastre, mas agora está exemplar, Sra. Secretária Regional, salvar a SATA é ter em 3 anos um prejuízo de 130 milhões de euros? Salvar a SATA Air Açores é em 3 anos, ter um prejuízo de 20 milhões de euros, dos quais 50% apenas em 2023, isso é salvar a SATA Air Açores?

Salvar a SATA Air Açores é fazer com que os gastos operacionais aumentem em 50% entre 2019 e 2023?

Salvar a SATA Internacional é fazer com que os gastos operacionais aumentem 82 milhões de euros entre 2019 e 2023, são mais 65%, Sra. Secretária, isso é salvar a SATA?

Afinal, quem é que está a faltar a verdade aos açorianos? Foi isso que foi negociado com a Comissão Europeia?

O que é que a Sra. Secretária tem a dizer sobre os desvios significativos entre a realidade e aquilo que estava no plano de reestruturação? De quem é a responsabilidade? É da anterior Administração? São dos vogais não executivos ou é do Governo Regional? Sobre isso também não disse nada.

O Governo não assume uma única responsabilidade, quando corre mal a culpa é da Administração, quando corre mal a culpa é do Partido Socialista, mas este Governo que está há 3 anos e meio em funções não tem qualquer responsabilidade.

E por último, Sra. Secretária, para terminar, a Sra. também referiu aqui que o problema no passado era utilizar um Cachalote, neste momento, o Governo está a recorrer a dois Cachalotes e, portanto, sobre isso também não há qualquer problema.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Nós assumimos! O povo acabou de falar sobre o que é que acha!

O Orador: E para terminar sobre a situação patrimonial, a Sra. Secretária Regional

disse que a situação patrimonial da SATA era hoje melhor do que no passado, é falso, Sra. Secretária, o capital próprio da SATA Internacional em 2020, era negativo em 282 milhões de euros, hoje, no final de 2023, é negativo em 369 milhões de euros, são mais de 87 milhões e, portanto, é falso o que disse...

Deputado Nuno Barata (IL): Estás a dizer que há uma falsidade?! Não pode ser!

O Orador: ... e, o primeiro passo para tentarmos recuperar a SATA é assumir os erros, é preciso assumir os erros, caso contrário...

Ó Sra. Secretária, certamente na governação do Partido Socialista foram cometidos erros, é óbvio que sim, nós já o dissemos, portanto, se nós continuamos a olhar para trás e não tivermos a capacidade de perceber o problema que temos em mãos neste momento e garantir que a SATA sobrevive, o Governo não está a fazer a sua função.

E, portanto, é preciso parar com atirar culpas só para os outros, para o passado, para o Partido Socialista, para Administração, é preciso que o Governo assuma as suas responsabilidades, que dê as respostas aos problemas, quais são as soluções? O que é que está a ser feito para a renovação da frota da SATA Air Açores, divulgue a este Parlamento, dê a conhecer ou está a ser feito em secretismo também?

E, portanto, Sra. Secretária, há também uma última matéria que é relevante e que a Sra. Secretária também omitiu, veio aqui acusar o Partido Socialista de querer destruir a SATA, mas a verdade é que a Comissão de Trabalhadores da SATA no dia 3 de junho veio referir e passo a citar que: “veio manifestar a sua enorme preocupação pelo caminho que a Companhia está a seguir, salientando que os trabalhadores denunciam a falta de equilíbrio financeiro, de planeamento de rotas e a escassez de recursos humanos em todas as áreas, alerta ainda para o desequilíbrio entre a parte operacional e a parte comercial e a incapacidade em cumprir as necessidades de manutenção”.

Sra. Secretária, afinal, o problema é o Partido Socialista ou o Governo é o único

que não consegue perceber qual é o problema? Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Simões, do PSD.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Carlos Silva, eu vou fazer uma compilação dos meus editoriais e no Natal eu ofereço-lhe.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já temos, obrigada.

O Orador: Encadernada não têm de certeza...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Temos, temos!

O Orador: ... e autografada, ah, tem?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Autografada ainda não, mas encadernada já!

O Orador: Muito bem, muito bem.

Sr. Deputado, é só para lhe dar uma nota sobre este comunicado - os trabalhadores da SATA - o Sr. leu uma parte não leu outra parte que eu vou ler, mas é muito rápido, eu digo assim, o comunicado que o Sr. leu depois tem aqui uma parte que também é importante - “A Comissão de Trabalhadores alerta também para um desequilíbrio entre a parte operacional e a parte comercial e a incapacidade em cumprir as necessidades de manutenção, criticando as sucessivas gerações de maus gestores e de políticas erróneas que infligem danos irreparáveis que mesmo amplamente denunciados, teimam em repetir-se, os sucessivos governos regionais têm sido negligentes enquanto acionistas.”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras do CDS.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta minha primeira intervenção queria começar, como é natural, por reconhecer o esforço de todos os trabalhadores da SATA nestes dias que tiveram difíceis, que sem dúvida temos que reconhecer todo o empenho, dedicação e esforço para que a SATA cumprisse aquele que é o seu desígnio que é servir os açorianos.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Depois dizer que o CDS apresenta-se neste debate de urgência, agora como antes, sempre na defesa da SATA e daquilo que deve ser o serviço para os Açores e aos açorianos e sempre dissemos que a SATA é uma empresa estratégica, fundamental para a coesão da nossa Região, a coesão económica, a coesão social e sem dúvida que defendemos, e, aquilo que tem sido o trabalho por este Governo temos conseguido alguns destes desígnios até na perspetiva do que é coesão territorial hoje e da mobilidade dos açorianos por via da Tarifa Açores, quer aquilo que tem sido também a resposta dada, porque a verdade é que a SATA nunca voou tanto, nunca transportou tantos passageiros, nunca serviu tanto os Açores, nunca serviu tanto os açorianos como nos dias de hoje e isso é um facto e, esse propósito, a verdade é que tem sido alcançado por esta governação.

Depois dizer que a verdade é que tem existido um esforço na melhoria dos horários, na melhoria do aumento da capacidade de carga, no aumento de voos, e, isso tem sido este trajeto que é um caminho em progresso, como é natural, servindo sempre aquilo que o CDS defendeu, servir em primeira instância os açorianos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e é esse trabalho que tem sido feito. A verdade é que, e, daquilo

que também que já tem corrido aqui ao longo do debate, a verdade é que o Governo nunca assumiu que tudo estava bem, que tudo estava a correr como desejável, não foi essa a posição e até ao longo do debate e naquilo que tem sido agora a posição do Partido Socialista, a verdade é que por um lado mencionam que temos dois elementos do Governo no Conselho de Administração por outro lado criticam o facto do Governo não estar a par daquilo que acontece...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém disse isso!

A Oradora: ...ó meus Srs., a verdade é que aconteceu algo inédito, que foi numa situação crítica, numa situação crítica da Empresa, veio o Conselho de Administração na maior transparência prestar contas aos açorianos e isso foi o que aconteceu agora com este Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Porque em 2017 basta ver o que aconteceu numa situação caótica que existiu perante imensos constrangimentos, quer constrangimentos operacionais, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Queres falar de 2017?!

A Oradora: ... quer numa situação... posso falar? Posso falar, Sr. Deputado? Posso falar? ... numa situação constrangedora em termos operacionais, numa situação constrangedora em termos financeiros e com grande contestação por parte dos trabalhadores. E foi perante este cenário, isso não se verificou esta situação que ocorreu agora de maior transparência em que Conselho de Administração prestou contas aos açorianos da situação que estava a acontecer.

E, a verdade é que temos estado aqui e o Partido Socialista trouxe este debate de urgência e não é isso que vamos pôr em causa, porque também o CDS muitas vezes trouxe a esta Casa, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Muitas vezes!!

A Oradora: ... debates, interpelações, declarações políticas sobre esta matéria, ainda há pouco o Sr. Deputado Nuno Barata falava no então Deputado Artur Lima e quero só dizer que se muitos dos alertas, das chamadas de atenção que o então Deputado Artur Lima fez, a verdade é que se calhar a SATA não tinha chegado ao estado em que chegou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, também queria fazer essa ressalva. E, a questão aqui não é trazer este assunto a debate, fez o Partido Socialista e bem trazer esta matéria numa situação que está a preocupar os açorianos, que preocupou os açorianos, é um facto, é verdade e trouxe este debate, o que nós não podemos aceitar é que o Partido Socialista venha a debate como se tivesse chegado agora à Região há três anos à Região, como se fosse possível alguém aceitar, se fosse possível alguém se aceitar ou perceber que a situação em que o Partido Socialista deixou a SATA não tivesse qualquer interferência naquilo que a SATA é hoje.

O grande problema da SATA é saúde financeira que esta empresa não tem.

Deputado Carlos Silva (PS): Não tem?! A Sra. Secretária diz que tem.

A Oradora: E, isso foi resultado da vossa gestão, é esse o problema que hoje nos estamos a deparar e com que a empresa se depara é fruto disso e é isso que não podemos aceitar é essa postura do Partido Socialista chegar aqui e falar no calvário, então o que foram estes anos todos da governação, de administrações, de erros sistemáticos naquilo que foi a administração da empresa? Não foi um calvário? Então foi o quê? Claro que foi um calvário e é uma empresa fundamental para a nossa Região e não podemos aceitar como se fosse a situação que a SATA vive

hoje resultado destes três anos...

Deputado Carlos Silva (PS): Também é!

A Oradora: ... não! é resultado de todo um processo que foi mau, que foi mau para a empresa, que foi mau para os trabalhadores, a verdade é essa!

E, portanto, é isso que não podemos e que criticamos do Partido Socialista é o facto de chegar aqui e que lave as mãos como se não tivesse nada a ver com isto e isso não podemos aceitar.

Depois, em relação àquilo que é o propósito da SATA, que tem sido aquilo que tem focado este Conselho de Administração, a Empresa, que é sem dúvida continuar a servir os açorianos, continuar a dar resposta, reconhecendo todos os constrangimentos que existem, por exemplo, naquilo que concerne ao plano de reestruturação e à fase de reestruturação que a Empresa está a sofrer, que, como é natural, condiciona a atividade da empresa e, por isso, todos esses fatores têm que ser considerados, têm que ser avaliados, a verdade é que isto tudo é um trabalho contínuo, em progresso, que tem que ser feito e que todos devemos ter o sentido de enorme responsabilidade em relação à situação em que a SATA chegou hoje, àquilo que é o futuro desta empresa e sem dúvida que não é, como até há pouco disse na primeira intervenção o Sr. Deputado José Pacheco estar aqui o Partido Socialista, o maior partido da oposição, que teve a responsabilidade que teve no Governo estar como um catavento a disparar em todas as direções, querem debate de urgência, querem ao mesmo tempo ouvir a Sra. Secretária em Comissão, querem tudo ao mesmo tempo e isso não é compatível com a situação em que nos deparamos hoje, que exige serenidade e responsabilidade.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. De momento a Mesa não regista nenhuma inscrição. Deputado Paulo Simões, do PSD, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Talvez procurando recentrar aqui o debate na razão essencial pela qual estamos aqui e reler aqui uma declaração de Vasco Cordeiro em 2018, que dizia que os resultados da SATA citação: “não são sustentáveis...” e acrescentou “...que era imprescindível colocar a empresa noutra patamar de sustentabilidade.”, fim de citação.

E eu pergunto o que é que aconteceu um ano depois, em 2019? Se 2018 já tinha sido mau, com cerca de 63 milhões de euros de prejuízo, 2019 voltou a ser mau com 53 milhões de euros de prejuízo.

A questão aqui é esta, foram necessários cinco anos de prejuízos consecutivos entre 2013 e 2018 para só em 2018, Vasco Cordeiro vir dizer que os resultados da SATA não são sustentáveis, foram necessários cinco anos para chegar a esta conclusão? Brilhante!

Deputada Inês Sá (PS): E agora? Já estão quase lá.

O Orador: Mais, outra das questões, em 2014 dizia Francisco César que as rotas da SATA com o exterior servem o turismo açoriano, enchem os nossos hotéis e por isso, devem ser mantidas de forma lucrativa e sustentável, todos nós nos lembramos qual era a estratégia económica do Governo para o turismo e para a SATA que era fazer rotas que davam prejuízo com esta ideia peregrina, permitam-me de que os turistas, quando chegassem cá, deixavam rendimento na Região, não só não deixaram rendimento na Região, como ajudaram a contribuir para o buraco da SATA que estamos hoje todos a pagar.

E só para recordar os mais distraídos a partir de 2013, que é quando começa a contar

o mandato de Vasco Cordeiro em relação à SATA, o ano fecha com cerca de 16 milhões de euros de prejuízo, depois, em 2014, 34 milhões de euros, vai por aí fora e chega a 2018 com os tais 63 milhões de euros de prejuízo, mais de 1 milhão de euros de prejuízo por semana, isto é que é verdadeiramente incrível e a razão pela qual nós estamos aqui a discutir os problemas da SATA é porque foram demasiados anos de incompetência governativa do PS a gerir aquele que é um ativo fundamental para os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Simões. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Já que ninguém tem mais perguntas, ainda tenho aqui mais duas. Essa última intervenção do Sr. Deputado Paulo Simões suscita-me perguntar ao Governo e já agora também à Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata, o que é que mudou...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não mudou nada, sr. Deputado!

O Orador: ... nos últimos três anos e meio em relação a esses erros cometidos pela Azores Airlines no passado da governação do Partido Socialista? É porque eu não tenho nada a ver nem com os erros do Partido Socialista mas ainda tenho menos a ver com os erros que o PSD está a cometer neste momento, é que não mudou absolutamente nada, continuam as rotas como eram erróneas no passado fazer, continua o recurso a ACMI para satisfazer operacionalmente aquilo que faz a direção comercial com rotas altamente deficitárias, já aqui foi dado exemplo de Milão, mas do Paris-Charles de Gaulle, dou por exemplo a Praia, que ainda hoje,

essa noite, veio com 19 passageiros da Praia, um A321Neo Long Range, uma viagem da Praia para Ponta Delgada com 19 passageiros e, portanto, os erros que o Partido Socialista cometeu são os mesmos erros que o Partido Social Democrata, o CDS e o PPM estão a cometer neste momento, pior, os Srs. hoje vão buscar todas as notícias do passado da SATA deviam tê-lo feito nos últimos anos de governação do Partido Socialista para chegarem ao Governo preparados para governar e chegaram ao Governo impreparados...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... porque não prestavam atenção aos erros que estavam sendo cometidos pelo Partido Socialista.

Nós alertamos e dissemos em 2020 que estávamos preparados para fazer reformas na Região, mas os Srs. não estão preparados para fazer reformas na Região e ainda na noite eleitoral de domingo, nós percebemos isso, o Partido Social Democrata está preparado para apoiar António Costa ao Conselho Europeu, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem sequer foi isso que o 1º Ministro disse.

O Orador: ... ou seja está preparado para apoiar o socialista que não soube reformar Portugal para reformar a Europa, é isto que o Partido Social Democrata tem feito, copiar aquilo que fazia o Partido Socialista, mas com um bocadinho mais de falta de habilidade. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra agora ao Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir ouvir a intervenção do Sr. Deputado António Lima, por favor. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria em primeiro lugar de reiterar as questões que a Sra. Secretária não respondeu, nomeadamente, diga-nos, Sra. Secretária, qual é o interesse para os Açores, para a Região Autónoma dos Açores, das rotas que a SATA Internacional tem aberto, que nem tocam na Região e já nem falo daquelas que tocam e são questionáveis, daquelas que nem tocam a Região, Porto - América do Norte, Madeira - América do Norte, diga-nos que interesse é que há para a Região e qual é a rentabilidade dessas rotas?

Sra. Secretária, não me respondeu também, qual é a taxa de juro contratada e demais custos associados ao empréstimo de 60 milhões de euros que a SATA Air Açores contratou à J.P. Morgan, que só para ser devolvido custou 6 milhões de euros em apenas 9 meses, diga-nos lá que empréstimo ruinoso para a Sata Air Açores foi esse, e, se não o fizer, nós vamos solicitar a ficha técnica desse mesmo empréstimo.

Sr. Deputado Paulo Simões, tenho ouvido as suas intervenções, claro, a relembrar o passado, mas é bom olhar para o presente e sobre a questão financeira da SATA, há um aspeto que o PSD e o Governo estão a esquecer neste debate é que pelo meio houve uma injeção de capital de 435 milhões de euros, 435 milhões de euros, e, por isso, como é que se justifica, de várias formas Sr. Secretário, como é que se justifica que a situação financeira não esteja melhor? Está em vários aspetos pior na SATA Air Açores foram 10 milhões de euros de prejuízo em 2023, que sem o aumento de 11 milhões de euros na subsídio, seria não de 10, mas de 20 milhões de euros de prejuízo na SATA Air Açores, o maior prejuízo, bem, talvez de sempre, não tenho os dados desde sempre, mas o maior prejuízo certamente nos últimos anos. É isso que o Governo tem que explicar é que depois de 435 milhões de euros, consiga resultados piores do que o Governo do Partido Socialista e isso é deveras preocupante.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa continua recetiva a inscrições

para intervirem no debate, considerando que há diálogo entre as bancadas, seria bom que ele se concretizasse através de inscrições formais.

Srs. Deputados, se não há mais inscrições, eu vou dar a palavra ao Partido Socialista para fazer o encerramento do debate.

Não há mais inscrições, a função da Mesa é receber as inscrições, não obrigar ninguém a intervir.

Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Uma intervenção da tribuna pelo Sr. Deputado Carlos Silva em que colocou uma série de questões, já fez uma intervenção de bancada, colocou uma série de questões, o Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado António Lima, a Sra. Deputada Catarina, o Sr. Deputado Paulo Simões, já intervieram um conjunto de vezes consecutivamente e ainda não tivemos oportunidade de ouvir a Sra. Secretária responder. Um debate pressupõe perguntas e respostas e até agora respostas foram zero, obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A interpelação também seria sobre a condução dos trabalhos e creio que aquilo que a Sra. Deputada questiona à Mesa não é propriamente sobre o modo de conduzir os trabalhos.

O resto é factual, portanto, era dispensável, era dispensável a pergunta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não era. A Dispensa é nossa.

Presidente: Sr. Secretário Regional Paulo Estêvão pede a palavra para uma interpelação, faça favor.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu quero apenas fazer referência e quero colocar-lhe essa questão que se trata de um debate de urgência, não se trata de uma interpelação parlamentar, uma

interpelação ao Governo, portanto, são duas figuras regimentais diferentes, mas de qualquer das formas, Sr. Presidente, eu, deixe-me responder como respondeu o Sr. Presidente do Governo, é que resta muito tempo para o debate e o Governo gere o seu tempo e dá respostas quando entender que as deve dar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Dir-lhe-ei também o mesmo que disse à Sra. Deputada Andreia Cardoso não foi propriamente uma interpelação, mas dentro desta relatividade e de aceitação da intervenção anterior, condescendi e permiti também que concluísse a sua intervenção.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para uma inscrição, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Naturalmente, nós já suficientemente através do grupo Parlamentar do PSD, demonstramos que estamos de uma forma séria neste debate a procurar, sobretudo esclarecer os açorianos sobre um período difícil que foi atravessado nesta última semana.

O Partido Socialista, que marcou este debate de urgência sobre a SATA, quer transformá-lo numa inquirição ao Governo Regional e, por isso, se calhar também aquela confusão de chama a Secretária à Comissão com urgência, marca debate de urgência no Parlamento, como se, naturalmente fossem figuras diferentes e é isso que é a confissão do Partido Socialista que quis figuras diferentes.

O debate faz-se entre as bancadas, entre todas as bancadas, a interpelação tem outro formato, tal como talvez os Srs. queiram fazer na Comissão, porque no fundo o Partido Socialista, domingo a domingo, que vai passando nesta Região vai-se lembrando que tem que inventar qualquer coisa para dar nas vistas e para aparecer como promotor do debate político na preocupação daqueles que são os assuntos que vão naturalmente moldando e condicionando a nossa vida coletiva.

E na última semana, houve, de facto, como a Sra. Secretária de uma forma perfeitamente transparente e conforme tem acontecido nos últimos tempos, de uma forma perfeitamente transparente, explicou a situação que tinha ocorrido na SATA, explicou com todos os dados suficientes para, desde logo, nos transmitir uma coisa, é que em momento algum a SATA, os seus trabalhadores, a sua manutenção e a sua operação põe em causa a segurança dos açorianos...

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: ... e isso é importantíssimo que fique de uma vez por todas esclarecido, porque o Partido Socialista mais não faz do que ir àquela tribuna pôr em causa...

Deputado Carlos Silva (PS): Não. Isso era o que o senhor fazia.

O Orador: ...aquela que é uma imagem que tem tido sempre a SATA e que nunca pusemos em causa nesse sentido, que é a segurança da operação, a segurança das aeronaves e o trabalho que é feito na sua manutenção para nos garantir a todos que quando entramos num avião da SATA Air Açores ou um avião da SATA que estamos perfeitamente conscientes de que tudo aquilo que é tecnicamente possível é feito para aqueles aviões funcionarem na perfeição.

E eu, intervenho nesta altura do debate porque ele sendo um debate, eu não vejo o Partido Socialista interessado em fazê-lo, mas queria questionar o Partido Socialista um dado curioso que me ocorreu aqui de alguns valores que o Sr. Deputado Paulo Simões também trouxe a debate e que é o seguinte: Os Srs. conseguiram abandonar, quando deixaram o Governo deixar a SATA com uma dívida que equivale sensivelmente a 12% da riqueza produzida na Região num ano inteiro, 12% do PIB açoriano foi quanto os Srs. enterraram em dívida na SATA e deixaram isto há três anos, e esse trabalho todo que os Srs. levaram a fazer para enterrar a Região numa dívida tão brutal e num problema tão grande perante uma companhia aérea que se tem que movimentar no mercado e ainda a deixando com um plano de reestruturação que nos obrigaram a fazer para responder às obrigações

determinadas pela Comissão Europeia e vêm aqui pôr em causa todo o trabalho que tem sido feito para recuperar a imagem da SATA, o prestígio da SATA e sobretudo a operação de servir os açorianos e depois ignoram de uma forma absolutamente escandalosa e sem qualquer moral, que a operação, que os Srs. com o vosso Governo a SATA ainda tinha em 2019, é totalmente diferente hoje em dia, mas muito maior, com muito mais voos, com muito mais lugares oferecidos, com muito mais capacidade de dar aos açorianos a mobilidade que os Srs. negaram durante 20 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque foi nos últimos três anos que democratizamos a mobilidade dos açorianos com a Tarifa Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): Da Madeira para a América.

O Orador: ... e a SATA correspondeu na medida daquilo que era possível até esta data e com um esforço enorme por parte de todos nós e com a compreensão de todos nós, daquilo que foi deixado, de dificuldades que naturalmente vamos sentindo pela má programação...

Deputado Carlos Silva (PS): Nós é que planeámos a época de 2023/2024!

O Orador: ... que os Srs. fizeram durante muitos anos, daquilo que era a função da SATA nos Açores, que os Srs. nunca souberam muito bem definir e, portanto, eu intervenho só nesta altura para pedir ao Partido Socialista que, marcando um debate de urgência, pelo menos participe no debate, faça algumas questões, esclareça os açorianos, porque é que chegámos a este ponto e aquilo que estamos a fazer para verdadeiramente dar à SATA o futuro que ela precisa para servir os açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, retomamos os trabalhos às 11h50.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições? De momento, a Mesa não regista nenhuma. Sr. Deputado José Ávila, do Partido Socialista, tem a palavra.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Este debate de urgência sobre a situação operacional do Grupo Sata foi despoletado pelas falhas sucessivas no transporte aéreo nos últimos dias.

A SATA Air Açores chegou a ter cinco aviões, parados por avaria, cinco numa frota de sete, um deles, um Dash Q400, sujeito a uma grande manutenção iniciada em novembro que deveria demorar três meses, mas já lá vão mais de seis meses e ainda não saiu do hangar do Aeroporto João Paulo II.

Foi ou não um erro de planeamento?

Não foi mais de metade da frota, como foi subtilmente dito pela Sra. Secretária, foi 71 %...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que não é mais de metade?

O Orador: ... dos aviões inoperacionais, facto inédito na SATA Air Açores. Dizer metade é para branquear.

Esta empresa do Grupo SATA, como se sabe, é fundamental para a mobilidade dos açorianos e, também, para os turistas que nos visitam nesta época do ano.

Se para os primeiros houve enormes prejuízos, sobretudo para os doentes das ilhas sem hospital, para os segundos este descalabro operacional mancha a imagem da Região.

Isto faz-nos pensar que a empresa não se preparou convenientemente para a época alta.

O aumento das rotações diárias, do modo como está a ser feito, mesmo para um leigo na matéria, significa maior desgaste e, inevitavelmente, maior recurso à manutenção e isso exige planeamento que falhou na passada semana e aí não será alheio o facto de o Conselho de Administração estar desfeito desde o final de abril. Não se percebe que uma empresa desta importância para os Açores fique todo este tempo sem uma administração e aqui a responsabilidade é do Governo e só do Governo, o mesmo Governo que não teve pejo em atirar as culpas para uma administração que afinal nem sequer existe.

Esta situação que estamos a viver provocou uma enorme insatisfação nos passageiros no que se refere aos serviços prestados e isso faz com que se exija a resolução dos problemas reportados e que tiveram à vista de todos nos aeroportos dos Açores, para que não se voltem a repetir.

Infelizmente este Governo não foi capaz de assumir a responsabilidade. Aliás, recusou-se a tal.

A gestão destas empresas tem sido tema de debate, especialmente no contexto parlamentar, mas o momento por que passamos, e ainda estamos a passar, não tem precedentes e é de bom tom voltar a debater o serviço prestado pela empresa que é, afinal, de todos nós.

As falhas no serviço de transporte aéreo não resultam, apenas, em inconvenientes para os residentes que em contexto de trabalho ou por razões de saúde têm

necessidade de viajar, mas também afetam a imagem dos Açores perante os turistas, o que obriga o Governo e a Administração da SATA, quando existir, tomar medidas urgentes para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Por estes dias, viajar entre as ilhas por via aérea, para além de lugar disponível é preciso também ter muita sorte.

Mas tudo poderia ser pior, não fora a dedicação das tripulações, pessoal de terra, manutenção, segurança e bombeiros, não esquecendo todos os outros funcionários de empresas do turismo.

Chegaram-nos queixas de doentes, alguns bastante debilitados, a quem lhes foi pedido o adiantamento das despesas para depois serem reembolsados. Muitos não podem fazer isso, outros ainda estão há espera de reembolsos da saúde, tendo-nos sido reportado um incompreensível caso com cerca de 11 meses de atraso.

Juntar um novo problema a um problema existente, é complicar uma situação já de si difícil.

Não podemos desassociar todo este “desnorte operacional”, conforme classificou a Comissão de Trabalhadores, do facto destes governos terem desmantelado o transporte marítimo de passageiros.

Lembro que em duas crises em plena época alta, inoperacionalidade do Aeroporto das Lajes, devido a um incidente com um avião da Air Transat, e as cinzas vulcânicas da Islândia, foi o transporte marítimo que resolveu todas as situações, minimizando os impactos aos utilizadores do transporte aéreo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos resolver o problema da SATA com barcos.

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, quando se fala em transporte marítimo de passageiros, lá vem a costumeira ladainha sobre o seu custo, mas agora, com esta sucessão de ACMI's, alguns para rotas sem interesse perceptível para os Açores e para os açorianos, como o Porto / EUA ou Madeira / EUA, parece não haver qualquer problema com o seu custo.

Sra. Secretária, quanto custam aos açorianos estas duas rotas?

Por fim queria dizer que não estamos a debater este assunto para aproveitamento político, como disse a Sra. Secretária, mas antes para esclarecer os açorianos.

Vivemos em democracia, por muito que custe a alguns, e cabe a este parlamento fiscalizar a ação do Governo.

Sra. Secretária, a Sra. queria que este Parlamento ficasse calado perante esta turbulência por que passou a SATA?

Não, Sra. Secretária. Fomos todos eleitos para defender os Açores e os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E por isso prepare-se, Sra. Secretária, porque utilizaremos todos os meios regimentalmente previstos para pedir os esclarecimentos que parecem incomodar este Governo. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Ávila. Pergunto se há mais inscrições? Na falta de inscrições, vou ter de dar a palavra à bancada do Partido Socialista para fazer o encerramento. Sra. Secretária Regional pede a palavra, faça um favor.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta

Cabral): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Srs. Deputados que intervieram neste debate, queria começar por esclarecer aqui algumas questões de forma a centrar esse debate nas competências do Governo.

Acho que desde o início há aqui uma grande confusão e os Srs. é que despoletaram o debate e é que o convocaram, mas sabem de antemão que umas coisas são as competências da tutela outras são as questões de administração e, portanto, todas as questões que aqui foram colocadas relacionados com as competências da Administração, os Srs. terão oportunidade, até porque já chamaram a Administração à Comissão para lhes fazerem essas perguntas e não têm que confundir o papel da tutela...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A Administração não se senta aqui. Quem se senta é a senhora.

A Oradora: ... com o papel da Administração, isso era o que os Srs. faziam antes, agora nós não entrámos nisso, agora nós não ingerimos na Administração da empresa, agora nós não respondemos pelas responsabilidades da Administração da empresa, a empresa tem uma Administração, contrariamente àquilo que os Srs. querem fazer crer e fazer disso um grande problema, como se os Srs. não soubessem do vosso histórico, a quantidade de administrações que tiveram...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas ao menos tivemos administrações.

Deputado Carlos Silva (PS): Está impecável agora!

A Oradora: ... e todas elas, eu não vou qualificar para não ofender ninguém. A verdade é que os Srs. sabem bem o resultado dessas administrações e, portanto, há uma Administração, uma Administração que cumpre com as suas responsabilidades, que foi bem visível na informação que prestou aos açorianos através de conferência de imprensa, informando, e eu volto a dizer, uma programação que foi rigorosamente cumprida em termos de colocar em operação

todos os aviões que estavam no chão, com exceção da grande reparação das 40 mil aterragens que também já referi ali. E, portanto, vamos separar as águas, porque é assim que nós trabalhamos. A Administração da empresa tem uma missão, a Administração da empresa sabe o que é que pode e não pode fazer em termos de cumprir com o Plano de Reestruturação da Azores Airlines e servir os açorianos com a SATA Air Açores, outra confusão que aqui se faz, a Azores Airlines não tem nada a ver com a SATA Air Açores em termos de ter ou não ter interesse para os Açores.

A SATA Air Açores com as suas obrigações de serviço público serve os Açores, os açorianos e as ligações inter ilhas, a Azores Airlines é uma empresa que está no mercado em concorrência com todas as outras empresas no mercado e, portanto, configura a sua operação, monta a sua rede de conectividade em função daquilo que é os objetivos comerciais e estratégicos de uma empresa concorrencial, sabe que não pode ter rotas que não sejam lucrativas, sabe que não pode ter rotas deficitárias, faz as suas contas, a responsável por isso é a Administração que tem que cumprir e nós apenas acompanharemos e monitorizaremos que são essas as funções da tutela, e, portanto, não pode fazer rotas deficitárias,...

Deputado António Lima (BE): São todas deficitárias.

A Oradora: ... eu tenho que partir do princípio que fez bem as contas, que as rotas que está a fazer não são deficitárias, que engrandecem a companhia, que alimentam a sua rede, que a fazem ser uma empresa com capacidade de implantação no mercado, como tem sido até agora.

E não há nenhuma razão do vosso lado nem do nosso para desconfiar dessa circunstância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, queria também referir que os ACMI's não tem nada de mal desde que não seja por sistema, não tem nada de mal e todas as companhias

recorrem a ACMI, porque o ACMI é o fretamento, qual é a companhia que não recorre ao fretamento de aviões?

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é custa?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas a senhora montou rotas sem ter os ACMI's.

A Oradora: Expliquem-me! Qual é a companhia que não recorre a fretamento de aviões do ponto de vista sazonal e quando necessita? Qual é a companhia que não faz isso?

Agora fazer com a SATA fez por orientações do Governo, em 2015 e 2016, a recorrer sistematicamente é uma situação completamente diferente do que recorrer para rotas que são rentáveis, que têm a sua conta de exploração feita pelo Conselho de Administração de maneira a poder alimentar a rede da companhia, trazer mais receita e, portanto, torná-la mais forte e mais capaz de sobreviver num mercado absolutamente concorrencial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quanto ao mais, Srs. Deputados, por muito que custe, a trajetória é de recuperação.

Deputado Carlos Silva (PS): Sata Air Açores, 10 milhões de prejuízo!

A Oradora: Mas que o caminho é muito árduo e longo, é, é! Porque foram 7 anos, 7 anos de prejuízos consecutivos, o último dos quais 88 milhões de euros negativos...

Deputado Carlos Silva (PS): E as amortizações não contam?!

A Oradora: ... de resultado líquido, e, neste momento, 2023 nós estamos com 37 milhões negativos de resultado líquido, mas em contrapartida, o EBITDA, e, o Sr. sabe do que é que eu estou a falar, em vez de 30 milhões de euros que esteve em 2020 negativos tem agora 30 milhões de euros positivos, essa é uma realidade, são as contas da empresa...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... para todos os anos, todos os anos que aqui estão, todos, todos, desde 2000, tem aqui as contas todas, se o Sr. Deputado quiser, eu posso-lhe oferecer.

A verdade é que a empresa está a recuperar, está a recuperar, quer se goste, quer se não goste e vai ser um caminho muito longo? Vai! Muito longo, sabe porquê? Porque a SATA tem um problema estrutural...

Deputado Carlos Silva (PS): Desde o fundo de pensões!

A Orador: ... um problema de descapitalização, um problema de falta de equilíbrio dos seus capitais e isso não é de agora, isso vem do vosso tempo que a descapitalizaram ao longo de 20 anos. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Paulo Simões tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Foi referido agora o resultado líquido de 2023 da SATA Air Açores de 10 milhões de euros negativos, eu relembro que em 2013 esse valor era de 26 milhões de euros negativos.

Deputado José Ávila (PS): E em 2012? Só para ficar a saber também.

O Orador: Pergunto também se os governos do PS que entregaram a frota da SATA Air Açores ao Novo Banco para poderem pedir dinheiro para investir, para

renovar a frota da Azores Airlines, se isso também não retira a capacidade de manobra à gestão da SATA, até porque essa SATA Internacional entre 2013 e 2019 foi responsável por 90% das perdas do grupo SATA, portanto, talvez me pudessem ajudar a perceber. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado. Dou a palavra à Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta à Sra. Secretária, repetir, aliás, a pergunta feita pelo meu colega, quantos ACMI's foram contratados, a que custos e que rotas estão a operar?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu registo mais uma vez que, pela segunda vez, a Sra. Secretária recusa responder à pergunta sobre os custos com o empréstimo de 60 milhões de euros contraído pela SATA Air Açores e devolvido em 9 meses e que custou 6 milhões de euros. Não responde e não me venha dizer, Sra. Secretária, com o devido respeito...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso é com a Administração. Não tenho nada a ver com isso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): A administração está atrás de si!

O Orador: ... que isso é com a Administração nós não temos nada a ver com isso,

mas então a Sra. tutela da empresa não tem nada a ver com os negócios da empresa? Não tem informação para vir aqui ao Parlamento esclarecer esses negócios? Lava as suas mãos, mas que irresponsabilidade é esta?

E, Sra. Secretária, mais uma vez vem dizer que não tem nada de mal recorrer a ACMI's, pois não, desde que seja pontual, o problema é que os Srs. que têm rotas que só se fazem ou recorrendo mesmo a esses ACMI's, quando a SATA Internacional não tem aviões para fazer essas rotas, acha que isso é boa gestão? Acha que isso é boa gestão?

E sobre a SATA Air Açores, vamos à SATA Air Açores, a menina dos olhos do Sr. Secretário Duarte Freitas.

Deputado Carlos Silva (PS): Já não é!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): A menina dos açorianos.

O Orador: A menina dos olhos do Governo Regional dos Açores, 435 milhões de euros de ajudas depois, 135 milhões de euros em Avals, 320 milhões de euros em aumento de capital, o que é que nós temos? Em 3 anos de 2021 a 2023 19,2 milhões de euros de prejuízo, 25 milhões de euros antes de impostos porque fizeram uma martelada com os impostos diferidos são mais 11,7 milhões de euros do que 2016 a 2019, exclui o 2020 porque foi um ano extraordinário, ...

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem que concluir que já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: ...2021 a 2023 a subsidiação, termino já, Sr. Presidente, somou na SATA Air Açores 143 milhões de euros, só de 2022 para 2023 foram mais de 10,5 milhões de euros para subsidiação à SATA Air Açores. Se não fosse esse aumento de subsídios em mais de 10,5 milhões de euros, o prejuízo na SATA Air Açores de 2023 seria de 20, 4 milhões de euros.

Sra. Secretária é isto salvar a SATA? 435 milhões de euros em ajudas depois nós estamos ao nível de 2000 e... quando é que era Sr. Deputado Paulo Simões? 2012?

Nós estamos...

Presidente: Sr. Deputado tem que concluir, já ultrapassou em muito o seu tempo.

O Orador: ...com prejuízos a esse nível, termino já, Sr. Presidente, isso é mesmo desligar a SATA da máquina.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O senhor precisa de melhores fontes de informação.

Presidente: Muito obrigado. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo neste debate. Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para dar nota relativamente a matérias do acordo com a Comissão Europeia e que obrigaram a SATA a comprovar que ia ao mercado sozinha, sem o apoio do Governo e foi por isso que no final de 2022 foi contraído um empréstimo junto da JP Morgan e é evidente que esse comprovativo que estava nas obrigações que temos com Bruxelas, de que a SATA podia ir ao mercado sem o aval do Governo, teve um peso financeiro, que naturalmente...

Deputado António Lima (BE): Foi um teste!

O Orador: ... sim, foi um teste, se assim quiser, foi um teste obrigatório que a Comissão Europeia impôs no entendimento que foi feito para o Plano de Reestruturação e o que é que aconteceu? E, acho que aqui é que deve ser valorizado, foi o seguinte, tendo comprovado que ia ao mercado sem aval...

Deputado António Lima (BE): Podia ir por 1 milhão, não era preciso 60!

O Orador: ... tendo comprovado que ia ao mercado sem aval do Governo e tendo-se comprometido a ir a esse mercado com este empréstimo de 60 milhões de euros, o que é que a SATA fez e bem? Que é o que devia ser aqui valorizado, como se passasse 1 ano do início desse empréstimo, as penalizações de amortização

antecipada eram muito superiores, o que é que fez a SATA? Amortizou os 60 milhões de euros antes de 1 ano e com isso, poupou cerca de 18 milhões de euros...

Deputado António Lima (BE): Foi ruinoso!

O Orador: ... ao grupo SATA, é essa que é a verdade e é isso que nós deveríamos ter aqui hoje sublinhado perante as açorianas e os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: A SATA em dois momentos provou que era capaz neste aspeto financeiro, provou que era capaz de ir ao mercado conforme se tinha comprometido com a Comissão Europeia sem aval do Governo e provou que era capaz de pagar em menos de 1 ano aquilo que tinha sido contratado por 4 anos, diminuindo as penalizações e poupando ao grupo cerca de 18 milhões de euros. E isto é que acho que é significativo e isto prova que o caminho que a SATA tem vindo a fazer, que não é isento de dificuldades, não vamos em 2 ou 3 anos resolver o desastre que aqueles Srs. provocaram à SATA durante 10 anos, isso não vai ser resolvido de um momento para outro, nem vai ser resolvido com dinheiro que vai cair do céu, os 435 milhões de euros que o Sr. Deputado António Lima falou, não foi dinheiro injetado na SATA, ele tentou depois corrigir na última intervenção, é o valor que foi entendido naquilo que foi o acordo com Bruxelas. Agora também faço lembrar mais duas notas para terminar, a primeira, os Administradores Não Executivos que estavam na SATA Holding estavam lá para acompanhar o processo de privatização naturalmente e de reestruturação do grupo, por isso é que só estavam na SATA holding não ganham 1 cêntimo, 1 cêntimo...

Deputado José Ávila (PS): Mas alguém falou nisso?!

O Orador: ... nem sequer usufruem de facilidades de transporte na SATA, porque não o quiseram, porque não o quiseram! São Administradores Não Executivos que

estão a prestar um serviço à Região e aos Açores sem ganhar 1 cêntimo, quando foi preciso recompor os Conselhos de Administração das Subsidiárias assumiram temporariamente o papel também de Administradores Não Executivos nas Subsidiárias, quando for recomposto o Conselho de Administração voltarão apenas à SATA Holding para cumprir o papel de acompanhamento do processo de reestruturação do grupo SATA, não ganham 1 cêntimo nem têm facilidades, é isto também que deveria ser reconhecido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é para interferirem, é para acompanharem na SATA Holding, porque na parte operacional, tem a ver com as subsidiárias e não há ingerência e digo mais, esta não ingerência impõe também por via daquilo que é o entendimento com Bruxelas não se fazerem rotas não lucrativas na Azores Airlines...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas está a fazer!

O Orador: ... e, isso, Srs. Deputados do Partido Socialista sabem qual é a rota não lucrativa que assumidamente a Azores Airlines faz? É da OSP's do Pico, Faial e Santa Maria...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o resto?!

O Orador: ... com prejuízo para a SATA por vossa culpa, por vossa culpa...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... que colocaram dinheiro no Orçamento de Estado, nunca lançaram as obrigações de serviço público e para que os picoenses, faialenses e marienses tenham estes voos, está saindo de responsabilidades do grupo SATA, que deviam estar a ser pagas pelo Orçamento de Estado, e, que os Srs. enganaram os açorianos a colocar no Orçamento de Estado e nunca lançaram os concursos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo

Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Dou a palavra à Sra. Deputada Andreia Cardoso, do Partido Socialista.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Faço notar que o Sr. Secretário Regional não respondeu a qualquer das questões que nós colocamos, e, que coloca a solução dos problemas da SATA na resolução das questões relacionadas com as obrigações de serviço público para as ilhas que mencionou. Portanto, resolvendo esse problema, fica tudo resolvido, Sr. Secretário, eu lamento dizer-lhe, mas resolvendo este problema que carece de ser resolvido, as questões não ficam resolvidas.

Foi o Sr. que mencionou questões aqui muito importantes relacionadas com o Plano de Reestruturação, é verdade, o primeiro, aliás, que mencionou o Plano de Reestruturação até agora, pois então eu tenho a dizer-lhe, um dos compromissos assumidos pelo Governo Regional nesse Plano de Reestruturação, foi ou não foi a redução dos custos operacionais? Foi! O Governo comprometeu-se a reduzir até 2025 mais de 100 milhões de euros em custos operacionais, o que é que o Governo conseguiu? Em 2 anos aumentar os custos operacionais da SATA em 50 milhões de euros, Sr. Secretário, foi essa a conquista deste Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Com que é que o Governo se comprometeu com a Comissão Europeia? Comprometeu-se, Sr. Secretário, a reduzir os ACMI's a um ACMI por

ano, eu volto a perguntar, quantos ACMI's foram contratados pela SATA, qual é o custo e para que rotas? Nós não tivemos aqui essa resposta, não me vai dizer que não tem essa informação, ...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não tenho!

A Oradora: ... eu não acredito que o Governo não disponha de uma informação tão relevante, tão relevante para o sucesso da reestruturação do grupo SATA. Terceira questão, que critérios tiveram subjacentes às opções tomadas para encetar estas novas rotas não essenciais? Outro compromisso que o Governo tinha assumido no âmbito do Plano de Reestruturação é que seriam apenas rotas essenciais, em que medida é que a operação Porto – Estados Unidos ou Madeira - Estados Unidos, constitui uma operação essencial para o grupo SATA, para os Açores e para os açorianos?

Deputado José Ávila (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Eu aguardo pelas respostas.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Andreia Cardoso. Sr. Deputado Nuno Barata tem palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Uma vez que a Sra. Secretária já falou e não me deu resposta a uma questão que me parece pertinente no caso do planeamento da manutenção, e, que foi feita na minha primeira intervenção, eu gostava de reiterar a pergunta: é ou não verdade que estão a ser dadas prioridades de manutenção aos aviões da DS4 Azores Airlines em detrimento da manutenção de linha dos aviões da SP SATA Air Açores?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Barata. Dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, do PSD.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Temos estado aqui a ouvir o Partido Socialista com questões que, objetivamente e conforme já foi explicado pelo Governo, muitas delas terá de ser o Conselho de Administração a responder...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, não acredito que o Governo tenha vindo para um debate desta natureza sem esses dados.

O Orador: ... porque é quem sabe efetivamente sobre a gestão operacional do Grupo e ao contrário do vosso tempo, não há conselhos de administração, enfim ao serviço do Partido Socialista como havia no vosso tempo, se bem se lembram e aqui o Sr. Deputado Paulo Simões já recordou, eu acho interessante o Partido Socialista vir-se queixar que quer um Conselho rapidamente, um novo Presidente do Conselho de Administração, se fosse para ser rapidamente, se calhar íamos buscar mais algum Parreirão, se calhar encontrávamos no Eng.º Vítor Fraga um excelente quadro para voltarmos ao passado, em que a SATA tinha presidentes de Conselho de Administração que passavam por lá rapidamente e quando começavam a querer realmente gerir a empresa, alguns deles, o Partido Socialista não o deixava e novamente a sede do Partido Socialista geria diretamente a operação da SATA.

Era de tal maneira que nós tivemos aquela coisa única na aviação mundial, que conseguiu o Partido Socialista, que foi arranjar um avião que saía mais barato no chão do que a voar.

Deputado José Ávila (PS): Mas agora tem na mesma, mas a duplicar.

O Orador: E, portanto, foi esta a gestão que nos deixaram relativamente àquilo que é a interferência na Administração ou então aquele negócio magnífico que a

SATA fez com o Governo dos Açores quando foi fretada com grande pompa e circunstância para ir à China buscar máscaras para nos salvar do COVID, foi pena que essa operação não só custou milhões à Região, como nem sequer houve qualquer aproveitamento porque foram à China buscar máscaras que não serviram para nada e foram diretamente para o lixo, custando só elas 3 milhões de euros. Se calhar todo esse manancial de falhas contra a boa gestão da coisa pública e nomeadamente da empresa mais importante para os Açores, pudessem levar o Partido Socialista a perguntar-se a si próprio com que moral é que vem aqui, por exemplo, perguntar ou questionar sobre a atual operação da SATA, que é robusta, conforme disse a Sra. Secretária e que serve o melhor possível, com as capacidades que tem os açorianos, digam-me lá, então, Srs. Deputados do Partido...

Deputado António Lima (BE): Os senhores é que têm de explicar!

O Orador: ... e também Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, ...

Deputado António Lima (BE): Não tenho tempo.

O Orador: ... onde é que vamos reduzir? Digam lá qual é o voo que pretendem cortar, é com a Graciosa? Não gosta de ter 4 voos por dia com a Graciosa, Sr. Deputado José Ávila? É com as Flores, com São Jorge, com Santa Maria, com o Pico, qual é a das ilhas que os Srs. querem pôr fora? É no Corvo? É no Corvo querem deixar outra vez de ter voos todos os dias? É isso que querem fazer, é reduzir a mobilidade dos açorianos?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Digam lá onde é que vão cortar? Onde é que os Srs. querem cortar, a vossa inveja de estarmos a ter o sucesso que temos, por exemplo, com a Tarifa Açores leva-vos a isso, e, depois aquele exemplo que o meu colega já deu aqui

desta bancada, que é assintomático sobre a vossa falta de moral, ...

Deputado José Ávila (PS): O senhor está a falar de moral?!

O Orador: ... sequer para questionar o que quer que seja da tentativa do trabalho que está a ser feito para salvar a SATA depois do Plano de Reestruturação que teve que ser feito com Bruxelas, que é, os Srs. entregaram a frota da SATA a um Banco para irem buscar dinheiro para renovar a outra frota da outra empresa do Grupo SATA, os Srs. deram ao BES os aviões todos da frota da SATA Air Açores para irem pedir um empréstimo para pagar a frota da Azores Airlines. E ainda vem questionar o facto da Azores Airlines estar a ajudar a SATA Air Açores num momento difícil, de grande dificuldade em manter a operação por causa de acontecimentos imprevistos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é quase insano!

O Orador: ... a não ser que tenham algum comando especial com os raios que atingem os aviões ou com algum acidente que acontece, infelizmente nalguma placa com carrinhos que infelizmente podem tocar nalgum avião e criar algum problema.

Eu não sei sinceramente com que moral é que o Partido Socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem toda!

O Orador: ... vem aqui falar em descapitalizar em dívida e em todos os problemas que nos deixaram, quando aquilo que a SATA tem hoje de operação inter ilhas é manifestamente a função que nós queremos para a SATA Air Açores, que é dar mobilidade a todos os açorianos, democratizar a mobilidade dos açorianos, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... que foi aquilo que nós fizemos e que os Srs. não conseguem perceber, não obstante os açorianos de domingo aqui ou ali de vos dizerem aquilo que sentem, os Srs. não conseguem perceber que estamos no bom caminho e que estamos a fazer aquilo que deve ser feito para salvar SATA e para a SATA servir

realmente os açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Essa moral! Essa moral!

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Secretária e os ACMIS? Sabe ou não sabe?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. A Mesa continua recetiva a inscrições. Sr. Deputado Paulo Simões tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Justamente sobre os ACMI's, ainda bem que coloca a questão novamente, em setembro, não, não sei, vou perguntar, em setembro de 2018, a moção de orientação global do Partido Socialista, apresentada por Vasco Cordeiro, "Pelos Açores com os açorianos", dizia o seguinte a dada altura, que era necessário um eventual reforço sazonal de frota da SATA Air Açores e de uma reorganização da operação que constituiria um exemplos de soluções para produzir mais e melhores resultados nas acessibilidades aéreas, ACMI's, portanto, obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Vejo que o debate se mantém, mas no plano dos apartes, seria interessante que o fizessem de forma convicta e através de inscrição. Não há mais inscrições? Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É um debate bastante rico em perguntas, porém pobre em matéria de respostas. Vou repetir: como pretende o Governo reverter o agravamento dos custos operacionais contrários ao acordado com a Comissão Europeia? Que critérios suportam as

decisões tomadas de avançar para novas rotas não essenciais e que não tocam nos Açores e dependem do recurso a ACMI's? Que resultados esperam de operações com risco elevadíssimo que em nada beneficiam a mobilidade dos açorianos, nem a promoção dos Açores em mercados que favoreçam o turismo? Quantos ACMI's novamente foram contratados e a que custos e que rotas estão a operar? Os Administradores Não Executivos participaram destas decisões, concordaram? E o acionista Governo, avalizou estas decisões ou não? Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso são perguntas para o conselho de administração responder.

Presidente: Muito obrigado. Bom, Srs. Deputados, eu vou dar a palavra ao Partido Socialista para encerrar o debate. Dispõe Sra. Deputada de 1 minuto e 8 segundos.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O momento crítico ou ímpar nas palavras do único Administrador Executivo da SATA em funções...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Já está a faltar à verdade.

A Oradora: ... exige por parte deste Parlamento uma análise rigorosa ao cumprimento do Plano de Reestruturação da SATA 2021/2025.

Apesar da decisão da Comissão de junho de 2022 exigir ao Governo a apresentação de um relatório semestral sobre a implementação desse Plano, esses relatórios continuam a ser desconhecidos daqueles que têm por obrigação fiscalizar a ação do Governo, nomeadamente numa matéria especialmente relevante para o nosso

desenvolvimento como é a reestruturação da SATA.

Antes de qualquer questão, começo por, e, neste momento de conclusão, começo por exortar o Governo a disponibilizar essa informação a este Parlamento, possibilitando aos Deputados o conhecimento detalhado da implementação do Plano num reforço de transparência e de promoção da centralidade do Parlamento tantas vezes enunciados e, pelo que se percebe, pouco praticados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do que se conhece desse Plano de Reestruturação, era essencial reduzir rotas não essenciais e introduzir medidas de eficiência nas operações de transporte, melhorar as operações, reduzir custos operacionais, eram estes princípios essenciais, reestruturar a frota, aumentar a eficácia operacional, renegociar os principais contratos com fornecedores, medidas de produtividade para ajustar a mão de obra às necessidades da SATA.

A adoção das medidas em causa de eficiência e de redução, conforme tive oportunidade de dizer há pouco, conduziria a poupanças estimadas de mais de 100 milhões de euros até 2025 e os resultados ficam muito aquém, aliás, há um agravamento dos custos operacionais de 2022 para 2023 de 50 milhões de euros, traduzindo-se numa evolução em sentido contrário àquilo que foram os compromissos...

Presidente: Peço para concluir, Sra. Deputada.

A Oradora: ... e às estimativas constantes do Plano de Reestruturação, vou concluir, Sr. Presidente.

Por outro lado, se é verdade que em termos de receitas, as projeções efetuadas para 2022 são atingidas e até superadas, não é menos verdade que em termos de resultados operacionais, os resultados financeiros 2022 e 2023, quer em termos de EBIT, quer em termos de resultado líquido, ficam muito aquém do esperado.

Eu queria concluir dizendo que, este debate fica marcado pela ausência de respostas, muitas questões e muito poucas respostas e, sobretudo muito pouca

vontade de debater aqueles que são os incumprimentos já evidentes do Plano de Reestruturação da SATA e sobretudo a total omissão de uma sequer palavra sobre a privatização da SATA, em curso ou não, desenvolvida por este Governo.

O *trend*, Sr. Deputado Paulo Simões, o *trend* do PSD e do Governo...

Presidente: Sra. Deputada tem mesmo de concluir.

A Oradora: ... termino mesmo agora... é ignorar que vivemos no ano de 2024 e os resultados obtidos nos anos de 2021 a 2023, resultados substancialmente inferiores e aquém daquilo que foi o Plano de Reestruturação, ignoraram o que há um Plano de Reestruturação em curso a ser incumprido e ignoraram que há uma privatização encalhada.

Inqualificável, Sra. Secretária, inqualificável nas suas palavras é V. Exa. falar e omitir, não dizer uma única palavra sobre o Plano de Reestruturação ou sobre a privatização em curso e dizer que a SATA está no bom caminho, neste momento, infelizmente para todos os açorianos, para os Açores e para a SATA, o rumo em termos comerciais pode ser bom, mas em termos operacionais não é de facto o melhor, é preocupante e foi isso que motivou o Partido Socialista a vir aqui e a promover este debate. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado. Damos assim por concluído este primeiro ponto da agenda. Eu peço o favor aos Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares para se abeirarem aqui da Mesa, por favor.

Sras. e Srs. Deputados nesta brevíssima conferência que fizemos com os Líderes, foi deliberado interrompermos os trabalhos para almoço e retomamos às 15h00 com o segundo ponto da agenda. Bom almoço para todos.

Eram 12 horas e 35 minutos.

Eram 15 horas e 05 minutos.

(Neste momento o Deputado Luis Garcia tomou o seu lugar na presidência da Mesa)

(Neste momento a Deputada Nídia Inácio tomou o seu lugar de Secretária da Mesa)

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 2 da nossa agenda - **Anteproposta de Lei n.º 2/XIII – “Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores”**, é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, que deu entrada de uma substituição integral, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos, para a apresentação da iniciativa, faça favor Sra. Deputada.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

O Decreto-Lei nº 41/2015, de 24 de março veio regular a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos residentes na Região Autónoma dos Açores, na finalidade de prosseguir os objetivos de coesão social e territorial.

Atendendo que todo o processo de atribuição do subsídio social de mobilidade pressupõe que o beneficiário deve, para efeitos de atribuição do subsídio social de mobilidade, requerer o respetivo reembolso à entidade prestadora do serviço de

pagamento, depois de comprovadamente ter realizado a viagem a que respeita o subsídio.

Considerando o forte impacto e sobrecarga financeira que recai sobre os residentes nos Açores que são obrigados ao pagamento, na íntegra, no ato da compra da passagem aérea e sujeito a uma profunda burocracia de entrega de documentos para efeitos de comprovação da elegibilidade.

Entende o CHEGA Açores que é necessária uma simplificação no procedimento da compra, onde competiria ao Estado, que tem essa obrigação, o reembolso às transportadoras aéreas, evitando que os beneficiários se desloquem à atual entidade prestadora do serviço de pagamento.

O presente diploma visa a simplificação e a desburocratização do atual regime do subsídio social de mobilidade, procedendo assim à primeira alteração do Decreto-Lei nº 41/2015, de 24 de março.

Neste sentido, o CHEGA propõe que os açorianos e residentes nos Açores devem pagar – no ato da reserva da viagem – apenas e somente um preço fixo e não desembolsarem, antecipadamente, valores, por vezes, exorbitantes, deixando, assim, de haver adiantamentos e os respetivos reembolsos.

O Subsídio de Mobilidade, que existe desde 2011, implica o pagamento antecipado da viagem o que, por vezes, se torna incomportável para a maioria das famílias que vivem nos Açores que não têm o montante disponível na altura da reserva. Além disso, depois de realizada a viagem os passageiros têm de se deslocar aos CTT para serem reembolsados da diferença.

O Subsídio Social de Mobilidade, tal como está regulamentado, entende o CHEGA, não é justo e coloca em causa a coesão e a justiça social, devendo, por isso, ser melhorado o mais rapidamente possível, a bem do direito à mobilidade de todos os açorianos e a bem do princípio da continuidade territorial.

Por este motivo, o CHEGA entrega esta anteproposta de lei que tem como objetivo corrigir esta injustiça. Disse!

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Não havendo inscrições, vamos passar à votação. Sr. Deputado Luís Leal, faça favor.

(*) Deputado Luís Leal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Decreto-Lei nº 41/2015 regula a atribuição de um subsídio de mobilidade aos cidadãos beneficiários no âmbito de serviços aéreos entre o continente e os Açores e entre estes e a Madeira, prosseguindo objetivos de coesão territorial e social.

Os residentes para usufruir do respetivo subsídio têm de desembolsar no máximo 134 euros, e, caso a passagem seja acima desse valor, há direito ao reembolso total acima desses 134 euros.

Para terem acesso ao reembolso, os residentes têm de se deslocar às estações dos CTT e perdem muito tempo, como todos nós já de certa forma passamos por isso.

A anteproposta do CHEGA visa a simplificação e a desburocratização do citado diploma legal procedendo à primeira alteração.

Contudo, a proposta do CHEGA não resolve o problema da burocracia, uma vez que mantém os mesmos documentos a apresentar pelo residente e limita-se apenas a transferir do residente para as transportadoras ou para as centenas de agências de viagens por todo o país a questão do pagamento, que for acima dos 134 euros, sendo estas a fazer as contas com o Estado.

Ora, como assistimos nas várias audições da Comissão de Economia, as transportadoras aéreas resistem ao facto de serem elas próprias a suportar a diferença entre elas e fazendo as contas com o Estado uma vez e passo a citar, “não são entidades financeiras e entrar em compensações e reembolsos é complexo”.

Todos nós há 2 semanas atrás testemunhamos o que foi dito pelo Ministro Pinto Luz do Governo da República, do PSD/CDS, quando afirmou que vai colocar já, disse assim, já um teto de 600 euros como limite para o acesso ao reembolso e uma taxa de emissão de bilhete no máximo de ida 35, 70 ida e volta.

Ora, na nossa opinião, isto é claramente um retrocesso do atual modelo em vigor, uma vez que coloca o açoriano a ter de suportar 134 euros mais tudo o que for acima dos eventuais 600 euros.

Todos nós sabemos que por vezes os açorianos têm que pagar mais de 600 euros, sejam por condições de saúde que têm de viajar à última da hora, seja durante a época alta, todos nós temos a noção disso.

Com esta medida do Governo do PSD, os açorianos vão passar a pagar mais para viajar para o continente.

O PS está disponível como sempre esteve desde o início para alterar aquilo que tem que ser alterado desde que estas alterações sejam sempre em benefício dos residentes dos Açores, porque é pelo princípio da continuidade territorial que nos devemos reger.

A implementação de um teto máximo denota total desconhecimento do fundamento de mercado, veja-se o que aconteceu na Região Autónoma da Madeira, as passagens aumentaram. Ao impor um teto de 600 euros querem os açorianos a pagar pela incompetência da República.

Isto não significa que o atual modelo seja perfeito, carece de ser repensado, não ao nível da proteção do residente, mas sim na sua capacidade de atrair mais companhias aéreas para aumentar a concorrência.

Deve existir aqui um acordo entre o Governo da República e o Governo dos Açores relativo ao montante a transferir para a Região afete à operacionalização do subsídio social de mobilidade, isto é a Região deve usar a autonomia que está ao seu dispor, este Parlamento tem o dever de aprofundar a autonomia, esta é uma forma de aprofundamento da nossa autonomia.

O Governo dos Açores poderá usar o conhecimento acumulado através da operacionalização, por exemplo, da Tarifa Açores e assumir a gestão da operacionalização do subsídio social de mobilidade.

Mas uma coisa é garantida, o PS/Açores não aceita a imposição do teto máximo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados.

O Subsídio Social de Mobilidade é um marco determinante na história dos Açores, por aquilo que faculta aos açorianos em termos de mobilidade, mas também, pelo efeito que provoca no sentido de concorrer para a coesão territorial, para a continuidade territorial e para a coesão social do nosso país, e, isso deve-se, é bom lembrar, a um governo de Passos Coelho, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ..., que em 2015 fez aplicar esta norma que mudou radicalmente a mobilidade dos açorianos.

A partir dessa data, os açorianos apenas e no limite, pagam 134 euros para se deslocar de qualquer ilha para o território do continente ou 119 euros se o destino for a Região Autónoma da Madeira.

Creio que estaremos todos de acordo se disser que se trata de um direito irreversível da autonomia e das regiões autónomas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso não significa que seja um modelo perfeito, já o afirmamos várias vezes ou dito de outro modo, é um modelo que pode e deve ser melhorado, desde logo, simplificando um conjunto de procedimentos que, não sendo também é bom dizer, não sendo excessivamente burocráticos, mas podiam e deviam ser mais simplificados.

Assim como o princípio, também de o pagamento, tanto quanto possível dever ser feito pelo cidadão beneficiário, residente ou equiparado a residente apenas pelo valor limite que está fixado na lei, relembro os 134 euros.

Outra matéria que deve convocar e convoca seguramente a nossa atenção é a necessidade de se fazerem ajustes nos termos da operacionalização deste subsídio social de mobilidade, por forma a reduzir as possíveis situações de abuso ou até mesmo de fraude.

E, portanto, nessa matéria, nós também estamos a totalmente empenhados no pressuposto de que tudo devemos fazer para que o Estado não seja lesado por fraude ou outro tipo de abuso.

E, nessa medida, nós acompanhamos...

(Risos do Deputado António Lima)

O Orador: ... a proposta do CHEGA, dando até um contributo com uma proposta de alteração que já deu entrada e que do nosso ponto de vista, traz duas novidades

muito importantes, desde logo a fixação de um valor limite para a taxa de emissão, seja numa perna ou as 2 viagens, essa é uma das propostas que nós fazemos, fixando um valor, um valor que nos parece ser um valor muito concentrado com aquilo que são as práticas atuais do mercado.

E em segundo lugar e talvez mais importante, porque aí o benefício não é da operacionalização nem para a moralização do processo, mas sim diretamente para o cidadão beneficiário, que é, considerar elegível o custo resultante de uma alteração da viagem, achamos que isso é importante e que permite o cidadão, por um lado, não ter de pagar a tarifa mais elevada, podendo, por uma circunstância...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é abrangido pelo teto de 600€?

O Orador: ...qualquer, por uma circunstância qualquer poder fazer alteração da sua viagem.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas dito isto, naquilo que é o subsídio social de mobilidade, naquilo que é a proposta que estamos todos empenhados a fazer para melhorar o processo, não podemos deixar nesta ocasião também de fazer uma referência, na sequência da intervenção do Deputado Luís Leal.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se sabe!

O Orador: Porque parece que o Partido Socialista não tem um histórico nesta matéria, sendo que o histórico neste caso, como costuma dizer um companheiro meu, não é currículo, é cadastro.

E qual é o cadastro do Partido Socialista nesta matéria? O cadastro do Partido Socialista nesta matéria é que andou a enganar os açorianos e os portugueses em geral durante sucessivos anos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... em 2018, se a memória não me falha, foi anunciado pelo Governo da República a constituição pelo Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, curiosamente, a

criação de um grupo de trabalho para estudar os custos elevados para o Estado que tem esta prática de subsídio social de mobilidade e vem assim, com a suspeita de alguns comportamentos menos legais ou abusivos naquilo que a lei eventualmente pudesse facultar, o grupo de trabalho foi anunciado, nunca se viu a sua constituição, aliás, seria bom, por exemplo, que o Sr. Deputado Berto Messias, que à data era Secretário da Presidência e, portanto, fazendo parte do Governo Regional da altura, já que hoje não está cá o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, dizer quem foi o representante dos Açores nesse grupo de trabalho.

(Risos do Deputado Berto Messias)

O Orador: O Sr. está a rir e está a rir do peso da consciência que é... já não se lembra, já não se lembra!

Eu sei que o Sr. em algumas coisas tem uma memória seletiva, a minha normalmente não é tão seletiva quanto a sua é mais generalizada e eu não esqueço algumas coisas.

Porque, de facto, não sabemos sequer quem foi o representante da Região nesse grupo de trabalho, ainda que o então Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, tenha dito uma vez aqui neste Parlamento, está quase pronto, disse uma vez mas, tal como Pedro negou 3 vezes, disse uma segunda vez e uma terceira vez até num debate de uma iniciativa do Bloco de Esquerda, disse, bom, isto não faz sentido esta proposta do Bloco de Esquerda porque há um grupo de trabalho que está a fazer o estudo técnico desta matéria e, portanto, não vá a política adiantar-se ao estudo técnico.

O grupo de trabalho nunca reuniu, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E nos últimos 3 anos reuniu?

O Orador: ... não sabemos quem o integrava, não produzir nada e nos últimos 3 anos também não, nos últimos 3 anos também não reuniu, porque o Governo da República com Pedro Nuno Santos, depois com João Galamba, nada fizeram apesar de em 2019, António Costa ter dito esta coisa, sublime relativamente ao subsídio social de mobilidade, disse que era, absurdo e ruinoso para o Estado, mas nada fez, mas mais, o Partido Socialista nisto tem cadastro, porque, por exemplo, em 2019, em 2018, recuando até um ano, em 2018 chumbou uma proposta do PSD sobre esta matéria já para simplificar e para melhorar o modelo de subsídio social de mobilidade tinha maioria absoluta, chumbou. Em 2019 chumbou uma proposta do Bloco de Esquerda que propunha a criação de uma comissão eventual para acompanhar esta matéria, e, o que é que aconteceu a seguir? A seguir, o Partido Socialista apresenta, em outubro de 2019, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E há 2 meses como é que o PSD votou a proposta do Bloco?

O Orador: ... apresenta uma proposta para que a Comissão de Economia fizesse o acompanhamento desta matéria, o Sr. Deputado Carlos Silva era o relator da Comissão de Economia, o Sr. fez algum relatório sobre esta matéria, como estava obrigado a fazer trimestralmente, fez?

Deputado Carlos Silva (PS): Por acaso fiz

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isso diz bem das mentiras que sucessivamente os Srs. andaram a fazer aos açorianos, a fingir que resolviam um problema, não resolveram nada e tudo continuou como estava, até chegar-se agora a este ponto que vemos, finalmente, já arguidos constituídos e, portanto, que há aqui um problema grave que é preciso ser

atacado, mas os Srs. têm responsabilidades nesta matéria, os Srs. não fizeram nem deixaram fazer! Foi sempre essa a forma de atuação do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Acho curioso que o PS venha aqui dizer que os açorianos vão sair prejudicados com esta proposta ou vão pagar mais pelo bilhete, quando prejudicados estão a ser desde 2015, e, prejudicados, foram com a criação deste grupo de trabalho que o Deputado Joaquim Machado acabou de referir e que até ao momento não trouxe nada para os Açores, não trouxe resolução nenhuma e não simplificou nada no subsídio social de mobilidade, inclusive recordo-me que o Deputado Francisco César, não está aqui, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Mas já estive e disse muita coisa!

A Oradora: Já estive, também tocou nesse assunto e veio falar do grupo de trabalho, mas zero! Não temos nada do grupo de trabalho. Esta é uma competência do Governo da República que já devia ter sido tratada há muitos anos. Esse assunto já se arrasta há demasiados anos e está na altura de os Açores deixarem de ser esquecidos e abandonados pelo Governo da República.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao Sr. Deputado Joaquim Machado, a resenha histórica que fez sobre esse processo, demonstrando claramente as diversas atuações, diversas iniciativas e propostas que o Bloco de Esquerda teve sobre este assunto.

E, de facto, não é de agora que temos tido preocupação com esta matéria pena não termos tido o acompanhamento do PSD na última proposta, que já poderia estar na Assembleia da República sobre este mesmo assunto antes do Sr. Ministro ter anunciado a imposição de um teto máximo de 600 euros, que levará claramente ao aumento do custo para que os açorianos possam sair da Região.

Deputado Berto Messias (PS): Deputado Joaquim Machado não disse nada sobre isso, zero!!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: E de facto, este debate que estamos a ter aqui hoje e os desenvolvimentos que, entretanto, surgiram desde abril, desde que a proposta que o Bloco trouxe a este Parlamento foi debatida e rejeitada demonstram a urgência que a altura existia, urgência que a coligação, o CHEGA, toda a direita acharam que afinal não era urgente, como se provou, era mais do que urgente, porque agora já estamos a correr atrás do prejuízo, perdemos tempo.

E, simplificar o modelo, garantindo que o passageiro não tem que desembolsar centenas ou milhares de euros é de facto urgente e é importante estabelecer um teto máximo à taxa de emissão de bilhete, bem, há quanto tempo é que dizemos isso? E porquê? Porque é que ainda não foi feito?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ser feito.

O Orador: Perdeu-se mais uma vez uma oportunidade, não está a ser Sr. Deputado João Bruto da Costa, não está e já vou lá. A realidade demonstrou, pois que tínhamos razão, pois poucas semanas depois de ter sido rejeitada a proposta do Bloco neste Parlamento, tivemos o célebre anúncio do Ministro das Infraestruturas e Habitação, de que, a solução para este problema não é simplificar, não é desburocratizar, a solução para a fraude é penalizar o cidadão cumpridor, o açoriano cumpridor da lei, é que vai pagar pela fraude que existe no subsídio social de mobilidade, e, isso para nós é inadmissível e é inaceitável que tenhamos perdido tempo e que hoje estejamos a debater este assunto sem solução e sem soluções e de facto, a proposta e já vou à proposta em concreto, não tem as soluções certas, ela inspira-se, copia de uma parte daquilo que nós propusemos, mas fá-lo mal e avisamos logo no debate da nossa iniciativa, essa proposta faz a solução errada, porque senão vejamos, a proposta em primeiro lugar, esquece-se de limitar aquilo que é tão simples e que é consensual até as próprias agências de viagens através da sua associação representativa, concorda que é necessário estabelecer um valor máximo sujeito ao reembolso da taxa de emissão, toda a gente percebe que é aí que tem existido abusos e que tem levado às alegadas fraudes que são noticiadas e sobre as quais há processos judiciais em curso.

Mas o CHEGA não tem preocupação com a taxa de emissão, a proposta do CHEGA, ao contrário da proposta do Bloco, esquece-se da taxa de emissão, não tem uma linha sobre ela, não propõe limitar o reembolso da taxa de emissão de bilhete. Ora sobre a fraude, o CHEGA, pelos vistos não está preocupado com a fraude, não está preocupado com o abuso e para isso não teve urgência, chumbou a proposta que resolvia este problema, a única que neste Parlamento já foi feita para limitar a taxa de emissão e essa proposta foi do Bloco de Esquerda não foi do CHEGA que, aliás, retirou a taxa de emissão, a limitação à taxa de emissão da sua

proposta e assim se vê a grande preocupação com a fraude com a corrupção que tem o CHEGA, retira da sua proposta aquilo que o pode resolver.

Em segundo lugar, sobre a simplificação, a proposta do CHEGA tem um enorme equívoco, aquilo que se diz no art.º 4.º da proposta é que no n.º 1 a atribuição e cito: “a atribuição do subsídio social de mobilidade ao beneficiário implica a compra e a utilização efetiva do bilhete e corresponde ao pagamento do valor único”, ora, o pagamento em valor único que aqui se faz referência, salvo melhor opinião, é o valor do subsídio social de mobilidade. Aquilo que o CHEGA está a fazer, e basta ver a redação do Decreto-Lei atual, que fala em valor variável, o subsídio social de mobilidade tem de ser um valor variável, de outro modo, aquilo que está a fazer é impor um teto, aquilo que o Ministro das Infraestruturas quer fazer, ora o que o CHEGA está a propor, é o que o Governo da República está a dizer que vai fazer, é impor um teto. Aquilo que o PSD diz que vai apoiar é impor um teto ao subsídio social de mobilidade, obrigar os açorianos e açorianas a pagar mais, em vez de pagar a 134, pagar 200 ou 300 euros para sair dos Açores. Ora, a redação que o CHEGA faz é impor um teto, está errada, não era isso que queriam fazer? Então fossem mais competentes.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu não sei se é uma intervenção se é uma interpelação à Mesa, era para perguntar ao Sr. Presidente se cresceu alguma medalha do dia dos Açores para entregarmos ali ao Bloco, porque parece que eles é que resolveram esse problema e nós é que não deixamos. Era isso Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Leal, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Joaquim Machado fala em cadastro, como se sustentar posições políticas fosse uma questão de cadastro. A gente orgulha-se daquilo que pensa e a gente tem as nossas convicções e são essas as convicções, são o sal e a pimenta das nossas vidas.

Muito simples, encobrem aquilo que é óbvio que foi o Ministro da República vir dizer que os açorianos é que vão pagar pela incompetência da República, pagar 600 euros ou ter como limite 600 euros é um retrocesso do atual modelo e, Sra. Secretária, já agora, o que é que acha o Governo dos Açores relativamente à imposição deste teto? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Muito rapidamente, Sr. Deputado António Lima, o Sr. faz uma intervenção com a qual pretende iludir os açorianos de duas coisas, a primeira é de que, em abril a sua proposta resolvia tudo, é falso que ela resolvesse o que quer que seja, ...

Deputado António Lima (BE): Ah e esta é boa?!

O Orador: ..., mas também é falso uma outra coisa é que a sua proposta foi preterida, porque havia uma outra e a Câmara votou favoravelmente a proposta do CHEGA em detrimento da sua...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é nada disso! Por amor de Deus!

O Orador: ... e é esse pormenor da democracia que o Sr. ainda não se habituou, apesar do povo cada vez mais lhe confiar menos votos.

Em segundo lugar, é de dizer que os açorianos vão pagar mais por uma decisão do Governo da República e, sobre isso o Sr. também não está a dizer tudo, não está a dizer tudo o que sabe, e, está a fazer uma insinuação ao PSD que é falsa, falsa, três vezes falsa, que é esta, o PSD sobre esta matéria tem histórico, começou em 2018...

Deputado António Lima (BE): Onde é que está a proposta?

O Orador: ... a defender neste Parlamento a revisão do subsídio social de mobilidade nas suas imperfeições, desde 2018, e, relativamente à fixação de um limite, o Sr. ouviu na Comissão de Economia por diversas vezes na audição do Sr. Ministro, o Sr. Ministro, a reafirmar...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor ouviu e não gostou!

O Orador: ... que o PSD/Açores está contra a fixação de um limite.

Deputado António Lima (BE): Então tem que votar contra esta proposta!

O Orador: Portanto, o Sr. nesta matéria, não está à frente de ninguém, pelo contrário, eu acho que vai atrás de muita gente, porque nós continuamos convictos e firmes no nosso propósito, e, aliás, adiantei mais uma coisa que esta anteproposta de lei, também acautela e que nós continuaremos a defender, desde logo, avaliar o resultado que vai sair do grupo de trabalho que está constituído e que, aliás, sexta-feira já reuniu.

Finalmente, foi preciso um governo do PSD, do CDS e do PPM na República para pôr a funcionar um grupo de trabalho para estudar o subsídio social de mobilidade e, em segundo lugar, também me ouviu muitas vezes, nós não abdicamos do princípio de um açoriano pagar no limite sempre 134 euros e de esse valor já incluir o direito a uma bagagem mínima de porão de 23 kg e a alteração da viagem, e, tanto assim é que concretizamos com a proposta que deu entrada.

O Sr. que tinha uma solução em abril, espero que neste Plenário faça entrar propostas...

Deputado António Lima (BE): Já apresentei.

O Orador: ... que venham à consideração da Câmara para serem votadas para ver se são ou não são melhores do que esta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Em abril quando trouxemos essa proposta aqui a essa Assembleia e quando a proposta baixou à Comissão foi precisamente para recolher os contributos de todos, sempre dissemos que o CHEGA não era arrogante e que estava disponível para falar com todos a bem dos açorianos.

A proposta está hoje a ser discutida, recebemos propostas de alteração do PSD, estamos a analisar, vamos ver, Sr. Deputado António Lima, onde é que estão as propostas de alteração do Bloco de Esquerda? Já que a sua proposta era tão boa, melhor do que a do CHEGA, melhor do que as propostas de alteração do PSD.

Se a sua proposta era assim tão boa, onde é que estão as propostas de alteração do Bloco de Esquerda e assim fazermos uma anteproposta em conjunto com os contributos de todos? Obrigada

Deputado António Lima (BE): E porque é que não foi ao contrário?!

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Traz-nos aqui o CHEGA esta anteproposta de lei referente ao subsídio social de mobilidade, sem dúvida que o subsídio social de mobilidade contribui para a coesão territorial, para a continuidade territorial, para a coesão social e, como já foi dito aqui, sem dúvida que é um direito irreversível de todos os açorianos.

Esta iniciativa traz-nos aqui uma preocupação que é comum, julgo que é comum a todos os partidos, que é, sem dúvida, a questão da simplificação de todo este processo, dos próprios açorianos poderem pagar o valor exato daquilo que é esta tarifa que são os 134 euros e é algo que já foi diversas vezes discutido nesta Casa e essa preocupação transmitida de uma forma até transversal por todos os partidos. A verdade é que na altura e até o Sr. Deputado António Lima veio aqui a atacar porque chumbámos a proposta na altura do Bloco de Esquerda, a verdade é que vieram duas propostas, a do CHEGA e a do Bloco de Esquerda a discussão a esta Casa, o Bloco naquilo que é a sua opção, optou por discutir essa mesma proposta em urgência na sessão plenária, enquanto o CHEGA baixou a proposta à Comissão, o que nos pareceu e que consideramos que foi importante até para aquilo que foram as audições que foram feitas no âmbito desta matéria, naquilo que pode ser também a nossa análise no âmbito do decorrer dessas audições e prepararmos uma proposta de alteração que entendemos que visava melhorar a própria iniciativa e foi exatamente por isso que votámos na altura e justificámos, contra a urgência do Bloco de Esquerda. Consideramos que continuam a existir pressupostos que são importantes, que é a questão de ser um modelo centralizado na República, sem

dúvida que esta é uma obrigação do Governo da República, a verdade é que, que não seja um modelo, como sempre dissemos, que seja prejudicial para os Açores, para a mobilidade dos açorianos e a verdade, então já no âmbito do que tem sido o debate até agora, levanta-se a questão do teto, da diferenciação de limites, o Grupo Parlamentar do CDS já manifestou, no âmbito de declarações até públicas que não concordamos com a fixação de um limite e, portanto, não vamos estar aqui a fazer àquilo que se calhar estavam à espera que era o Governo agora é da República, o que eles emanarem da República vamos estar todos aqui para concordar, não é isso nunca foi essa a postura do CDS, é isso que vamos manter, temos o nosso entendimento sobre esta matéria e por isso até já o dissemos publicamente.

Também consideramos que é importante a situação, e, até pelo desenrolar e a mudança de circunstâncias que tenham ocorrido com a constituição de arguidos em todo este processo suspeita de fraude, a verdade é que a fiscalização é, sem dúvida, um fator essencial em todo este processo, e, como tal e na sequência deste trabalho, que foi muito importante no âmbito da Comissão de Economia, apresentámos exatamente essa proposta de alteração que visa, no nosso entender que haja aqui uma ação reforçada da fiscalização e do controlo, até pela criação também do aditamento do art.º 11.º a) ou até mesmo pelo controlo referido no art.º 11 quanto a passar a ser um controlo trimestral e não anual, parece-nos que isso é fundamental em todo este processo, por isso, apresentámos esta proposta de alteração.

Sem dúvida que continuamos a dizer que urgia e era necessário esta alteração da simplificação de todo este processo, a verdade é essa, e com este trabalho que se conseguiu fazer na Comissão de Economia podemos também analisar, apresentar as nossas propostas de alteração no sentido de conseguirmos ter um modelo que seja simplificado para bem da mobilidade dos açorianos, mas que, por outro lado, também não crie constrangimentos a esta mobilidade dos açorianos porque, sem

dúvida que este subsídio social de mobilidade, esta coesão social e territorial e continuidade territorial que hoje existe, nunca poderá ser posta em causa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) e Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não acredito que haja aqui um único partido que não queira resolver a problemática do subsídio de mobilidade, isso sem dúvida que todos nós queremos facilitar a vida de todos os açorianos relativamente à mobilidade e àquilo que é um direito de todos nós. Esta iniciativa se consegue resolver o problema, neste caso dos prevaricadores de grandes abusos que (impercetível) eu tenho dúvidas que o consiga fazer, não conheço as alterações feitas ainda pela coligação, por isso também não vou remeter, que acho que uma pequena fiscalização que não seja limitada por lei, consegue também fazer alguma coisa, a não ser que a fiscalização seja bastante reforçada com mais recursos humanos do que aquilo que nós temos neste momento, para que isso não aconteça como no passado.

Mas eu tenho dúvidas apenas de uma coisa, para já, até agora, porque ainda não vi as alterações feitas pela coligação, tenho duas dúvidas.

Primeiro a coligação sempre disse que nunca queria passar o ónus dos CTT para as transportadoras aéreas, porque isso era um problema enorme relativamente à competitividade, mas agora diz exatamente o oposto, por isso eu pergunto à Sra. Secretária Regional com a tutela dos Transportes, e, tendo em conta com a

audiência da SATA, a audiência da SATA diz que não tem condições financeiras para aplicar este modelo na forma como está redigido não é possível executar, por isso, Sra. Secretária, diga-nos como é que nós vamos resolver esta situação quando a própria diretora financeira, que agora é administradora, diz que não consegue nem tem condições monetárias para conseguir aplicar este modelo que está aqui apresentado. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu vou começar essa minha intervenção, precisamente da mesma forma, se bem que não com as mesmas palavras, que começou o Sr. Deputado Pedro Neves.

Penso que não há nesta Casa, nem nos Açores, uma única pessoa que não esteja preocupada com a aplicação do modelo mais cómodo, eu diria assim, para os açorianos, no que diz respeito ao subsídio social de mobilidade, todos nos preocupamos, isto já foi debatido aqui aquando, eu não estava cá nas outras legislaturas em que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez referência, mas estava cá na legislatura passada, quando discutimos as três propostas que aqui foram debatidas e se bem se lembram, e, já nesta legislatura falamos sobre esse assunto e se bem se lembram, quer a Sra. Secretária Regional da Mobilidade quer eu próprio dissemos que é perigoso mexer nesse assunto sem que saibamos ao certo o que queremos fazer, porque, apesar de tudo, o sistema que existe não sendo bom para os açorianos, ainda assim funciona, e, como dizia Winston Churchill, sobre a democracia, pode-se aplicar aqui, não é o melhor dos sistemas, mas é aquele que está a funcionar melhor.

Eu também percebo que as audições que ouvimos, em que ouvimos a SATA e a TAP e o Sr. Ministro de Estado, que encerram em si uma parte do interesse, que é

como quem diz, estão defendendo a sua dama, e, portanto, essas companhias não querem fazer esforço nenhum, nem de cobrança, nem de assumir responsabilidades financeiras, quando os Governos da República ou o Governo Regional se atrasam nos pagamentos, o que é certo e como comecei a minha intervenção é que é preciso fazer qualquer coisa.

Devo aqui fazer justiça ao Sr. Deputado Joaquim Machado, que na audição ao Sr. Ministro foi insistente, e bem! Impertinente, até perdoe-me a expressão, porque, de facto, o Sr. Ministro não consegui, e bem, porque, de facto, o Sr. Ministro não conseguiu esclarecer a Comissão...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é para ser simpático.

O Orador: ... de quais eram as intenções do Governo da República, e, se bem se lembram, também o Sr. Deputado Joaquim Machado, há de me fazer justiça nesse sentido, já no fim da audição eu voltei a perguntar ao Sr. Ministro e o Sr. Ministro não foi capaz de responder, até parecia que já estava um bocadinho incomodado com a insistência e quis dizer que, não quis dizer, disse mesmo, que nós estávamos nos consolando e que não percebia porque é que estávamos a reclamar, não foi por essas palavras, mas em bom “micalês” foi assim: “tão-se consolando, porque é que tão reclamando?”

O que é certo é que o Sr. Ministro não garantiu que nós não tivéssemos um teto máximo de 600 euros e que, no caso de uma passagem custar 834 euros, não íamos pagar esses 200 euros a mais, não garantiu, disse só, posso garantir que nenhum açoriano vai pagar mais que 134 euros, mas não disse como é que o estabelecimento de um teto máximo de 600 euros garantia isto.

Eu percebo, porque o Secretário de Estado Sérgio Monteiro, também quando pensou esse modelo também pensou que nós íamos todos comprar passagens muito baratas nas lowcost, que entretanto tinham entrado no mercado e que isto ia custar menos dinheiro à República, e de facto, nos primeiros dois anos até ficou abaixo

dos 16 milhões de euros que estavam previstos no Orçamento de Estado, mas depois, como sabemos, as pessoas procuraram outras comodidades, até porque há quem não se importe de pagar 800, 900 e depois ir reembolsar-se desde que isso lhe conte milhas no cartão da TAP ou no cartão da SATA, para depois usar em outras coisas.

Mas há aqui, sobre esse diploma, como havia sobre os três diplomas que debatemos na legislatura anterior, uma preocupação da Iniciativa Liberal e que eu não posso deixar de referir, é que nós não temos a certeza e continuamos a não ter a certeza de que esse diploma vai resolver os problemas que neste momento existem com o subsídio social de mobilidade nem sabemos se ele não vai piorar.

Em fevereiro de 2023, o PSD dizia precisamente a mesma coisa, pela voz do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, até dizia mais, dizia que isto ia perigar a vinda de companhias para os Açores, que isto ia por em questão até o preço das passagens, eu percebo o "Flic flac" à retaguarda encarpado do PSD/Açores agora, porque de facto, precisa muito do CHEGA para garantir a estabilidade política, a sua governação nos Açores, compreendo por esta via, mas não compreendo pela outra via, da mesma maneira que nos abstemos nas três propostas anteriores, o nosso voto nessa proposta será obviamente de abstenção porque nós entendemos que a intenção é boa, temos é dúvidas que esse mecanismo vá resolver esse problema e confiamos que de uma vez por todas na República, o tal grupo de trabalho faça o seu trabalho, passo a redundância, de acordo com aquilo que nós pretendemos que é, os açorianos não pagarem mais do que 134 euros pelo acesso ao continente português a partir de qualquer uma das gateways dos Açores. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Intervenho mais uma vez neste debate apenas para fazer duas referências àquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, a sua segunda intervenção e ao que o Grupo Parlamentar do CHEGA também referiu.

O Bloco de Esquerda não é dono da verdade...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Até parecia!

O Orador: ... nem de todas as propostas, as nossas propostas não são sempre as melhores, mas tem que reconhecer, como reconheceu na sua intervenção inicial sobre esta matéria, temos trabalho feito, e, temos uma coisa que o Sr. não tem, coerência!

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): O Sr. Deputado António Lima tem um sentido de humor muito especial!

O Orador: Porque Sr. Deputado Joaquim Machado e restante Grupo Parlamentar do PSD e do CDS, vamos lá ver, a coligação rejeitou em abril uma proposta que limitava o valor elegível para reembolso da taxa de emissão, a taxa chamada, taxa XP e agora (já lhe explico, Sr. Deputado Bruto da Costa) vão votar a favor de uma proposta que não limita a taxa de emissão, ou seja, rejeitam uma que fazia aquilo que querem fazer e agora aprovam uma que não faz, pior e vão apresentar uma proposta de alteração pelos vistos sobre essa matéria sobre a taxa de emissão, quando chumbaram essa mesma proposta em abril, coerência...

Segundo aspeto da vossa coerência, então eu ouvi várias vezes a Sra. Secretária Regional da Mobilidade dizer que era necessário, não vinha a tempo, não era o correto, fazer agora uma anteposta de lei e enviar para a Assembleia da

República, o que era preciso era fazer um grupo de trabalho com o Governo da República para rever o modelo.

O Deputado Paulo Moniz, soube também que agendou a votação de um projeto de resolução a recomendar a criação do grupo de trabalho na Assembleia da República, o grupo de trabalho pelos vistos já está criado, vai votar uma coisa que já está resolvida, mas pronto, agendou.

Toda a lógica de debate político do PSD tem ido no sentido do Governo Regional de criar esse grupo de trabalho, mas vai aprovar uma anteproposta de lei para enviar à Assembleia da República, antes do grupo de trabalho ter concluído o seu trabalho, bem mais uma grande coerência do PSD sobre esta matéria.

E depois, aquela que é a absurda incoerência do PSD, que bem, e aí reconheço, na Comissão, na audição do Sr. Ministro das Infraestruturas, referiu claramente que era contra a imposição de tetos, mas vai aprovar uma proposta que impõe um teto, é esta a proposta que estamos a debater e, a redação que está na proposta do CHEGA impõe um teto...

Deputado José Pacheco (CH): Não tem teto nenhum!

O Orador: ... e a prova disso é, a redação atual do Decreto-Lei que diz que o pagamento é de um valor variável, e, o CHEGA quer tornar um valor fixo. E na proposta que a Assembleia Legislativa da Madeira levou à Assembleia da República, que foi aprovada sobre o subsídio social da mobilidade na Madeira que define o valor variável do subsídio, tem que ser variável, porque de outro modo ao impor um valor fixo ao subsídio o que se está a fazer é dizer que a partir de determinado valor de passagem aérea, o Estado lava as suas mãos.

Por isso, sobre coerência nós estamos conversados, a do PSD, a da coligação é zero neste assunto!

Sra. Deputada Olivéria Santos, nós temos todo o gosto em trabalhar sobre propostas que tenham algum sentido, o problema é que a Sra. quer que nós agora

apresentamos propostas de alteração à vossa, quando aquilo que fizeram com a proposta do Bloco de Esquerda foi chumbar liminarmente sem propostas de alteração, e que, dizem os Srs. que era semelhante, não era! O problema da vossa proposta é que não resolve problema nenhum e ainda impõe um teto para obrigar os açorianos a pagarem centenas de euros para sair dos Açores e isso nós não aceitamos, não resolve problemas ainda quer por os açorianos a pagar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Leal, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Olivéria Santos, explique-me em como é que esta proposta desburocratiza, quando no art.º 7.º ainda acrescentam mais documentos, além da fatura comprovativa, cartão de contribuinte, documento comprovativo de identidade, documento emitido pelas entidades portuguesas, certificado de registo, ainda acrescenta cartões de embarque, como é que isto desburocratiza? Sra. Secretária, uma vez que já foi constituído um grupo de trabalho, uma vez que já houve uma reunião, tenha o obséquio, por favor, pelo menos por uma vez durante o dia de hoje, que responda a alguma coisa, alguma questão que coloquemos, por favor, diga-nos qual é a posição do Governo relativamente à imposição do teto do Sr. Ministro? E diga-nos o que é que se passou na última reunião da Comissão. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Para dar aqui um esclarecimento também à Câmara, porque será distribuído mais uma proposta de alteração da coligação.

Eu vou explicar porquê, Sr. Deputado António Lima e até não deixa de ser importante que o Sr. tenha alertado para isso. A verdade, Sr. Deputado, nós não deixamos de fazer o nosso trabalho para melhorar aquilo que tem que ser melhorado e faremos, seja através desta anteproposta e subscrevendo aqui a necessidade de fazer melhor, seja através de finalmente haver um grupo de trabalho e haver um Governo da República que quer realmente que haja um esclarecimento e uma melhoria do sistema do subsídio social de mobilidade.

E naturalmente que o que se pretende aqui é menos burocracia, é melhor acesso ao subsídio que é saber que não se tem que adiantar uma fortuna para se poder viajar, é porque há uma coisa que o socialismo nos Açores e a extrema esquerda não querem que os açorianos percebam e que é uma realidade, é que com o atual sistema os que têm menos não viajam porque não têm dinheiro para adiantar, e, aquilo que os Srs. estão a fazer é, a fazer permanecer sempre esse sistema de prejudicar aqueles que menos querem ao não querer alterar conforme nós queremos este subsídio.

Deputado António Lima (BE): Mas nós quem?!

O Orador: E, portanto, melhor acesso ao subsídio, mais possibilidade dos açorianos, de facto, terem o subsídio social de mobilidade e menos fraude. E nesse sentido, e para que não restem dúvidas, porque há uma coisa que também que o Sr. Deputado António Lima omitiu daquilo que foi dito pelo Sr. Ministro é que o Sr. Ministro também disse na Comissão que não pagaremos mais de 134 euros, ponto final, parágrafo.

E, para que não haja dúvidas na redação que está atualmente no n.º 1 do art.º 4.º, nós vamos fazer uma proposta de alteração da redação para aquilo a que se refere valor único, que é exatamente o açoriano pagar apenas aquele valor, o subsídio seja relativo não a esse valor porque não é um subsídio, uma vez que nós o pagamos,

mas à diferença para o valor do bilhete efetivamente adquirido nos termos dos números seguintes do referido artigo, já vai receber o texto definitivo dessa proposta de alteração, peço-lhe que tenha atenção a ela para que não restem dúvidas e nós exerceremos, enquanto Grupo Parlamentar e enquanto representantes dos açorianos, todas as nossas funções para melhorar, seja através desta Assembleia, seja através de propostas para a República, seja através de finalmente termos um Governo da República que está disponível a fazer alguma coisa para melhorar esse sistema. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu já perdi a conta e não estou cá há muito tempo, das vezes que já fui à Comissão e já disse qual era a posição do Governo dos Açores, e, essa posição não mudou, o que mudou, de facto, foi a predisposição...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... do Governo da República constituir um grupo de trabalho, reunir um grupo de trabalho e começar a encarar esta situação como uma situação real e efetiva que prejudica os açorianos naquilo que são as suas disponibilidades financeiras para comprarem um bilhete para irem ao continente português.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Esta é que foi a grande mudança, porque a nossa posição é sempre a mesma, mas o Governo da República agora, já entendeu...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Porque é um governo da República diferente.

A Oradora: ... que é necessário constituir esse grupo de trabalho e debruçar-se sobre esta situação.

Porque, como aqui já foi dito, não deve haver um açoriano e não há certamente neste hemiciclo ninguém, que não concorde, que se deve pagar apenas os 134 euros, mas todos também têm consciência da dificuldade de operacionalizar isso e de atingir esse objetivo, todos têm consciência disso, e, isto tem que ser assumido, e, por isso é que é preciso um grupo de trabalho, para que se encontrem os mecanismos adequados e as ferramentas próprias para desburocratizar, simplificar, utilizar plataformas, dar mais comodidade às pessoas e encontrar uma forma de se operacionalizar isto.

Esse grupo de trabalho já está constituído e fará as suas conclusões até ao dia 15 de setembro é pelo menos o prazo que atualmente está estabelecido no despacho de criação desse grupo de trabalho e, portanto, é nesse pé que nós estamos e a posição do Governo é a mesma.

Agora, o que é que interessa aqui salvaguardar? Interessa que se estamos todos de acordo, temos que simplificar, mas também dissemos isso ao Ministro, e, o próprio Ministro na Comissão, esta foi a nossa posição na Comissão e a posição do Ministro qual foi? A posição do Ministro foi que sim, Sra. (impercetível) XP como nós também propusemos, deve ter um teto elegível para evitar fraudes e más práticas, estamos todos de acordo, julgo eu.

Depois vem com o teto por indicação da IGF, mas não foi perentório...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi sim senhora.

A Oradora: ... nem quanto ao valor, não foi perentório quanto ao valor do teto, foi perentório na proposta da IGF, mas também disse, porque eu ouvi e tive o

cuidado de ouvir a audição que ninguém pagaria mais do que 134 euros, então o que é que é preciso fazer? É que esse grupo de trabalho determine como é que se evita...

Deputado António Lima (BE): E o que é que se evita com esta anteproposta? Explique-me!

A Oradora: ... que se pague mais de 134 euros, essa é que é a questão fundamental desde o início, nós não podemos permitir que sejam as companhias a ficar com o ónus e depois, às tantas, ficam ali alguns meses depois, dizem bem, agora vocês ficam para aí sozinhos que eu não estou para entrar neste jogo. A Ryanair fará isso imediatamente, a EasyJet saiu das Canárias com uma situação idêntica, portanto, temos que ter esse cuidado. Aí é que o grupo de trabalho é necessário. Esta proposta é uma anteproposta de lei, enquanto esta anteproposta de lei segue para o Parlamento, o grupo de trabalho funcionará, é possível que se encontrem em meio do caminho antes é que não! Contrariamente ao que diz o Sr. Deputado António Lima, o contrário é que não, porque se o grupo de trabalho não estivesse a funcionar, se não houvesse pressupostos e limites e condições para este grupo chegar a conclusões aí a anteproposta faria o seu caminho sozinha...

Deputado António Lima (BE): Oh Sra. Secretária isso é uma argumentação *malabarista!*

A Oradora: Agora não, a anteproposta fará um caminho paralelo com o grupo de trabalho e, no final, poder-se-ão encontrar. Essa é que é a questão que neste momento faz diferença, qual é a diferença então? Temos um Governo da República que aceitou a nossa proposta, constituir um grupo de trabalho, estudar e encontrar mecanismos para operacionalizar isto e a partir daí se aparecer alguma anteproposta na Assembleia da República, como é o caso que está aqui em causa, encontrar-se-á com as conclusões desse grupo de trabalho no dia 15 de setembro, que, como se sabe, é logo a seguir às férias parlamentares, esta que é a diferença e, portanto,

sobre isso deixa o Plenário, porque o Plenário é que deve decidir e o Governo não está aqui para isso, apesar de estar com todo o gosto a responder às perguntas dos Srs. Deputados, muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, a Sra. Secretária Regional, referiu agora ou realçou a importância do grupo de trabalho que ele é fundamental, que ele é necessário, nós não colocamos isso em causa, é factual que ele também nos últimos três anos não funcionou devidamente, a Sra. Secretária já o referiu e obviamente que o Governo também indicou uma pessoa para representar o Governo Regional dos Açores, mas não é isso que releva neste momento.

Sra. Secretária referiu que o grupo de trabalho é fundamental, mas nós estamos aqui a debater uma proposta que ultrapassa o trabalho deste grupo de trabalho e qual é que é a posição do Governo Regional? Se nós vamos esperar pela posição do grupo de trabalho, então concorda ou não concorda com a proposta que está aqui a ser debatida?

E depois há algo que a Sra. Secretária também referiu, mas não corresponde inteiramente à verdade, Sra. Secretária, a Sra. Secretária, disse que o Sr. Ministro não defendeu a imposição de um teto máximo de 600 euros? Se nós consultarmos

as declarações dele antes da Comissão e se consultarmos aquilo que está no relatório que foi transcrito pelo relator sobre aquilo que foi dito pelo Ministro, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Consulte o que foi dito no Conselho do Governo!

O Orador: ... ele diz taxativamente, está na página 62 do relator e podem consultar: “O Ministro das Infraestruturas e Habitação defende a limitação do custo total elegível máximo. Nos Açores poderá ser de 600 euros.” Ó Sra. Secretária, isso é um teto máximo, a pergunta que já foi feita pelo Deputado Luís Leal e que nós reiteramos, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E o tempo verbal? Consegue explicar?

O Orador: ... é o Governo Regional dos Açores concorda ou não concorda com a imposição de um teto máximo de 600 euros? Portanto, essa é a pergunta que importa esclarecer.

Porque obviamente que a imposição de um teto máximo de 600 euros vai provocar constrangimentos e vai fazer com que o valor do subsídio social de mobilidade efetivo, o custo total para o passageiro, numa viagem, por exemplo, que custe 800 euros...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não é isso que está na proposta!

O Orador: ... passa para quase o triplo, não vai pagar apenas 134, vai pagar os 134 e o remanescente dos 800 para os 600 euros, estamos a falar de mais de 330 euros, esse é que é o custo efetivo.

Com a imposição de um teto máximo de 600 euros e não havendo o esclarecimento, como já realçou o Deputado Nuno Barata, sobre o que é que acontece ao diferencial, é isso que vai acontecer e os passageiros vão pagar quase o triplo quando comprarem uma viagem de 800 euros.

E sobre isso, a Sra. Secretária não clarificou qual é a posição do Governo Regional, há ou não um consenso...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é conversa!

O Orador: ...também nesta matéria entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República, a imposição do teto máximo foi acordado não foi acordado? E, portanto, é importante que clarifique.

E segundo, clarifique também, qual é a posição do Governo relativamente à anteposta que está aqui a ser debatida, porque sobre ela também não disse nada, mas disse que o grupo de trabalho é fundamental. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não vou falar para ninguém que está aqui dentro, vou falar para os açorianos, o que é que o CHEGA quer? As pessoas chegam lá, pagam a viagem, não tem mais CTT, hei pá, ouçam com atenção. O que é que a extrema esquerda quer? Lançar o caos, confusão, nós queremos uma coisa simples, acabou, ninguém vai para CTT um casal da classe média baixa pode comprar uma passagem, tem poder de compra para isso, alguns infelizmente não o terão, mas vamos ter um acesso mais alargado às famílias dos Açores.

O que é que a extrema esquerda quer? Lançar confusão, porquê? Porque eles também tinham algo muito parecido e nós chumbámos, e, eles estão aqui a bater uma birra.

Nós reconhecemos o mérito, já disse ao Sr. Presidente, quando houver uma medalhinha a mais, vamos entregar ali ao Bloco de Esquerda, isto é que é a democracia deles, que é não aceitar que outros tenham opinião diferente ou semelhante.

Nós, aos açorianos, dizemos, nós não nos calaremos enquanto os açorianos não pagarem só e apenas 134 euros, companhias aéreas, agências de viagens, o “Tio Patinhas”, o “Rato Mickey”, eu não tenho nada a ver com isso, isso é um problema que é do Governo, para isso é que o Governo está lá para governar. Haja saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver mais intervenções, Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Podia fazer uma interpelação, mas julgo que é importante que a proposta de alteração anunciada seja distribuída e em segundo lugar, eu não posso deixar de dizer que as propostas de alteração do PSD, uma anunciada outra entregue, aquilo que fazem na prática, é transformar a proposta do CHEGA na proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então quer dizer que vai aprovar?

Deputado José Pacheco (CH): O senhor quer uma rennie?

O Orador: E, convenhamos, é uma figura triste, aquela que os Srs. fazem para garantir o apoio do CHEGA ao vosso Governo, é uma triste figura aquela que vocês fazem, que os Srs. fazem, peço desculpa, para garantir o apoio do CHEGA ao vosso Governo, transformar uma proposta mal feita, errada, com inúmeros problemas na que chumbaram em abril. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, naturalmente porque a proposta ainda não está distribuída, está a ser entregue e naturalmente, para terem tempo todos de avaliar a proposta de alteração que apresentamos. Muito obrigado.

Presidente: É regimental, está concedido, regressamos às 16h40.

Eram 16 horas e 09 minutos

Eram 16 horas e 41 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Estamos no ponto 2, a Mesa neste momento não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nós recebemos a última proposta de alteração apresentada por parte da coligação e temos algumas dúvidas sobre aquilo que é efetivamente proposto pela coligação.

A redação do art.º 4.º passa a referir que: a atribuição do subsídio social de mobilidade ao beneficiário implica a compra e a utilização efetiva do bilhete e corresponde à diferença entre o valor do bilhete e o montante único pago pelo beneficiário nos termos do n.º seguinte.

Primeira questão é, o que é que significa um montante único pago? É importante clarificar isso.

O Orador: Segunda questão tem a ver com o...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nos termos do número seguinte!

O Orador: Exatamente, é porque o número seguinte também refere que o beneficiário efetuou perante... efetuou o quê? Isso é um problema da redação inicial, que é, o beneficiário efetua o quê perante as transportadoras? Não sabemos. E depois, autorizadas para emissão de bilhetes de passagens aéreas no ato de pagamento, então mas o n.º 1, que agora é alterado, o problema já vinha da proposta inicial, fala em ato de compra, o n.º 2 fala em ato de pagamento e, portanto, e depois a questão do montante único na prática, o que é que isso significa? Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Significa que os senhores não querem mudar nada!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Silva, o montante único é aquilo que todos nós queremos que os açorianos paguem, apenas o valor que não está incluído no subsídio social de mobilidade, subsídio social de mobilidade é todo o valor que exceda no caso dos adultos a viajar para o continente os 134 euros, adultos ou não estudantes, os 134 euros, esse é o valor do subsídio é isso que nós pusemos com a alteração que fizemos ao n.º 1 clarificámos que o valor do subsídio é a diferença entre os 134 euros e o valor pago pelo bilhete, esse é o valor do subsídio e é definido nos termos do número seguinte, e, no número seguinte, está no n.º 2 alínea a), b) e c), está efetivamente, quanto é que é o valor único que os açorianos pagam para viajar entre o continente e a Madeira e os Açores.

E, portanto, é só isso que estamos a alterar, que é cumprir aquilo que todos nós queremos, que sabemos que o Partido Socialista também quer que os açorianos

quando vão comprar um bilhete paguem apenas o valor que não está incluído no subsídio social de mobilidade e é isso que estamos a garantir...

Deputado Carlos Silva (PS) Não é isso que está em causa.

O Orador: ... com esta alteração que estamos a fazer, é passar-se a pagar apenas os 134 euros. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, agradeço a explicação, mas creio que a confusão mantém-se.

O Sr. Deputado refere-se ao montante único ou quer referir-se ao montante máximo? É porque os 134 euros é, aquilo que nós percebemos é que quer que seja o montante máximo pago, mas pode ser menos do que isso e o valor pode ser variável, o valor pode ser menos do que 134, por isso não há um montante único.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. leia o Decreto-Lei!

O Orador: Presumo que aquilo que pretende é que seja o montante máximo, e, portanto, não há montante único.

E o problema mantém-se com o n.º 2...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já percebeu o que é o subsídio social de mobilidade ou ainda não?

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente? Muito obrigado.

O propósito, nós entendemos, eu concordo consigo, todos nós queremos garantir que no máximo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. está a enredar!

O Orador: ..., no máximo, mas não é isso que está aqui escrito, Sr. Deputado, a redação não está conforme aquilo que é proposto e que é pretendido.

Eu acredito que a proposta que o PSD quer apresentar é exatamente garantir que no máximo pagam os 134 euros, mas não é isso que está aqui escrito, está aqui montante único, e, depois o n.º 2 confirma a confusão...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é o montante único? Diga lá!

O Orador: ... o beneficiário efetua o quê perante as transportadoras? Efetua o que? E fala em ato de pagamento, mas no n.º 1 fala em ato de compra.

E, portanto, isso mesmo foi na Comissão de Economia, foi colocada essa dúvida pelas transportadoras, é sobre o ato de compra ou ato de pagamento? Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Vai mais um intervalo.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É importante clarificar realmente a confusão que o Partido Socialista está a fazer com tudo isto, é que, para o Partido Socialista não interessa mudar nada, porque nunca quiseram mudar nada, não quiseram criar um grupo de trabalho, não quiseram avançar, aliás, Sr. Deputado Carlos Silva, que foi relator que não fez um único relatório daquilo que lhe estava incumbido à Comissão da Economia, no tempo das maiorias absolutas do Partido Socialista, em que as Comissões funcionavam exatamente como os Srs. pretendiam, sem qualquer intervenção das minorias que de facto, para vocês eram tratadas de uma forma talvez pouco democrática. Mas para clarificar, o Sr. Deputado Carlos Silva e o Partido Socialista, aquilo que o açoriano vai pagar com aquilo que nós pretendemos alterar com esta proposta é o máximo que poderá pagar por uma viagem entre o continente e os Açores e entre a Madeira e os Açores, o máximo, e, esse máximo é um valor único, máximo, porque quando o Sr. Deputado Carlos Silva vai comprar um bilhete para Lisboa e não paga 134 euros, não tem de fazer nada, porque não lhe vão dar nada,

porque o Sr., os 134 euros tem que pagar sempre, é o valor que... se arranjar por menos, pois olhe melhor ainda paga menos de 134 euros, agora se for de mais 134 euros tem direito a um subsídio, que é a diferença, conforme está explicado no n.º 1 na proposta de alteração que fazemos, que é a diferença entre os 134 euros e o valor que for pagar pelo bilhete. Qual é a sua dúvida? Eu penso que a sua dúvida é assim, nós não fizemos, nós não fomos capazes de fazer, nós não queremos que os outros façam. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Silva. pede a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, peço uma interpelação exatamente sobre as acusações que já fui alvo por 2 vezes, pelo menos, sobre o relatório que efetivamente fiz ou não fiz enquanto relator da Comissão de Economia entre em 2019, creio eu. Eu ainda hoje contatei os serviços da Assembleia exatamente para confirmarem o relatório se efetivamente consta ou não consta do arquivo da Assembleia e peço a si também, enquanto Presidente da Assembleia, exatamente que confirme, se foi rececionado ou não o relatório que foi feito e, portanto, é importante que isso fique clarificado. Muito obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu não tenho neste momento esta informação, mas vou recolhê-la e informarei a Câmara dessa sua questão. Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Mais relatório, menos relatório, nós já percebemos que o que se passa aqui é um empurrar de culpas de uns para os outros, e, nós, enquanto representantes dos açorianos, ficaremos todos na mesma.

Mas esta proposta de alteração que o PSD e o CDS aqui apresentam, de facto, deixa-me dúvidas, deixa-me uma única certeza é que, afinal, o Bloco de Esquerda pode continuar a votar contra essa proposta do CHEGA porque, afinal, esta proposta do PSD e do CDS não é a cópia da proposta do Bloco de Esquerda, portanto, pode continuar a votar contra, antes tivessem feito a proposta do Bloco de Esquerda porque, o que está aqui neste art.º 4.º é algo que fica em aberto para o Governo da República decidir o que é esse montante único, o que isto diz aqui é que, a diferença entre o valor do bilhete e o montante único pago pelo beneficiário nos termos do número seguinte, mas não diz qual é o valor pago pelo beneficiário. E, portanto, fica ao critério do Governo da República dizer qual é o montante único elegível, não diz aqui nada, não há nada que nos garanta neste artigo que os açorianos só vão pagar 134 euros pelo um bilhete para o continente ou para a Madeira. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições... Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, para uma interpelação, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu faço uma interpelação porque eu acho que é a figura adequada. Eu já aqui realcei em intervenção a questão do n.º 2 que parece que falta qualquer palavra na redação, o beneficiário efetua, é algo que falta, e eu faço a interpelação, a pergunta que faço é, se será corrigido em sede de redação final ou se efetivamente não é esse o

entendimento e é preciso uma clarificação aqui antes de eventualmente se votar esse ponto. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Parece-me que sim, que falta aqui qualquer coisa. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, era para uma interpelação relativamente à condução dos trabalhos nesta matéria, se me permite.

O art.º 4.º que estamos a discutir, para simplificar o raciocínio diz respeito à existência de um subsídio social de mobilidade que é pago aos açorianos para cada vez que têm que pagar uma passagem de valor superior a 134 euros, não pagarem mais do que esse valor.

E, portanto, a atribuição desse subsídio, conforme está escrito no n.º 1, implica a compra de um bilhete e o pagamento de um bilhete. O Partido Socialista costumava fazer muitas compras sem fazer pagamentos, é um hábito, daí a dúvida.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente, mas o aparte é que motivou o meu aparte à interpelação.

E, portanto, ainda que, o português possa induzir em alguma diferença de interpretação, a interpretação só há uma neste art.º é que só há pagamento de um subsídio social de mobilidade quando efetivamente há a compra de um bilhete e o pagamento de um bilhete e uma despesa efetuada.

Ora o açoriano, nos termos do n.º 2, vai pagar um valor único, que só é subsidiável em valor superior, se comprar efetivamente o bilhete conforme está o n.º 1.

A questão da dúvida entre compra e pagamento não me parece sinceramente que neste caso tenha consequência, porque efetivamente só se efetiva a existência de

um subsídio social de mobilidade com a compra e o pagamento de um bilhete. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Silva, para uma intervenção, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Deputado não esclareceu, nós somos legisladores, e, portanto, nós temos que garantir que aquilo que é aprovado aqui está, pelo menos termos a convicção que está efetivamente correto, não vamos de ânimo leve aprovar algo ou garantir que seja discutido sem ter a certeza que aquilo que aqui está corresponde efetivamente àquilo que é correto e a dúvida não é uma dúvida menor.

É porque há uma diferença efetiva entre compra e pagamento são momentos distintos, do ponto de vista contabilístico, do ponto de vista jurídico, são momentos distintos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a viagem?

O Orador: Sr. Deputado, e depois também o Sr. não esclarece, já que quis falar em nome do CHEGA o que é que nós fazemos com o n.º 2, o beneficiário efetua o quê, perante as transportadoras? É importante clarificar.

É preciso mais um intervalo, se é preciso um intervalo, se é isso que pretende e que não consegue fazê-lo, nós podemos pedir um intervalo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu acho que não vale a pena.

O Orador: Se é preciso um intervalo, nós pedimos para garantir que a redação fica conforme, mas cabe ao CHEGA e ao PSD e à coligação fazerem as alterações que efetivamente, que traduza aquilo que querem, mas que não sabem fazer. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação. Sr. Deputado Carlos Silva, para uma intervenção, faça favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma vez que a coligação e o PSD não pretende esclarecer um assunto que é importante e que impacta diretamente na vida dos açorianos, porque as consequências que aqui estão poderão ser lesivas para os açorianos, faço a pergunta ao CHEGA que é o partido proponente da iniciativa, Sr. Deputado José Pacheco, efetivamente o art.º 4.º n.º 2, o que é que o Sr. Deputado pretende que aqui esteja o beneficiário efetua o quê perante as transportadoras? É porque é importante, se a proposta é vossa...

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores estão a *engonhar!*

O Orador: ...se a proposta é vossa... Nós estamos aqui para trabalhar com rigor...

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores estão a engonhar até nos vencerem pelo cansaço.

O Orador: ... temos que ser rigorosos naquilo que apresentámos e que queremos discutir, explique em que é que o beneficiário efetua o quê perante as transportadoras? Porque é um assunto importante, e, portanto, nós vamos aguardar e vamos insistir, as vezes que forem necessárias. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação desta Anteproposta de Lei n.º 2/XIII, que simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores.

Votação na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei n.º 2/XIII foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, com a abstenção de 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos votar o 1.º art.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O art.º 1 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados em relação ao art.º 2, o PSD e o CDS-PP fazem 5 propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto. Não. Vamos votar uma a uma.

Está à votação a proposta de alteração à alínea b) do art.º 2.º do diploma que pretendemos alterar do Decreto-Lei, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração à alínea b) do art.º 2.º foi aprovada com 23 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e a abstenção 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP ao n.º 1 do art.º 4.º do diploma que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração do n.º 1 do art.º 4.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL, com abstenção 22 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD pelo CDS-PP com as alíneas a) e b) do n.º 4 do art.º 6.º do diploma que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração das alíneas a) e b) do art.º 6.º foi aprovada com 23 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 voto contra da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP ao n.º 2 do art.º 11.º do diploma que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do art.º 11.º, apresentada pelo PSD, CDS e PPM, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um art.º 11-A apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: A proposta de aditamento ao art.º 11-A apresentada pelo PSD e CDS, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos agora o art.º 2.º do diploma com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, para uma interpelação.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, uma dúvida, nós não votamos as propostas de alteração introduzidas na anteproposta do CHEGA.

Presidente: Desculpa, Sr. Deputado, faça o favor de repetir.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** A anteproposta tem várias alterações ao diploma, no art.º 2.º, no art.º 4.º, nós não votamos essas alterações.

Presidente: Estamos a votar as alterações do art.º 2.º apresentadas pelo PSD e pelo CDS-PP. Vamos votar o art.º 2.º do diploma que o CHEGA pretende alterar com as alterações que foram introduzidas pelo PSD e pelo CDS-PP, que já estão votadas.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sim, mas a questão é a ordem.

Presidente: O PSD e o CDS-PP ao art.º 2.º do diploma do CHEGA apresentaram cinco propostas de alteração, foram essas cinco propostas que nós estivemos a votar agora, e, agora vamos votar o art.º 2.º.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Mas a proposta do CHEGA tinha outras alterações, que nós não votamos.

Presidente: Então quais são as que querem votar em separado?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** 11.º e há outras antes, são relevantes.

Presidente: Pronto, então, relativamente ao art.º 2.º, querem votar uma a uma? Aos artigos do diploma que o CHEGA está a alterar? Pronto!

Então vamos votar a primeira proposta do diploma apresentada, que é a eliminação da alínea c) do art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A eliminação da alínea c) do art.º 2.º apresentada pelo CHEGA foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do BE, 1 da IL, 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, os Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, faço essa interpelação à Mesa no sentido de esclarecer aqui uma questão que tem sido suscitada pelos serviços da Assembleia e eu notei que o Sr. Presidente pôs à votação a proposta de eliminação da alínea c) do art.º 2.º, conforme proposto pelo CHEGA. Se bem que os serviços da Assembleia dizem que a redação deve ser revogada e não eliminada e eu entendo que deve ser eliminada, e, como o Sr. Presidente pôs à votação a proposta de eliminação, eu pergunto, daqui por diante devemos entender que essas propostas são de revogação ou de eliminação, como sempre foi?

Presidente: Sr. Deputado, acho que de eliminação.

Presidente: Pergunto ao Partido Socialista se em relação ao art.º 4.º, há 4 propostas de alteração, pode ser em conjunto? Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, faço uma intervenção, apesar da pergunta porque, a pergunta que fiz durante o debate na generalidade não foi respondida e obviamente que isso condiciona aquilo que vamos aprovar aqui em relação ao n.º 2 do art.º 4.º, e, é importante saber o que é que efetivamente vai ser aqui aprovado ou colocado a votação, não foi respondido pelo partido proponente o CHEGA, não foi esclarecido por mais nenhum outro partido e, portanto, efetivamente a redação não é feliz, no mínimo, e, portanto, é importante que se clarifique. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Não havendo mais inscrições, Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu solicitava e justifico essa solicitação, que a votação deste artigo fosse mesmo votada número a número alínea a alínea. No que diz respeito ao n.º 2, eu alerto que, a ausência do verbo nesta frase não pode ser resolvida em sede de redação final.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A Comissão, na minha opinião, na opinião do Bloco de Esquerda, não tem o poder para decidir qual era a intenção do proponente sobre o verbo que aqui devia estar. O verbo pode ser uma série de verbos, pode ser uma série deles e nós não sabemos, e, a Comissão de Economia não tem a legitimidade para decidir pelo Plenário sobre esta matéria.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo à Mesa para que esta matéria seja clarificada, porque senão, apesar de ser uma anteposta de lei, ficamos aqui com um problema entre mãos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Eu agradeço o alerta, mas neste momento não posso...Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Rapidamente, Sr. Presidente, até porque o nosso tempo está limitado.

Importa-se de dizer o que é que eu entendo sobre o art.º e porque é que eu vou votar a favor? É porque o Sr. acha que a proposta, como não é minha, não tenho que perceber o que é que está aqui escrito.

Deputado Carlos Silva (PS): Não estava a falar para si! Estava a falar para o CH!

O Orador: Não, é que o Sr. diz, ah, cada vez que eu me levanto, a proposta não é sua, a proposta não é sua, mas eu vou votá-la e vou votar o que está aqui escrito. O que está aqui escrito é o beneficiário, efetuou perante as transportadoras aéreas ou agências autorizadas para emissão dos bilhetes de passagens aéreas no ato de pagamento o montante único nos seguintes termos.

No ato de pagamento resolve o problema, porque se o Sr. pagar menos de 134 euros não tem direito a subsídio, se o Sr. pagar mais de 134 euros está no número anterior que tem direito a um subsídio social de mobilidade, que é a diferença daquilo que pagou para os 134 euros, que é o que está definido como montante único, máximo que o Sr. tem que pagar pelo bilhete. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Silva, para uma intervenção, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa tenha calma, nós não estamos a discutir a questão se é o montante único agora se é o montante variável, já não é essa a discussão, a discussão é no início da frase: “o beneficiar efetua...” aí, efetua o quê? Não, não é isso, leia!

Não está em discussão já se é o montante único, se é o montante variável, já não é essa a discussão, é que falta aqui qualquer coisa, “o beneficiário efetua perante as transportadoras...” efetua o quê? É isso! Tenha calma.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Efetua o quê no ato de pagamento?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto ao proponente se tem algum esclarecimento a dar à Câmara? Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional dos Açores.

Srs. efetua no ato do pagamento, o que é que efetua? O pagamento! É tão simples! Eu não vejo aqui... é uma questão de português, semântica.

Presidente: Vamos avançar. Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar a votação. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, para uma interpelação.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Faço uma interpelação, Sr. Presidente, para questionar se no meio desta votação, se é possível pedir um intervalo regimental?

Presidente: Claro, é sempre possível.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Uma vez que não foi esclarecido e que nós entendemos que não é no mínimo de bom senso colocar à votação a redação sem que haja um esclarecimento, nós pedimos um intervalo, se é necessário, de 15 minutos, para que o proponente consiga alterar efetivamente a redação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu preciso de ouvir...

O Orador: Eu queria sugerir, Sr. Presidente, para a redação final, e, porque penso que podemos sempre melhorar o português e aquilo que está aqui efetivamente escrito e qual é a intenção.

O beneficiário, se me permite a sugestão, Sr. Presidente, “o beneficiário efetua perante as transportadoras aéreas ou agências autorizadas para emissão de bilhetes de passagens aéreas” e retirar as palavras “no ato de” e passar a ser “o pagamento

do montante único nos seguintes termos”. Está esclarecido que quando a pessoa vai à companhia aérea ou à agência de viagens, efetua o pagamento do bilhete e depois só paga aquele valor, que é aquilo que está em cima. O subsídio social de mobilidade depois é efetivado através do excesso daquilo que for a diferença do bilhete que o beneficiário comprou e que só pagou os 134 euros e aquilo que efetivamente custou o bilhete que terá de ser depois posteriormente comprovado conforme está perante a lei, que a viagem efetivamente foi feita, que era uma coisa também que há bocado esqueci-me de dizer que obviamente o subsídio só é devido quando a viagem é efetivamente realizada. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Srs. Deputados estão esclarecidos? Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A proposta de alteração que o Sr. Deputado João Bruto da Costa apresenta agora à redação confere sentido à frase, a proposta que o Sr. Deputado apresenta de alteração à redação do n.º 2 confere sentido à frase, acrescento que deve passar de: “do pagamento do montante máximo” em vez de: “o montante máximo” para “do montante máximo”, mas isto constitui uma alteração à redação do n.º 2 do art.º 4.º, é tão somente isto, nós não estamos em enriçar, estamos a dar sentido à frase, reconheço o esforço do Sr. Deputado João Bruto da Costa de dar sentido à frase e pronto, se é esse o propósito dos proponentes e de quem está a proceder às alterações, ficamos agora elucidados. Gostaríamos que o proponente confirmasse se é essa a intenção. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Mas agora temos aqui um problema que tem que ser resolvido, nós estamos em especialidade, em especialidade a gente não pode fazer propostas de alteração, por isso, questiono à Mesa, o que é que nós vamos fazer a seguir? Obrigado.

Presidente: Clarificamos a redação final ao que percebi ficaria nesses termos: “o beneficiário efetua, perante as transportadoras aéreas ou agências autorizadas para a emissão de bilhete de passagens aéreas, o pagamento do montante único nos seguintes termos...”, falta umas vírgulas, falta sim Sr.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, se me permite apenas para esclarecer o Sr. Deputado Pedro Neves. Não será tão objetiva, obviamente não se podem fazer propostas de alteração em sede de especialidade, só se podem fazer as propostas de alteração até à votação na generalidade, não se trata de uma proposta de alteração, aquilo que eu sugeri à Mesa foi que, a interpretação que penso que todos fazemos daquilo que é o montante que os açorianos podem despende com a passagem aérea, não estava no português que estava sugerido, gerava as interpretações duvidosas ou dúvida na interpretação e aquilo que eu sugeri foi, incluindo as vírgulas a seguir à palavra “efetua” e a seguir à palavra “aéreas”, portanto, o açoriano vai efetuar o pagamento daquele montante, tudo o resto é subsídio social de mobilidade, conforme diz o n.º 1.

Era isso que eu esclarecia e não se trata de uma alteração, trata-se de uma interpretação daquilo que está escrito, corrigindo o português, as vírgulas e esse tipo de pormenores, objetivamente, em redação final ficam acertadas, como é hábito e apanágio desta Casa. Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se estamos todos de acordo sobre esta matéria, o proponente está de acordo? É uma questão de interpretação, estamos de acordo, podemos continuar a votação?

Eu posso repetir o texto, “o beneficiário efetua, (virgula) perante as transportadoras aéreas ou agências autorizadas para a emissão de bilhetes de passagens aéreas, (virgula) o pagamento do montante único nos seguintes termos.”

Peço à comissão de redação final, Sr. relator, faça o favor de anotar.

E, portanto, vamos avançar. Tínhamos votado a alteração ao n.º 1 do art.º 4.º ou não? Não!?

Vamos votar então, passamos ao art.º 4.º do diploma que pretendemos alterar e há uma proposta de alteração ao n.º 1 apresentada pelo CHEGA, que coloco à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração n.º 1 do art.º 4.º foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do PAN e contra 1 do BE e 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Em relação ao n.º 2, existem 4 alíneas e, pelo que percebi, o Sr. Deputado António Lima queria que se votasse uma a uma. Não? Podemos votar o n.º 2 com as alíneas todas e as alterações? Então é isto que está à votação, as alterações propostas ao n.º 2 alínea a), b), c) e d) do art.º 4.º que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração proposta ao art.º 4.º n.º 2 alíneas a), b), c) e d) foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 3 do art.º 4.º, apresentada pelo CHEGA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 3 do art.º 4.º, apresentada pelo CHEGA foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do BE, 1 da IL, 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votamos agora o art.º 4.º do diploma que pretendemos alterar com as alterações que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao art.º 4 foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do PAN e com a abstenção 22 votos do PS e 1 do BE.

Presidente: Bom, nós não votamos a proposta de eliminação do n.º 4 do art.º 4.º, vamos votá-la.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Em relação ao art.º 5.º há uma proposta de alteração no n.º 1 e eliminação do n.º 2, posso colocar à votação em conjunto? Sim!? Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo CHEGA ao art.º 5.º do diploma do Decreto-Lei que queremos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao art.º 5.º foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votamos agora o art.º 5.º com as propostas que acabamos... Sr. Deputado António Lima, faça favor tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Solicitava a repetição da votação do art.º anterior.

Presidente: Sim Sr.

Vamos votar as propostas de alteração apresentadas pelo CHEGA ao art.º 5.º do Decreto-Lei que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao art.º 5.º apresentada pelo CHEGA, foi aprovada com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL, 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Votamos agora o art.º 5.º com as propostas que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 5.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Relativamente ao art.º 6.º, que é o próximo artigo que se pretende alterar há um conjunto de alterações, ao n.º 1, ao n.º 2, ao n.º 3, 4, 5, 6 e 7, posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo CHEGA ao art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 41/2015 que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao art.º 6.º apresentadas pelo CHEGA foram aprovadas com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Votamos agora o art.º 6.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 6.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Existem propostas de alteração ao art.º 7.º, 9.º, 11.º e 13.º, posso colocá-los à votação em conjunto? Sim? Sr. Deputado António Lima, art.º 7.º, 9.º, 11.º e 13.º do Decreto-Lei. Pode ser em conjunto?

Estão à votação, as propostas de alteração apresentadas pelo CHEGA ao artigo 7.º, 9.º, 11.º e 13.º do diploma que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 7.º, 9.º, 11.º e 13.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Colocamos agora à votação o art.º 2.º do diploma com todas as alterações que aprovámos e introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O art.º 2.º foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 da IL e com a abstenção 22 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados o artigo 3.º, 4.º e 5.º do diploma não foram alvo de propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação o artigo 3.º, 4.º e 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O artigo 3.º, 4.º e 5.º do diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A votação na globalidade foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 da IL e com a abstenção 22 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Eu fiquei com dúvidas da votação do IL, foi abstenção não foi? Faça favor de repetir o anúncio.

Secretária: A votação na globalidade foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA e 2 do CDS e com a abstenção 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito bem, Sra. Deputada Olivéria Santos para uma declaração de voto, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

É com satisfação que o CHEGA vê hoje aprovada aqui nesta Assembleia esta anteposta de lei. Pela votação final podemos concluir e podemos ver quem é que está, de facto, a favor dos açorianos e quem é que quer que realmente os açorianos só paguem 134 euros por uma passagem aérea para irem a Portugal continental.

A proposta vai agora à República, da parte do Grupo Parlamentar do CHEGA na República já sabemos que vão acompanhar a nossa proposta, temos Deputados do PS na República, vamos ver como se comportam lá e se vão acompanhar essa proposta para bem também e para benefício de todos os açorianos.

Foi hoje dado aqui um passo importante, uma situação que já se arrastava há muitos anos e finalmente conseguimos hoje que essa proposta fosse aprovada e que os

açorianos finalmente vejam justiça numa situação que já tinha que estar resolvida há muitos e muitos anos. Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda absteve-se na votação final global desta anteproposta de lei, porque, pese embora os objetivos enunciados pelo proponente e pelos partidos que apresentaram depois sucessivas propostas de alteração, ela não cumpre plenamente os objetivos que nós tínhamos e continuamos a ter aquando da apresentação de uma anteproposta de lei em abril, com o objetivo de tornar o subsídio social de mobilidade em primeiro lugar, menos burocrático, garantir que os passageiros efetivamente não pagam mais do que um valor máximo e garantir que efetivamente se combate e se criam mecanismos de combate à fraude que tem alegadamente existido neste subsídio social de mobilidade.

A proposta que foi aprovada para além de todas as peripécias quanto à redação, o que demonstra que ela claramente não cumpria esses objetivos quando foi votada na generalidade e ainda assim, nós não votamos contra na generalidade, abstemo-nos conhecendo as propostas de alteração que já existiam, mas ela não tinha condições de ser aprovada na generalidade porque impunha em primeiro lugar um teto máximo e, em segundo lugar, não limitava a taxa de emissão.

Ora, com as alterações que foram sucessivamente introduzidas a proposta ficou com um conjunto de remendos que ainda por cima geram dúvidas de interpretação, e, por isso, esse é o primeiro motivo que nos leva a não acompanhar a proposta.

Em segundo lugar, a proposta não simplifica o processo, colocando não só as companhias aéreas como intermediário, mas ainda aumentando esse número de intermediários exponencialmente, colocando as agências de viagens como intermediários nesse processo, sendo que o subsídio social de mobilidade será pago às agências de viagens.

Ora agências de viagens são muitas, são centenas, se não milhares no país, aquilo que está a fazer com o objetivo dessa proposta é introduzir no sistema novamente um conjunto de intermediários muito vasto, que poderá levar se ela tiver aprovação final na Assembleia da República a um novo conjunto de problemas. Aquilo que defendemos é que o único intermediário aqui existente devem ser as companhias aéreas e não introduzir um novo elemento que são as agências de viagens, companhias aéreas a voar para os Açores há três neste momento, não se perspetiva que esse número aumente exponencialmente para 20 ou 30, no caso das agências de viagens, sabemos que esse número é muito elevado.

Por esses motivos nós não poderíamos acompanhar a proposta, e, a abstenção é o voto que nos parece refletir melhor a nossa posição.

Sem prejuízo disso, nós não deixaremos de lutar efetivamente por um subsídio social de mobilidade que garanta e que responda às necessidades das pessoas, dos residentes dos Açores e não aceitaremos nunca a imposição de um teto máximo como é aquilo que tem sido defendido pelo Governo da República recentemente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Não havendo. Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há aqui um dado indesmentível em todo este processo é que nós não devemos baixar a guarda perante aquelas que foram as declarações do Sr. Ministro da República relativamente à imposição de um teto.

E, portanto, que fique sobreaviso para que todos nós lutemos em prol dos Açores. Relativamente à nossa posição de abstenção deve-se porque, nós queremos fazer parte da solução, mas dadas as aparentes ineficiências logísticas que nos deparámos relativamente às propostas, é óbvio que a insegurança na forma como foram feitas as redações não nos permitiu tomar uma posição que não esta. Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Os açorianos dispõem desde 2015 de um subsídio social de mobilidade que mudou radicalmente o seu posicionamento no país no que toca exatamente à mobilidade, permitindo que as viagens se façam com a garantia de que o pagamento máximo será sempre de 134 euros.

Há muito que está identificado a existência de imperfeição neste modelo, que não é verdadeiramente um modelo perfeito, e, perante a identificação de algumas lacunas ou de imperfeições muitos tiveram a responsabilidade de resolver este problema ou de tentar solucioná-lo, mas nada fizeram, apesar das promessas e apesar de legalmente estarem obrigados a tal.

Ainda que aqui se tenha afirmado que todos estão de acordo com este princípio de desburocratizar, de contribuir para a eliminação de situações que propiciam abusos e fraude, todavia o voto que aqui expressamos diz bem da convicção e do

empenhamento que cada um põe nesta matéria, sem descorar aquilo que será o resultado do grupo de trabalho já constituído pelo atual Governo da República, que finalmente pôs de pé um grupo para estudar tecnicamente estas matérias, sem prejuízo do que dali possa resultar, este Parlamento, com os votos favoráveis do PSD, do CDS e do CHEGA, dá um sinal à República de que quer mudar, mas quer mudar efetivamente pela proposta que apresentámos, pelas inovações que nós introduzimos, nomeadamente para ajudar a combater os abusos e a fraude, ao fixar um valor máximo da taxa de emissão, mas também consagrando aos açorianos o direito de na despesa elegível já estar uma alteração da data da viagem. Eu penso que são avanços, no mínimo se conseguirmos isto, já demos um passo maior do que aquele que foi dado em muitos anos de governação socialista, que, apesar das promessas e dos compromissos, nada se adiantou. Disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Não havendo vamos avançar nos nossos trabalhos, passando ao ponto 3 da nossa agenda - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores”**, é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta iniciativa já foi bastante apresentada, no entanto, apenas relembrar 3 ou 4 questões que me parece são fundamentais de serem relevadas neste momento.

Em primeiro lugar, se bem se lembram, quando esse diploma foi aqui debatido a Iniciativa Liberal alertou para as questões demasiadamente restritivas que estavam no diploma original, e, avisamos mesmo que o diploma iria ser inconsequente na medida em que criava tantos obstáculos à entrada das plataformas TVDE na Região Autónoma dos Açores, que acabaria por ser um diploma que não serviria a ninguém.

O tempo acabou por nos dar razão e ainda bem que o tempo resolve alguns dos problemas que os Srs. Deputados não conseguem perceber na hora ou não querem perceber na hora para fazer favores a grupos económicos, os grupos económicos não são só os grandes grupos económicos também há as pequenas cooperações que se transformam em grandes grupos económicos, e, nesse sentido, trazemos aqui algumas propostas de alteração que vêm em primeiro lugar, resolver um problema que nós entendíamos inconstitucional na altura, mas que o Sr. Representante da República viu inconstitucionalidades onde elas não existiam, mas não viu aquelas que efetivamente para nós eram inconstitucionais, nomeadamente o facto de obrigar que um operador TVDE tenha sede na Região Autónoma dos Açores.

Alterámos também o alargamento dos prazos das licenças destes mesmos operadores na Região Autónoma dos Açores de 5 para 10 anos, com renovações de 4 anos em 4 anos para 5 anos em 5 anos, para igualar a legislação que existe na República.

Fazemos também uma alteração no sentido de permitir que os jovens titulares de licenças de condução possam integrar as plataformas TVDE com mais de 2 anos de licença emitida em vez dos 3 anos que estão na legislação atual.

E alterámos, isso já numa substituição integral que fizemos da iniciativa, os custos de formação rodoviária, que diminuámos para 40 horas.

Eliminamos a obrigatoriedade dos veículos 100% elétricos, aliás, uma questão que nós na altura dissemos que constituiria um dos principais obstáculos à entrada das plataformas TVDE na Região Autónoma dos Açores.

Alterámos também, introduzimos algumas alterações ao nível das taxas e dos procedimentos administrativos e, por fim, aditámos nesta alteração legislativa uma série de definições que entendemos estavam no diploma da República e que deviam estar também aqui neste diploma.

Esta situação é uma daquelas em que nós entendemos os Açores não devem ficar para trás no contexto internacional, nós estamos a crescer no setor que se tornou fundamental para a nossa economia, nós estamos a crescer no setor do Turismo de uma forma exponencial, não raras vezes ainda na semana passada, precisamente na crise operacional da SATA, eu cheguei a Ponta Delgada às 11 horas da noite, ao mesmo tempo que chegaram voos do Porto e de Lisboa e não havia um único táxi no aeroporto de Ponta Delgada e a fila fazia-se desde cá de fora até às passadeiras das bagagens e, portanto, nós estamos a assistir também a inúmeros passageiros agarrados ao telemóvel à porta da Aerogare Civil das Lajes e Aerogare de Ponta Delgada à procura de ver se as plataformas funcionam ou não.

Os Açores estão no caminho do desenvolvimento, estão no caminho de alterar o seu modelo económico e têm no setor do turismo talvez a única via de sairmos da dependência que temos dos setores primários que, sendo setores importantes para a nossa economia, já demonstraram que não podem crescer muito mais do que aquilo que têm crescido, apesar de podermos obviamente modernizá-los e torná-los mais eficazes e mais eficientes.

Este diploma, na nossa opinião, vem resolver parte dos problemas que o setor do Turismo neste momento enfrenta. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Olivéria Santos tem a palavra, faça o favor.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

Esta questão das plataformas TVDE tem que ser tratada com algum cuidado, o CHEGA esteve a ver esta proposta, o CHEGA também esteve reunido com taxistas e eles manifestaram a sua preocupação com esta proposta, não estão contra a entrada das plataformas TVDE, mas sim com a facilidade com que essas mesmas plataformas possam poder a passar a operar aqui na Região.

De facto, entendemos, o CHEGA entende que a liberalização total é um risco, principalmente numa Região pequena como a nossa que importa proteger.

Quando os taxistas têm de passar por inúmeros processos para poderem estar na Praça, alguns fizeram grandes investimentos, houve taxistas a fazer investimentos de 120 mil euros, fazem várias formações, entendemos que tem que ser criado um equilíbrio entre os táxis e as plataformas eletrónicas, não estamos a dizer que somos contra as plataformas TVDE antes pelo contrário, somos a favor, o que queremos é que haja um tratamento igual para todos e que as plataformas TVDE cumpram as mesmas regras que os taxistas, a quem sempre foram pedidas que se cumprissem regras bastante rígidas e bastante apertadas.

O CHEGA acha que esse diploma vem de alguma forma liberalizar isso e não salvaguardar os taxistas, pondo em causa este setor de atividade na Região? Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Francisco Gaspar (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

Estamos aqui na revisão do diploma que rege o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaraterizados a partir da plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores, o chamado TVDERAA.

Convém lembrar que na sessão legislativa de abril de 2022, o PSD aprovou, convictamente, este diploma, tendo, para o efeito, apresentado propostas de alteração, na sua maioria aceites neste parlamento.

Para o PSD, é importante que qualquer diploma que emerja deste Parlamento, seja funcional na sua aplicação prática ao serviço das instituições e das pessoas.

Volvidos 2 anos após a sua publicação na nossa Região, achamos prematuro alterar a legislação em vigor que rege o TVDE nos Açores e que está aqui em discussão, considerando que carece de mais tempo para uma melhor análise e consequente pronúncia, que poderá ir para além de algumas das alterações que aqui são propostas.

Ora vejamos: A legislação atual define que decorridos três anos sobre a entrada em vigor do diploma, é feita uma avaliação dos resultados obtidos, devendo ser elaborado um relatório final fundamentado, que deve apresentar as recomendações e propostas de ajustamento das regras legais e regulamentares em vigor.

A decorrência dos três anos só termina em 26 de maio de 2025, logo é prematuro alterar neste momento o diploma.

Ademais, convém referir que a revisão da Lei nº 45/2018, de 10 de agosto, que entrou em vigor em 1 de novembro de 2018 e que estabelece e regula o TVDE e que estava prevista para 2022, ainda não avançou.

Convém lembrar que em 2023, o Governo liderado pelo então Primeiro-Ministro António Costa, adiou a revisão da Lei que rege a atividade do setor, prevendo que

esteja concluída ainda este ano, depois de conhecida a diretiva da União Europeia sobre o TVDE, logo é prematuro alterar este diploma.

Além do mais, no relatório que acompanha a proposta do Orçamento do Estado para 2024, entregue na Assembleia da República, diz o seguinte e cito: “tendo em consideração as alterações legislativas em curso na UE e as conclusões da avaliação realizada no regime em vigor, prevê-se que em 2024 se conclua a revisão do regime jurídico do TVDE”, logo é prematuro alterar este diploma.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Pelo exposto, podemos facilmente depreender e concluir que a pronúncia no preciso momento do diploma é prematura, podendo estar comprometida e como tal inconsequente pelo fato da sua regulamentação poder vir a ficar obsoleta muito em breve, sendo de todo plausível e de bom senso, aguardar mais algum tempo em função do que será as diretrizes europeias e a pronúncia do Governo e da Assembleia da República e conseqüentemente, melhorar o diploma ao nível da Região, tornando-o mais apelativo ao acesso a potenciais interessados e funcional ao exercício da atividade do TVDE. Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Marlene Damião, faça favor.

(*) Deputada Marlene Damião (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,
São cada vez mais as pessoas interessadas em criar um negócio próprio de transporte de passageiros.

O TVDE é o Transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica e conta com uma ampla presença em várias cidades e países do mundo.

A integração desta atividade no sistema de transportes no nosso país foi regulamentada em 2018, mas à data de hoje, mantém-se a imperiosidade de compilar e analisar os dados respeitantes à sua evolução, assim como considera-se importante trabalhar na promoção da sustentabilidade do TVDE estimulando a descarbonização da frota dos veículos utilizados e a utilizar.

Importa neste âmbito recordar que foi o Partido Socialista que em 2022 apresentou nesta Assembleia um diploma que apresentava uma alternativa de deslocação para os passageiros que utilizam o serviço público de transporte de passageiros, nomeadamente os táxis, numa perspetiva de mercado equilibrado, com melhores rendimentos para todos, quer para os taxistas quer para aqueles que pretendem trabalhar nos transportes através de plataformas eletrónicas.

É importante regular este setor, diversificar a oferta, atrair novos negócios para a nossa Região, cativar os jovens e poder por essa via criar mais postos de trabalho, tal como é igualmente essencial trabalhar para a garantia de oferta de uma solução de mobilidade eficiente, fiável e altamente profissional.

No entanto, alertamos para o facto de esta modalidade de transporte não dever prejudicar os taxistas açorianos que são profissionais, com famílias para sustentar, que vivem do seu trabalho e que têm passado dificuldades acrescidas com a sazonalidade, agravadas pela redução de voos no passado inverno.

O táxi, é considerado por muitos como o meio de transporte mais seguro e descomplicado para se utilizar numa cidade.

O serviço público do transporte de passageiros em veículos ligeiros, faz parte da nossa cultura e identidade.

Os taxistas desempenham um importante papel na nossa economia e no nosso turismo, mas também para os residentes que muitas vezes vivem em zonas mal servidas por transportes públicos, que por vezes não têm viatura própria e que têm dificuldades de mobilidade para ir a uma simples consulta médica ou às compras. A modernização do setor do táxi como uma estratégia de melhoria do transporte público e de promoção de um conceito de mobilidade sustentável é essencial, mas se for facilitada uma entrada desregrada destes serviços nos Açores, como pretende a IL, isso irá afetar o negócio de mais de 500 taxistas, muitos dos quais já passam dificuldades.

O que não pode acontecer é a introdução de uma concorrência desleal.

O TVDE já pode operar na Região, mas deve cumprir as mesmas exigências e condições a que estão sujeitos os taxistas.

Neste sentido, é importante tomar como referência outras realidades que devem servir de suporte à tomada de decisão e que nos permitam trabalhar num modelo que seja mais eficaz e adequado ao nosso contexto.

O diploma nacional não impõe grandes restrições, mas tomemos como exemplo o caso da Madeira que, em março do corrente ano, viu o Tribunal Constitucional a não restringir o número de viaturas por operador TVDE que, de acordo com o DLR daquela Região, limitava a 40 viaturas. Ora, no mês passado, o Presidente do Governo Regional da Madeira referiu publicamente que é fundamental travar a subida do TVDE naquele arquipélago por pôr em causa o serviço de táxi e insistiu “o TVDE não tem qualquer qualidade, não tem garantias de segurança e é péssimo para a Madeira”, fim de citação.

Das alterações propostas a este DLR, destacamos como preocupante a redução na componente formativa, digo redução porque foi entregue, como o Sr. Deputado Nuno Barata referiu, uma substituição integral da primeira proposta apresentada que eliminava a componente formativa, que agora volta a integrar, mas que reduz

de forma significativa o volume desta componente formativa, nós consideramos ser um fator essencial no contexto da solidificação de uma imagem que nós pretendemos para a nossa Região, em alinhamento com aquilo que se pretende no setor turístico que assume o peso que todos nós conhecemos e que se deseja caracterizado por produtos de qualidade e de excelência.

Para além de tudo o que já foi referido, e porque é nosso entendimento que devemos ter um serviço TVDE com características distintas na nossa Região, não faz sentido recuar no parâmetro respeitante ao uso exclusivo de viaturas elétricas quando o mundo caminha neste sentido.

Há que investir no serviço de um transporte público mais sustentável e apoiado na promoção da mobilidade elétrica.

Para o Partido Socialista, não é aceitável que se coloque em causa o trabalho diário de mais de 500 profissionais nos Açores e que não se encontre problema em abrir as portas à entrada de novos agentes na atividade de transportes, em condições desiguais. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional da Iniciativa Liberal pretende alterar o regime jurídico de operadores de TVDE na Região, um regime que foi aprovado nesta Assembleia em 2022, já há data não teve essa proposta aprovação, voto favorável do Bloco de Esquerda porque no que respeita às matérias laborais e não só, também há a questão da igualdade ou falta dela, quanto outros operadores do mesmo setor, nomeadamente os táxis, os operadores de TVDE têm um conjunto de

vantagens que são injustas e para além de serem injustas, gerarem desigualdade com os outros operadores, nomeadamente os táxis, no que diz respeito às relações de trabalho, todos vimos, todos assistimos, todos ouvimos, todos lemos, os problemas que existem a nível nacional e não só quanto à questão do reconhecimento do vínculo do contrato de trabalho quanto ao baixíssimo pagamento que esses trabalhadores auferem, apesar das plataformas que os operadores TVDE com os quais têm contratos, terem lucros milionários.

Ora, essas matérias, a nosso ver, não devem levar-nos a que sejamos menos exigentes com as plataformas, com os operadores de TVDE do que somos com outros operadores, nomeadamente os táxis, ou seja, as grandes multinacionais têm no país e na Europa em geral menos exigências do que têm os táxis, e, isso para nós é um princípio inadmissível quando, ainda por cima, têm práticas laborais absolutamente inaceitáveis e que, felizmente, aos poucos vão sendo reconhecidas muitas vezes pelos tribunais, porque o poder legislativo tem estado mais preocupado em facilitar a vida às plataformas do que em defender os trabalhadores dessas mesmas plataformas.

Ora, este regime tendo sido aprovado em 2022 e manteve um conjunto de questões que nós discordamos, nomeadamente as questões laborais, a existência de um intermediário, que é o operador TVDE em concreto, este regime não permitiu ou não apareceu nenhum operador na Região interessado em operar.

A Iniciativa Liberal acha que é por excesso de regulação, talvez seja também importante averiguar se não será por desinteresse no mercado dos Açores, os Açores são 9 ilhas de reduzida dimensão, reduzida população, e, mesmo nas ilhas mais populosas é muito duvidoso que as plataformas tenham interesse em operar na Região, duvido que seja por excesso de regulação. Ora, então a solução da Iniciativa Liberal é retirar exigências ao diploma, quando, na verdade, em alguns aspetos ele já gera desigualdades com os táxis e felizmente, a Iniciativa Liberal

alterou, substituiu integralmente a proposta, melhorando um aspeto que era a nossa entender grave, nomeadamente no que diz respeito à exigência de formação dos motoristas, que em qualquer setor, o motorista profissional tem que ter formação, não basta ter carta de condução é preciso muito mais do que isso, mas, apesar disso, a substituição integral da Iniciativa Liberal deixa em aberto aquilo que deve existir nessa formação, quando o diploma atual define um conjunto de matérias que, em nosso entender, são importantes, comunicação, normas legais de condução, adaptação à orografia dos Açores, situações de emergência e primeiros socorros, estas questões podendo ser introduzidas em regulamentação não há nenhum motivo para as retirar e deixar para a regulamentação quando elas já estão aqui, neste momento já estão aqui no diploma, tornar menos exigente não nos parece adequado nem necessário.

É também a questão não só da qualidade do serviço, mas também como se vê pelas temáticas dessa formação também a segurança dos passageiros e essa nunca deve ser menosprezada. Preocupa-nos ainda alguns aspetos, a eliminação de outras exigências, como a comunicação dos titulares da administração dos operadores de TVDE, o Pacto Social dessas empresas, e, também muito importante a retirada da exigência de um contrato escrito, falando-se, em alternativa, um comprovativo de vínculo do trabalhador ou do motorista com o operador TVDE. Eu não sei o que é um vínculo, em nosso entender o que deve existir até é mais do que está no diploma atual, é um contrato de trabalho, estando um contrato de trabalho não há dúvidas, então falamos em comprovativo de vínculo com o TVDE, bem se é contrato de trabalho que se quer dizer, então é contrato de trabalho que se deve escrever e por isso, em nosso entender, tal como referi inicialmente tendo em conta a desigualdade que essa proposta gera com o setor do táxi, mas também com o potencial dano aos trabalhadores deste setor e aos seus direitos e respeitando os seus direitos, nós não

podemos acompanhar naturalmente a proposta da Iniciativa Liberal. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal apresenta-nos aqui a primeira alteração àquilo que foi o DLR aprovado em 2022 nesta Casa, relativamente ao regime jurídico dos TVDE's, esta alteração e reconhecendo até a importância de regular esta atividade, melhorar aquilo que foi também o próprio diploma que foi apresentado e aquilo que tem sido o decorrer temporal desde então, contudo parece-nos, e uma vez que existe a previsão da alteração da lei a nível nacional da lei que entrou em vigor em 2018 e que está estando prevista essa revisão para 2024, mas também relativamente àquilo que são previstas em relação às alterações legislativas a nível das diretivas europeias, parece-nos que seria pouco prudente proceder já a esta alteração ao DLR em vigor na Região, correndo até o risco de eventualmente até ao final do ano que decorre, essa alteração que se eventualmente aprovasse nesta Casa, não correspondesse àquilo que seria a expectativa e cumprir o propósito que estaria aqui em causa.

E por isso parece-nos que é prudente aguardar pela alteração legislativa a nível nacional, aquilo que é a alteração a nível europeu para efetivamente se avançar nesse sentido, para que também aquilo, e, aquilo que se pretende com os TVDE's a nível nacional seja um modelo adequado àquilo que é a nossa realidade, que seja um modelo equilibrado àquilo que é a nossa realidade regional e que seja também uma oferta de mobilidade que cumpra o que entendemos que deve ser a oferta turística a nível da nossa Região, uma oferta turística de qualidade e como tal, consideramos que é prematuro neste momento proceder a esta alteração.

Não é que, e, até no concerne àquilo que são as propostas e a substituição apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que mesmo em relação à questão da formação vai até ao encontro daquilo que é o próprio relatório da Autoridade de Mobilidade e dos Transportes, daquilo que são as referências que são feitas no próprio relatório, contudo, no nosso entendimento, consideramos que não é este o momento que devemos proceder a esta alteração.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O resultado deste debate não é nada que surpreenda a Iniciativa Liberal, entramos nesta sala convictos de que votaríamos sozinhos sentados esta alteração.

Mas antes de irmos a esta parte, eu queria apenas dizer à Sra. Deputada Olivéria Santos, em primeiro lugar, que este diploma que está em vigor é que trata de forma diferente o TVDE e os táxis, os táxis não são obrigados a ser 100% elétricos, este diploma obriga que os TVDE sejam 100% elétricos, mas ainda há um outro pormenor que é pena o Sr. Deputado José Pacheco não estar aqui, mas está ali atrás, que eu gostava de referir, é que no debate anterior eu já não sei se depois de uma intervenção do Sr. Deputado António Lima se do Sr. Deputado Carlos Silva, sobre a opinião das companhias aéreas e dos agentes de viagens quanto ao subsídio de mobilidade, o Sr. Deputado José Pacheco dizia que eram os que comem da baleia, não interessava porque são os que comem da baleia e eu até concordo, veja lá, mas agora neste diploma, como interessa é arranjar argumentos para chumbar para se agradar a uma certa clique da economia adepta do CHEGA,...

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... já os que comem da baleia é que são preponderantes na opinião.

Mas eu percebo muito bem os argumentos de todos e, até percebo alguns flick flacks de quem na Comissão, achou que esta podia ser uma lufada de ar fresco ou aqueles que, estiveram na Comissão sem dizer grande coisa, mas ouviram a Sra. Secretária Regional dizer que sim, Sra., era preciso termos esse instrumento para servir o Turismo, mas que agora a sua bancada não apoia porque ouviu os tais que comem da baleia.

O que é certo é que à maioria assustam as reformas, o que é certo é que, nesta Casa quem reforma e quem não se conforma é a Iniciativa Liberal.

Nós não podemos tratar de forma igual aquilo que é diferente, nós não travamos aqui a possibilidade de seja quem for, seja taxista, filho de taxista, primo de taxista, de entrar no negócio da Plataforma TVDE, nós aqui o que definimos são regras mais simples para que qualquer pessoa possa entrar numa plataforma TVDE na Região Autónoma dos Açores.

Eu já vi ouvi os argumentos todos e mais alguns de que, não há mercado, não interessa, presta um mau serviço, mas então qual é o problema? Qual é o problema de facilitar a entrada de alguém que não vai ter mercado, que presta um mau serviço, que não vai servir para nada? Porque é que se impuseram todas essas regras? Ficou aqui patente, ficou aqui claro, a Sra. não era Deputada Regional, mas era já assessora do Sr. Deputado José Pacheco, quando esse debate foi feito e ficou aqui bem claro o que eu na altura disse, todas essas regras que aqui foram impostas, foram impostas precisamente para não termos plataformas TVDE nos Açores e ao fim de 2 anos, não temos plataformas TVDE nos Açores e estamos a ficar para trás e estamos a ficar para trás, porque a grande maioria deste Parlamento, seja mais à esquerda, seja menos à esquerda, não é reformista e não quer reformar aquilo que os Açores precisam de reformar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Sousa tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, nós até gostamos da liberalização e que toda a gente trabalhe, não gostamos de facilitismos, ...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: ..., mas nem para uma área nem para outra, nem para os taxistas, nem para os condutores de TVDE. Quando o Sr. aqui fala que não é necessário, por exemplo, o curso de Formação Rodoviária para motoristas na Região que tem módulos tão importantes como a comunicação e relações interpessoais, normas legais de condução, situações de emergência e primeiros socorros, eu acho que isso não é correto, eu não gosto de facilitismos.

Eu acho que as pessoas devem estar bem preparadas para fazer esse tipo de serviços, bem preparadas para atender os seus clientes e prestar um bom serviço e aí sim os Açores estarem na vanguarda e todos prestarem um bom serviço e termos disponíveis esses mercados.

Os motoristas é que o têm que fazer, agora não pode é haver facilitismos aqui de, olha eu hoje quero ser motorista TVDE vou ser, sabe atender um cliente? Não, não sei, sou antipático, falo mal com as pessoas, faço de qualquer maneira, isso não é correto, as pessoas devem ser preparadas para as funções que vão prestar. Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN)**: Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, você falou cedo demais, V. Exa. falou cedo demais, não vai ficar sozinho, Sr. Deputado Nuno Barata, vai levar o voto a favor do PAN. Apesar de termos aquilo exatamente como o Bloco de Esquerda falou da precariedade dos trabalhadores, esse é o único senão, de resto nós achamos à partida que, primeiro tem que haver a simplificação, mas também dos taxistas obrigatoriamente, a burocracia exagerada não ajuda em nada os nossos taxistas neste preciso momento, mas temos a TVDE temos concorrência e ao mesmo tempo aumenta a qualidade de serviços em termos de transporte rodoviário e também em termos da transição digital, também irá ajudar bastante para nós estarmos também na vanguarda ao lado de outros países e não estarmos para trás.

Neste momento, sabemos que só tínhamos, acho eu, em 2021 a primeira vez que apareceu aqui, só tínhamos um único operador de TVDE que era em Ponta Delgada e desistiu rapidamente porque também não teve bastante ajuda com a quantidade burocrática existente.

E também porque, vamos ser sinceros, os taxistas também não ajudaram nessa conversa, como nós sabemos e tentaram persuadir essa pessoa para o deixar de o ser. Eu não vejo qualquer problema com isso, eu não vejo que os taxistas que façam um bom trabalho tenham algum problema com a entrada dos operadores dentro da Região Autónoma dos Açores, porque quem é bom profissional e que dá qualidade de serviço não tem que ter qualquer receio com este diploma que lamentavelmente não vai ser aprovado, mas nós vamos estar a favor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Muito obrigado ao Sr. Deputado Pedro Neves pela solidariedade, apesar de que eu sei que o Sr. é um grande adepto das viaturas elétricas e, por isso se calhar não gostou muito da minha retirada da obrigatoriedade das viaturas elétricas, mas é uma questão que me parece que fica ao critério do operador, o operador se quiser usar elétrico usa elétrico, se não quiser usar elétrico não usa, eu não uso elétrico porque eu não tenho dinheiro para ter uma viatura elétrica.

Em relação ao Sr. Deputado do CHEGA, José Sousa, eu percebo que o Sr. Deputado está cá há pouco tempo, mas acho que não reparou que na substituição integral está precisamente a questão da formação e, portanto, a formação está aqui, está com menor carga horária do que têm outras instituições, mas eu devo dizer que por mim também facilitava o acesso à vida do táxi. Agora é um diploma da República, é um diploma no qual eu já comecei a trabalhar há muito tempo, mas que está tão intrincado, tão complicado que eu nem sei sequer se um Grupo Parlamentar de 24 pessoas com os staff's grandes consegue mexer naquilo, vai-se tentando, mas o que é facto é que é demasiado complicado.

Mas há aqui uma questão que eu acho que tem sido utilizada como argumento que, por mim, é o argumento que cada um pode achar ser válido.

Mas na Casa da Autonomia, na Casa que decide aquilo que é para decidir como é que se faz nos Açores, numa matéria em que temos competência para fazer, usar o argumento de que ficamos à espera da República e da União Europeia para decidir, desculpa, isso na minha casa, chama-se desculpa...

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito bem!

O Orador: ... de mau pagador, desculpa de quem não quer votar a favor deste diploma porque quer agradar a uma classe específica, e, a questão é mesmo essa! E nós vamos continuar a ter um diploma cheio de restrições, que não é apelativo para as plataformas entrarem e vamos ter mais um Verão pela frente e mais um Inverno que vem e mais outro Verão pela frente em que as pessoas chegam aos

aeroportos à procura das plataformas e lhes dizem assim, aparece um bonequinho como aquele do Multibanco quando eu estou chegando ao fim do mês. Haja saúde, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Gaspar faça favor.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. parece que tem pressa em alterar este documento antes do tempo, tem tanta pressa que no espaço curto de tempo de quase 3 meses o Sr. já altera o documento duas vezes.

Eu acho que faz todo o sentido em função daquilo que é a apreciação que nós temos que fazer relativamente a essa matéria e daquilo que está a ser tratado na União Europeia, daquilo que será tratado em consequência disso na República que nós aqui também nos pronunciámos sobre esta matéria.

De referir que o PSD e o Governo de coligação são a favor dos TVDE, o que nós pretendemos efetivamente é uma melhoria deste serviço e que vá ao encontro dos interesses das instituições e das pessoas.

Relativamente a esta matéria, permita-me que lhe diga e refira aqui um relatório que foi emitido no dia 16 de abril de 2024, muito recentemente pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, um relatório até bastante vasto que diz, entre outras coisas, da necessidade de avaliar o regime do TVDE, questionando a validade das cartas de condução dos motoristas que não dominam a língua portuguesa ou mesmo a língua inglesa, nós não queremos isto aqui para os Açores.

Suscita também, diz o relatório, o eventual uso indevido das licenças de motoristas, vários motoristas partilham a mesma licença, nós não queremos isto aqui para os Açores.

Também referenciam que há indícios de fraude na formação, os formandos não assistem às aulas e, na avaliação, as respostas são copiadas e nem sequer compreendidas face à incompetência linguística dos formandos, nós também não queremos isso aqui para os Açores.

Existem denúncias de contratos de aluguer de viaturas entre particulares e operadores de TVDE, que posteriormente subalugam essas viaturas aos seus motoristas sem que estejam licenciados como empresas de aluguer de veículos, nós não queremos também isto aqui para os Açores

O que nós pretendemos aqui para os Açores é um conjunto de melhorias e definições, que desde logo vão ser imergidas dentro daquilo que é a União Europeia, porque essa questão do TVDE é debatida dentro do contexto da União Europeia e também tem implicações dentro do território nacional, o que nós podemos aqui é efetivamente ter um diploma que seja funcional, que seja coerente e que vá ao encontro efetivamente daquilo que são as necessidades das empresas e das instituições, disse.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não quero prolongar esse debate porque nós já percebemos o que é que aqui se passa e até podia ter feito uma interpelação à Mesa apenas para esclarecer aqui um assunto.

Parece que alguns Deputados recém-chegados a essa Casa não andaram na atividade política e não seguiam o trabalho parlamentar porque as substituições integrais são uma prática comum nesta Casa.

A entrada de propostas de alteração durante as audições que são pedidas na Comissão são uma prática comum nesta casa.

E nós hoje assistimos aqui com o voto favorável do Sr. Deputado Francisco Gaspar a uma coisa que eu nunca vi acontecer nessa Casa e já estive aqui três anos noutra legislatura, três anos na legislatura passada e já estou aqui há uns meses nesta legislatura, que foi termos que fazer uma alteração em sede de debate na especialidade, inventando que era aqui uma proposta para a comissão de redação final, que é muitíssimo mais grave...

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... do que apresentar um diploma e dois meses depois ter duas propostas de alteração e uma substituição integral, isto é muito menos grave do que aquilo que nós acabamos de fazer aqui há 1 hora atrás, mas é muito menos grave, que não dignifica esta Casa, não quis falar na altura nesse assunto, mas o que não dignifica esta Casa nem os Açores nem a Autonomia foi o que nós acabámos de fazer há pouco.

Isto que está aqui, propostas de alteração, substituições integrais, é uma prática legislativa comum, aqui e em todos os parlamentos que eu conheço, aqui e em todos os parlamentos que eu conheço, e, prevista no Regimento desta Assembleia.

Eu já percebi, não vale a pena insistirem, não querem reformar nada, mas eu vou insistir em reformar porque sou inconformado, eu tenho em casa umas botas de elástico, mas eu não sou salazarento!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Gaspar tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, eu não acho mal algum que sejam introduzidas alterações à semelhança daquelas que foram introduzidas.

Eu aproveito esta oportunidade para reforçar aquilo que eu disse, é que se no espaço de quase três meses o Sr. introduziu duas alterações, certamente está mais à vontade, até maio de 2025, de introduzir outras mais, e, desta feita o Sr. passa a melhorar melhor o diploma.

Agora o que está aqui em causa e que eu torno a reforçar é que nós não queremos aqui para os Açores aquilo que acabei de dizer, que é as fraudes, é a validade das cartas de condução, é o uso indevido das licenças de motorista, é um conjunto de denúncias que ocorrem a nível nacional, que é um problema evidente, e, que nós certamente não queremos aqui para os Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): Certamente que não querem, isso eu já percebi!

O Orador: Tenho dito.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Nuno Barata evocou o santo nome de José Pacheco em vão, e, veio à Terra José Pacheco, o omnipresente para se defender. Ó Sr. Deputado, as saudades que eu tenho quando o Sr. era um conservador, o Sr. agora já nem Liberal é, isso é mais uma anarquia do que outra coisa.

O Sr., em bom rigor, e, pelo respeito que tenho por si, pela amizade, e, ainda a semana passada, reunimos com a Associação de Táxis lá de São Miguel e eles disseram-nos claramente, que tem sido o nosso discurso, nós não somos contra as plataformas, nós somos contra é à desigualdade e esta coisa de eu ter que investir uma vida para ter uma profissão e depois chega cá um Sr. com 5 mil euros, que não sabe falar português, não sabe coisíssima, nenhuma e já é concorrente direto.

Eu pessoalmente até utilizo as plataformas quando me desloco, e, até tenho um episódio engraçado, é que uma vez chamei um Uber e vi que o Maomé vinha-me buscar, eu disse, hei pá Maomé, não, Jesus é que me vem buscar não há de ser o Maomé, mas isso são coisas à parte.

Agora a verdade é que nós e o Sr. Deputado Gaspar disse e disse bem, nós temos que saber liberalizar, com certeza que sim, Sr. Deputado, temos que saber reformar com certeza que sim, agora nós não podemos é fazer como a história dos três cafés, que é abrir tudo e matar todos. Nós, de certa forma, também temos que proteger um pouco o que há e ir criando algum equilíbrio que até já existe a lei, o Uber já existiu, era apenas um, veja lá que o Sr. está a discutir uma coisa que nem sequer é, enfim, seja aliciante para o mercado, eu compreendo a sua parte...

Deputado Pedro Neves (PAN): Então porque é que não aprova?!

O Orador: ... agora eu não compreendo é o querer escancarar a porta, o defeito é precisamente este, é que vão escancarar tanto a porta que vamos encher a casa de moscas e não é isso que nós queremos, nós queremos uma coisa equilibrada e eu tenho dito e a coerência, e, e lembra-se, quando nós falamos a primeira vez disto, o que nós dissemos várias vezes é que nós queremos equilíbrio, nós queremos proteger quem existe e, nesse caso, os taxistas que eu disse várias vezes, vocês têm que se modernizar, vocês têm que perceber que as regras do mercado e eles compreenderam, eles modernizaram-se, eles têm uma aplicação, é suficiente? Se calhar não é, eles próprios reconhecem isto, qual é a parte que está errada? É nós vivermos numa Terra tão pequena que quando nós começamos a puxar o tapete aqui e acolá, nós destruimos e nunca mais conseguimos reconstruir e tem acontecido em muita coisa, querem que eu fale das grandes superfícies e etc., que agora toda a gente percebe que a tal modernidade, o não ser bota de elástico, muitas vezes joga contra nós e destrói o pouco que temos.

Eu sou um homem da tecnologia, como o Sr. é, sou um amante destas coisas, mas há uma coisa que eu vou-vos dizer, eu gosto muito de tecnologia, mas se há coisa que eu gosto mesmo, é da minha Terra e da minha gente e eu jamais posso fazer coisas que vão contra uma classe, que vão contra um setor que até eu sou descendente. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Gaspar tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. É uma interpelação à Mesa.

Presidente: Interpelação, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em referência àquilo que eu acabei por fazer menção no relatório da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, para melhor apreciação das Srs. e dos Srs. Deputados, eu poderia fazer chegar este mesmo relatório à Mesa e posteriormente lhes ser distribuído. Obrigado.

Presidente: Sim Sr., Sr. Deputado, assim que a Mesa rececionar, irá distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar a “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores”, vamos votar na generalidade.

as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretária: A substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, foi rejeitada com 23 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 do BE e com 1 voto a favor da IL e 1 voto do PAN.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 4 - **Projeto de Resolução n.º 4/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortências dos Açores”**, é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, que efetuou uma substituição integral. Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa para a sua apresentação, faça favor.

(*) Deputado José Sousa (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apresentação do Projeto de Resolução n.º 4/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortências dos Açores”.

As hortências com o nome científico designado por *Hydrangea Macrophylla*, são um ícone paisagístico inultrapassável dos Açores e é um dos elementos turísticos mais conhecidos e mais utilizados, inclusive para promover a natureza da nossa Região.

As Hortências são ainda utilizadas para decorações variadas, nos tapetes das procissões, nos bodos das festas do Divino Espírito Santo e até exportadas para o estrangeiro após secas, com fins ornamentais, tal é a sua beleza, dando um contributo para a economia da Região e constituindo assim um potencial económico que merece ser mais bem explorado a nível comercial, sendo insofismavelmente uma figura incontornável de interesse público para a Região Autónoma dos Açores.

Considerando que o Decreto de Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do regulamento da União Europeia n.º 1143/2014, estabelecendo o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna. Considerando que este mesmo diploma no seu art.º 43.º n.º 1, prescreve que o regime previsto no presente Decreto de Lei é aplicável às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com as adaptações a introduzir por diploma regional adequado.

Considerando que no art.º 43.º no n.º 2, prescreve que sem prejuízo do previsto no número anterior, cabe às regiões autónomas dos Açores e da Madeira a definição das listas referidas no n.º 2 no art.º 6.º do Regulamento n.º 1143/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014.

Na base dessa questão, afigura-nos o atentado económico e paisagístico que esteve no Plano Regional da Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis para o período de 2003/2008, lançado pelo anterior Governo, que rapidamente evoluiu de boa intenção inicial de controlar as espécies invasoras em áreas sensíveis por uma deriva ideológica e ambientalista desproporcional, colocando em causa os interesses económicos e culturais da Região Autónoma dos Açores, mediante uma interpretação negligente, deturpada e abusiva da realidade sociocultural, dos costumes e do interesse do povo açoriano com as suas próprias idiossincrasias plasmado no art.º 17.º n.º 1 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugada com a falta de zelo e de má gestão dos recursos públicos.

Salienta-se que as hortências foram removidas de vários locais públicos, onde a reta da Achada na ilha Terceira é o exemplo acabado desta atuação extemporânea e desta decisão desastrosa do anterior Governo Regional dos Açores.

Neste momento, aquilo que poderia ser um dos cartazes turísticos da ilha Terceira, com a sua principal via pública florida, como esteve no passado, passou a um cenário desolador, com as bermas da reta da Achada cheias de infestantes.

Ao mesmo tempo que se promovem as hortências em termos turísticos, do outro lado, põe-se em causa os interesses da Região, com a perseguição a esta espécie, a nosso ver, por razões ideológicas, sem fundamentação nem demonstração de racionalidade prática, substituindo-as por soluções péssimas em termos de beleza ou deixando as bermas da estrada ao abandono.

O CHEGA Açores quer por isso repor urgentemente a beleza das nossas estradas e proteger as hortências das garras dos ambientalistas radicais.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CHEGA propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo o que foi partilhado com todos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Como é sabido e amplamente reconhecido, os Açores são donos de um extraordinário património natural que nós temos a missão de proteger e valorizar e que temos também a obrigação de preservar para as gerações vindouras, no sentido de consagrar esta missão de desenvolvimento sustentável da nossa Região.

É neste sentido que foram criadas ou que foi criada a Rede Regional de Áreas Protegidas, e, é também neste sentido que foi criada legislação que possa enquadrar juridicamente esta proteção é designadamente o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade, que foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A de 2 de abril.

É também neste contexto que nós estamos a rever este regime jurídico, bem como estão a ser delineados outros instrumentos importantes para efeitos de conservação da natureza e preservação da biodiversidade, como sejam a Estratégia Regional para o Controlo e Prevenção de Espécies Invasoras, a atualização da lista regional de espécies protegidas, a atualização da lista regional de espécies invasoras ou ainda a criação do catálogo de espécies florícolas dos Açores.

Apesar de nós estarmos agora, enfim, a analisar uma proposta de substituição integral do projeto de resolução inicialmente apresentado pelo CHEGA e que foi alvo de análise em Comissão Parlamentar, a maioria dos argumentos mantêm-se neste caso.

Como tive oportunidade de referir na CAPAT, a proteção da natureza representa um enorme desafio, sobretudo em paisagens humanizadas como os Açores, e, se por um lado nós temos a obrigação de proteger o nosso património natural e a nossa biodiversidade endémica e nativa, por outro lado, também temos de ter a capacidade de conciliar esta missão com os objetivos de desenvolvimento económico e social da Região e, portanto, é necessário garantir um equilíbrio entre estes dois desígnios olhando para a conservação da natureza de uma forma interdisciplinar. Neste contexto, no que se refere ao primeiro ponto que está agora em análise, há uma evolução em relação à redação que tinha sido apresentada inicialmente e há uma evolução que vem reconhecer de facto a hortênsia como uma espécie invasora por parte do CHEGA. E disso não pode haver absolutamente dúvidas nenhuma, até porque as evidências científicas já dão essa certeza, e, por

isso mesmo, no âmbito da Revisão do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade, nós iremos classificar essa espécie como invasora na Região, aliás, estas evidências nem sequer são novas, à luz do conhecimento científico que existia há altura em que este regime jurídico foi criado em 2012, já a Hortêncica classificada no top 100 da flora e fauna terrestre invasora da Macaronésia, que foi publicado em 2008, resta apenas saber porque razão, naquela altura, o Governo Regional entendeu não a classificar como invasora.

Para além disso, o seu elevado potencial invasor vem agora ser reconfirmado no segundo top 100, que foi elaborado em 2021 e que veio rever a análise de risco que foi efetuada em 2008. Contudo, felizmente, e apesar de a espécie não ter sido classificada como invasora em 2012 à luz dos princípios de precaução e de prevenção que estão plasmados neste DLR, houve sempre um entendimento por parte da autoridade ambiental de não autorizar a introdução e a detenção na Região Autónoma dos Açores de espécimes desta espécie.

Independentemente disso, numa lógica de podermos conciliar os objetivos de conservação da natureza com os interesses culturais e os objetivos de desenvolvimento social e económico, tive oportunidade de referir em sede de Comissão que à imagem daquilo que já acontece a nível nacional e também na Madeira, para algumas espécies exóticas invasoras, no âmbito da Revisão do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade, estaríamos disponíveis para avaliar a possibilidade de criação de um regime de exceção que permitisse a manutenção de exemplares de espécies com relevância cultural, histórica, gastronómica ou comercial em espaços públicos, desde que devidamente afastados de áreas protegidas e também de linhas de água. E neste contexto, o primeiro ponto resolutivo desta versão, que agora nós analisamos até poderia ter enquadramento após a eventual criação deste regime excepcional no sentido de manter nos espaços públicos os exemplares que já existiam, sucede,

porém, que no ponto 2 o CHEGA propõe efetuar o repovoamento na via Vitorino Nemésio ou na reta da Achada na ilha Terceira com Hortências, e, obviamente que o Governo Regional dos Açores não pode concordar com o teor desta proposta, desde logo porque cabe ao Governo Regional a responsabilidade pela conservação da natureza e pela preservação da biodiversidade e o Governo Regional, relembro, tem em curso um conjunto de projetos com esta missão que ultrapassam um investimento de 40 milhões de euros e, portanto, não faz sentido que seja o próprio Governo Regional a contribuir para a propagação de espécies invasoras, designadamente com ações de repovoamento em espaços públicos.

Por outro lado, porque a reta da Achada em determinados segmentos se aproxima demasiado de áreas protegidas, como acontece, por exemplo, com a Caldeira Guilherme Moniz e, portanto, nós não podemos acompanhar a proposta do CHEGA naquilo que se refere a este segundo ponto resolutivo que agora temos em análise. No que se refere ao último ponto resolutivo, o CHEGA propõe que o Governo Regional dos Açores autorize a exploração comercial das hortências, nomeadamente o seu cultivo e exportação em terrenos agrícolas, independentemente de poderem ser adotadas regras para o seu controlo, nomeadamente em locais próximos de zonas protegidas e de linhas de água. Ora, no âmbito de um regime excecional que possa ser criado, esta matéria reveste-se sempre de grande complexidade e de grande responsabilidade, pelo que não seria admissível, no nosso entender, aprovar uma proposta deste teor sem uma avaliação e uma validação técnica e científica prévia sem a definição estratégica de matérias importantes, como medidas de segurança e de controlo da dispersão desta espécie e sem a devida consulta e articulação com entidades relevantes, como sejam o Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, as câmaras municipais, as câmaras de comércio e as associações não governamentais do ambiente.

Para além de todos estes aspetos também não seria razoável aprovar esta recomendação sem garantir previamente uma articulação com os instrumentos que estão a ser criados, com vista a aumentar a nossa capacidade de promover a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade, designadamente no que se refere à estratégia regional para o controlo e prevenção de espécies invasoras.

E como tal, a possibilidade de criação de um regime excecional que possa prever a comercialização de espécies invasoras deverá ser sempre devidamente ponderada, estudada, delineada e articulada, e sempre, enfim, tendo em conta o princípio da precaução e, por isso mesmo seria uma tremenda irresponsabilidade aprovar esta redação de um dia para o outro, apresentada em sede de substituição integral e que tão pouco esteve sequer em análise em sede de Comissão.

A este respeito, importa de facto ter em conta também os contributos e os aportes que foram dados pelos académicos especialistas nesta matéria em sede de Comissão, designadamente o Professor Doutor Rui Elias e através de parecer escrito, o Professor Doutor Eduardo Dias, onde deixam claras as suas preocupações em relação aos impactos potenciais de medidas que possam aumentar a capacidade de expressão de espécies invasoras e, aliás, como acontece evidentemente com a Hortência. Neste contexto, permitam-me destacar alguns dos pontos mais relevantes do parecer do Professor Doutor Eduardo Dias, como sabem, é professor auxiliar da Universidade dos Açores e investigador do Centro de Biotecnologia dos Açores, sobre este Projeto de Resolução e cito: “A hortência é um arbusto de origem asiática que, quando naturalizada como nos Açores a planta muda em poucas gerações de flores estéreis para flores férteis, produzindo milhares de sementes anualmente e tornando-se rapidamente um enorme problema, onde foi introduzida a análise de imagens de deteção remota, bem como estudos de campo confirmam a expansão altamente preocupante a partir das áreas inicialmente plantadas, que chega a ser dezenas de vezes maior do que os plantações iniciais,

bem como a substituição da variedade estéril pela variedade fértil, estes dados factuais permitem confirmar a classificação da espécie exótica invasora, quer quanto à ameaça à biodiversidade quer à manutenção de áreas para a agropecuária. É uma planta de elevada toxicidade, sendo venenosa e potencialmente mortal, se ingerida por humanos ou animais domésticos ou de produção, a toxicidade para as vacas, por exemplo, é elevada, sendo possível a sua ingestão através de rolos de erva ou de silagem, ora estes são aspetos muito relevantes que reforçam ainda mais a necessidade de tratar este assunto com ponderação, fundamentação e responsabilidade, e de ter respeito pelo princípio da precaução, dada a elevada expansão desta espécie exótica invasora nos Açores, dada a facilidade de propagação e disseminação desta espécie, dada a forte capacidade competitiva, escapando-se frequentemente e colonizando rapidamente pastagens abandonadas, vertentes de ravinas ou crateras e áreas de vegetação natural, e, dado que, nas áreas naturais o impacto da proliferação da Hortêncica reflete-se em inúmeras espécies endémicas, dada também a sua toxicidade, e, dado finalmente que o XIV Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática se comprometeu a proteger, conservar e auxiliar o restauro de habitats naturais dos Açores.”. Assim sendo, por todos estes motivos, nós não podemos concordar e acompanhar aquilo que o CHEGA propõe neste Projeto de Resolução. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Pronto, de facto, há aqui umas dúvidas que eu tenho que questionar, algumas não, muitas! Rapidamente se torna um problema (festa) temos Hortências há 150 anos nos Açores.

O que tem-se tornado um grande problema é a Cana Roca não é a Hortências, ela está na berma da estrada, eu não a vejo ir para dentro da terra, as vacas também não as vejo comer Hortências, só por acaso. O Sr. se soubesse a quantidade de cianeto que tem numa planta de Hortências saberia que ela tinha que comer dois contentores de Hortências para morrer, ó Sr. pelo amor de Deus! Isto não tem cabimento na cabeça de ninguém, pelo amor de Deus, Sr. Secretário.

Embora seja importante, reconhecer que qualquer planta exótica tem o potencial de se tornar invasora o impacto positivo das Hortências nos Açores em termos culturais e económicos, supera e em muito os possíveis efeitos negativos, mais, a utilização contínua e já tradicional faz com que as Hortências sejam vistas como um símbolo cultural importante e não apenas como uma planta exótica.

Elas contribuem para a beleza única das paisagens açorianas, não é por acaso que usavam para promover os Açores, não é por acaso que eu estive na Feira de Santana aqui há dias e os brindes que o Governo oferecia lá tinha o quê plasmado? As Hortências! Oh, pá, pelo amor de Deus, então não estejam aqui a brincar connosco. Elas contribuem para a beleza que nós temos nos Açores, criam uma identidade visual distintiva, reconhecida internacionalmente e atraem turistas de todo o mundo para cá, portanto, geram benefícios económicos significativos para a Região, até agora as Hortências não foram um problema, o que é que acontece, agora diga-me o Sr. Secretário se faz favor, o que é que acontece quando a Hortências entrar para a lista de invasoras? Então já ninguém pode ter Hortências, o Sr. diz: ah, mas se for criado um regime de exceção, mas nós podemos pensar em criar um regime de exceção, ele não está criado e o pensar às vezes demora muitos anos, o que é que acontece quando as Hortências entrarem para essa lista de invasoras? As pessoas

já não podem ter Hortências em casa, as pessoas já não podem vender Hortências, ou seja, acaba-se o potencial económico das Hortências aqui nos Açores.

Então, enquanto não houver o regime de exceção, não se pode vender Hortências, eu já não posso ter Hortências no meu jardim, porque eu num instante vou fazer uma festinha à flor e morro com o cianeto, ó Sr. pelo amor de Deus! O Sr. que tome essas explicações, mas ponderadamente. Sabe muito bem que é falso dizer que uma vaca vai morrer, até um gato, que vai morrer por uma Hortências, então eles andam a esfregar-se nas flores, não vejo os gatos a morrer a esfregarem-se nas Hortências, agora as vacas vão morrer porque comeram Hortências, elas não comem Hortências primeira que tudo, se isso fosse real as vacas do Corvo já tinham morrido todas no Caldeirão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, permita-me que antes de começar a debater esta proposta, pronunciarmo-nos sobre ela, que faça uma ressalva e um reparo, não ao Sr. Presidente, mas à exposição de motivos desta proposta que julgo eu que introduz um conjunto de terminologia e de acusações que roça o insulto a um conjunto de cidadãos que são açorianos, mesmo que não fossem, a pessoas que são classificados como radicais e como tendo garras por serem ambientalistas, eu julgo que esses termos não deveriam ser utilizados em nenhuma exposição de motivos e nem no debate, não dignifica esta Casa e não respeita as pessoas que têm naturalmente de ser respeitadas em todas as circunstâncias.

Bem indo à proposta, a Hortênsia, espécie que está aqui em causa, espécie e a variedade que é cultivada, como é bem referido nos diversos pareceres, foi introduzida nos Açores no século XIX, mas a sua presença total em quase todos os caminhos da Região é algo muito mais recente e tem origem já na segunda metade do século XX.

Ou seja, essa expansão que existiu por ação humana é muito recente, e, não vou aqui ler os pareceres sobre esta matéria, mas teve um conjunto de objetivos à luz do conhecimento da época, dos gostos da época, mas todos devíamos reconhecer hoje que essa plantação massiva foi um erro.

Não sabiam certamente os efeitos que teria no futuro, mas hoje sabemos, e, o reconhecimento desse erro é fundamental, reconhecer que a Hortênsia é uma espécie com um potencial invasor muito grande e deve ser classificada como tal.

Ora, todos os pareceres científicos recebidos por este Parlamento no que diz respeito a esta proposta, que, entretanto, foi substituída integralmente, mas que, na verdade, alguns dos aspetos mais complicados e mais gravosos da proposta mantêm-se, todos os pareceres, como não poderia deixar de ser, alertam para esse carácter invasor e para os riscos para a biodiversidade, para a agricultura e para até os recursos hídricos.

A proposta de substituição que estamos a debater é, de facto, outra proposta e pretende que a Hortênsia sendo considerada uma espécie invasora, tenha um conjunto de exceções, mas pior, já não se refere apenas à Hortênsia, mas a outras possíveis espécies que não são discriminadas, ora que outras espécies é que se quer criar, para as quais se quer criar exceções que permitam a sua manutenção aos espaços públicos, nas bermas das estradas, jardins públicos, etc. Bem, já não se trata aqui apenas da Hortênsia, mas de outras espécies que não são discriminadas na proposta, ou seja, nesse aspeto piorou-se a proposta, piorou-se o problema, alargando o seu âmbito.

Aquilo que o CHEGA propõe é que seja classificada como invasora, mas que se deixe tudo como está e que ela continue a ser plantada, disseminada em locais públicos. Ora sobre esta matéria, aliás, o que o CHEGA não diz é como é que se evita a sua propagação, reconhece o problema das áreas protegidas, das linhas de água, mas não diz como é que impede a propagação, ora, esse é um problema que, do ponto de vista técnico, não digo que seja irresolúvel, mas é extremamente difícil de resolver e não vi nenhum dos pareceres a avançar com uma solução.

Se é possível, não dizemos que não, mas como é evidente, não há nenhuma informação que nos permita decidir como sendo possível.

Tudo indica que não é, aliás, as flores férteis dessa planta disseminam-se aos milhares, o que é efetivamente um problema, Sr. Secretário da Agricultura, tendo em conta que as Hortências estão plantadas nas bermas de caminhos agrícolas, a expansão dessa espécie para as pastagens e outros terrenos é um problema sério, um problema sério, com o qual o CHEGA não está preocupado, não está preocupado com a Agricultura dos Açores, não está preocupado com o facto de isso ser um custo para os agricultores terem que retirar e limpar os terrenos dessa espécie, não está preocupado com as possíveis mortes de animais devido à ingestão dessa espécie, não está preocupado com o facto de ser praticamente impossível de erradicar depois os restos, as raízes, os bolbos dessa espécie.

Ora, sobre esta matéria, os pareceres que recebemos, seja das associações ambientais, seja da Universidade, através do Professor Doutor Eduardo Dias, são claros quanto aos problemas graves que a Hortências pode causar na biodiversidade, na economia, nomeadamente na agricultura e na água e cito alguns trechos muito breve: “A espécie *Hydrangea macrophylla* tem uma ampla distribuição nos Açores, sendo já um grave problema que tenderá acentuar-se para formas dramáticas no futuro. Muitas áreas de pastagem, de montanha nos Açores, estão a ser invadidas pelo processo de reprodução das Hortências. Neste momento, à escala dos Açores

será provavelmente a terceira exótica invasora com maior área de distribuição, logo a seguir ao Incenso e à Conteira...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor não confunda hortências e conteiras. Isso é de uma desonestidade tremenda!!

O Orador: ... todas reconhecidas como graves problemas, como grandes invasoras, temos um gigantesco problema não apenas para a biodiversidade endémica, não apenas para a diversidade... Sr. Presidente, eu gostava de continuar, mas sinceramente não consigo.

Presidente: Sr. Deputado, pode-se inscrever sempre. Faz favor, Sr. Deputado António Lima.

O Orador: ...teremos um gigantesco problema não apenas para a biodiversidade endémica, mas também para as atividades agropecuárias e para a silvicultura, aliada à sua elevada toxicidade para pessoas e animais, ou seja, nós estamos perante um problema que é sério, que é grave, que não é uma brincadeira e que se está a tornar incontroável, e, está, como refere o parecer do Professor Eduardo Dias, pode ser efetivamente incontroável a breve prazo. Ora aquilo que se está a propor é uma irresponsabilidade e efetivamente o CHEGA não quer saber do Ambiente, ...

Deputado José Pacheco (CH): Nada, nada. Nem um pouco!

O Orador: ..., mas isso nós já sabíamos, mas também não quer saber da Agricultura, não quer saber da Silvicultura, não quer saber da Economia dos Açores, porque para o CHEGA vale mais uma Hortências como meio de propaganda de marketing dos Açores, que ainda por cima não tem sentido nenhum porque não é uma espécie dos Açores, não é uma espécie nativa muito menos endémica, mais um erro da parte da propaganda turística que se cometeu nos Açores, mas o CHEGA o que quer é propaganda das Hortências, nem que isso faça um prejuízo enorme à Agricultura e à Biodiversidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Pode dizer-se que até historicamente, as Hortências têm sido uma parte integrante da cultura açoriana ao longo de mais de 100 anos e utilizadas de múltiplas e diversas formas na Região, mas infelizmente, e, vou ter que repetir, doa a quem doer, estamos a testemunhar uma crescente tecnocracia ambientalista extremista e que ameaça a nossa cultura e identidade.

Não podemos sucumbir a essas ideologias radicais que tentam diariamente impor políticas rígidas e inflexíveis, ignorando os aspetos culturais, económicos e sociais que as Hortências representam para os Açores. Essas abordagens extremistas não são adequadas para a nossa Região e vão rapidamente causar mais danos do que benefícios. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Realmente há coisas que têm que se dizer ao microfone para ficarem registadas, eu acabei de ouvir aqui confundir Hortências com Conteyras, colocar no mesmo patamar, açorianos que todos conhecem o que é um “novelão” que é isso que se chama na minha Terra, quantos animais morreram comendo os “novelões”? Quantas pessoas já morreram? Aquilo nem comichão dá! E sabem o que é que eu estou a ver? Onde substituíram com os produtos que andaram a dar nas terras, mataram as Hortências e o que está lá no lugar das Hortências são Silvas, isso sim, infestantes.

Sr. Secretário da Agricultura, isto é que nós temos e ratos com fartura, mas nós aqui defendemos ratos, rolas, defendemos tudo, uma plantinha que não infesta nada, eu não sei que cientistas o Sr. conhece, mas, garantidamente eu não os quero conhecer, não é infestante nenhuma, qualquer um de nós, eu pelo menos tenho no meu quintal, leva 20 anos para o pobre da planta ficar deste tamanho, qual é a infestante que é uma Hortênsia é das coisas que mais trabalho dá para crescer, é o “novelão”, pronto é como o Sr. quiser, isso é ao gosto do freguês.

Eu não consigo compreender, os açorianos não conseguem compreender, nós caminhamos para proibir tudo nos Açores, sabem o que é que falta proibir nos Açores? Eu vou-vos dizer, os próprios açorianos! É a última coisa que falta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação.
Sra. Deputada Ana Jorge. É que isso da próxima vai mesmo para votação.

(*) Deputada Ana Jorge (PSD): Bem, Sr. Presidente, se me permite...

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

A Oradora: ... como estamos a ver o Tema permite-se a este ruído saudável, acho eu, também me parece que não podemos usar a ciência quando ela nos serve e descartá-la quando ela não nos serve.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo.

Começo esta intervenção com uma citação, que considero oportuna neste momento:

“O homem que teve a ideia de bordar as estradas com estas plantas devia ter uma estátua na ilha. Em nenhum outro lugar elas prosperam melhor: querem luz velada, humidade e calor – estão no seu meio.”

Este excerto é centenário, faz parte da conhecida obra “Ilhas Desconhecidas” de Raúl Brandão. Destaco no excerto: “O homem que teve a ideia de bordar...”, escrevia assim Raúl Brandão sobre a paisagem referindo-se a um elemento que parecendo natural não o era.

Fala-se aqui da *Hydrangea macrophylla*, conhecida nos Açores como Hortênsia, pelo menos é a forma como eu a conheço, não tanto por novelão ou novelos.

No início do Séc. XX não se dispunha do léxico ambiental do mundo atual, (está muito ruído na sala e, a esta hora acho que os açorianos que estão a aquietar-se para jantar precisam de um bocadinho mais de silêncio) não existiam os enquadramentos jurídicos, e política ambiental, tal como a entendemos nos dias de hoje, não se tinha o conhecimento científico de que hoje dispomos.

A *Hydrangea macrophylla*, conhecida nos Açores como Hortênsia, novelão ou novelos, é um arbusto muito ramificado desde a base, podendo atingir, até 3 metros de altura, com distribuição natural na faixa subtropical da Ásia oriental, como Japão e China, sobre o tamanho eu posso testemunhar.

Passo a citar: *Não é conhecida com exatidão a data e canais de introdução desta espécie nos Açores. Certo é que se encontram plantas do Género Hydrangea nos arquivos dos registos dos viveiros de José do Canto, no século XIX. Mesmo atualmente, ainda existem outras espécies de Hydrangea nos jardins de Ponta Delgada e Furnas, podendo ser a origem do cultivo nos Açores.*

Contrariamente ao que é, muitas vezes, considerado, a presença desta espécie na paisagem dos Açores é muito recente e conta com uma geração, apenas. Todas as imagens fotográficas das paisagens, anteriores aos anos 50, mostram uma paisagem desarborizada e sem caminhos agrícolas ladeados de hortênsias.

Mais tarde numa fase já acompanhada por estudos da Universidade dos Açores e devidamente documentada, a hortênsia avança com a entrada de Portugal na União Europeia (então CEE), com a implementação da PAC da altura, em que são

*ampliadas as áreas de pastagens de altitude, sempre acompanhadas da mesma estratégia: abertura de caminhos, implantação de tecido produtor (criptoméria ou pastagem) e bordadura com hortências das espécie *Hydrangea macrophylla*. É, assim, ampliada a distribuição desta espécie para as zonas altas dos Açores. Assim, em resultado, pelos anos 70 do século passado, temos a extensão desta espécie por todas as ilhas dos Açores, ao longo da maioria das estradas florestais e acessos agrícolas, facto muito bem aceite pelas populações, pelas propriedades acima referenciadas. Pela facilidade de propagação também expandida para terras privadas e incluídas em tradições etnográficas. (Citação).*

Ao longo do tempo a expansão da hortênsia revela uma capacidade de distribuição por sementes que a reprodução por estacas, inicialmente praticada nunca poderia ter.

Desta forma à escala dos Açores, será já provavelmente a terceira exótica invasora com maior área de distribuição, conforme reportado cientificamente, segundo estudos de monitorização realizados.

*A *Hydrangea macrophylla* faz parte da lista de espécies do Anexo II da Lista Nacional de Espécies Invasoras, do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de Julho que estabelece o regime jurídico aplicável ao controlo, detenção, introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna que assegura a execução, na ordem jurídica nacional o Regulamento (UE) n.º 1143/2014 (que também viu a sua Lista da União Europeia, recentemente atualizada pelo regulamento de execução 2019/1262, de 25 de julho), onde, de acordo com o Artigo 16.º, é interdita a detenção, cultivo, criação, comércio, introdução na natureza e o repovoamento de espécies incluídas na Lista Nacional de Espécies Invasoras.*

Portanto, não há invenção, há documentação, estão os factos perfeitamente localizados e passíveis de serem encontrados.

Os estudos apresentados consideram que se está a assistir ao início da fase exponencial, do avanço da hortênsia, já de difícil controle em muitas áreas, nomeadamente em áreas naturais e húmidas, afetando essencialmente habitats de altitude identificados como habitats prioritários pela Directiva Habitats (92/43/CEE), nomeadamente: as Turfeiras altas ativas de Sphagnum (7110), as Turfeiras de cobertura de Sphagnum (7130) e as Turfeiras arborizadas (91D0).

Poderá também ter impactos noutros habitats protegidos como: as Charnecas macaronésicas endémicas, Prados mesófilos macaronésicos, as Turfeiras altas, a Laurissilva dos Açores (esta com maior resiliência à sua entrada).

Os efeitos da introdução que importa também destacar de espécies exóticas e a sua naturalização estão associados a mecanismos responsáveis pela alteração global da biosfera, originando modificações profundas na estrutura e no funcionamento dos ecossistemas, levando a redução da biodiversidade, a extinção de espécies nativas, impactos socioeconómicos e alterações climáticas. (O ruído deve ser quando a coisa nos incomoda).

Estudos de campo com recolha de dados quantitativos em sede de projetos de monitorização mostram o avanço invasivo de hortênsia, a partir de sebes de pastagens, através de reprodução vegetativa e seminal.

Desta forma proteger uma espécie introduzida, reconhecida como invasora revela-se contraproducente. Assumindo a responsabilidade pela conservação da natureza e preservação da biodiversidade, o Governo Regional tem em curso projetos com estes objetivos que representam investimentos superiores a 40 milhões de euros, não faz sentido que o Governo possa contribuir para a propagação de espécies invasoras com ações de repovoamento em espaços públicos e por outro lado, no caso concreto da reta da Achada, que em determinados segmentos se encontra demasiado próxima de áreas protegidas, como já foi referido, como acontece com a Caldeira Guilherme Moniz.

Agir-se-ia de forma totalmente contrária ao princípio da precaução que tem vindo a ser adotado na Região por força de normativos europeus que assim o sugerem e daquilo que se pretende para a nossa Região, por as ilhas apresentarem um património vasto de endemismos (espécies que apenas existem em um determinado local) que o Governo dos Açores tem o dever de proteger e recuperar, até porque concorrem para o cumprimento de compromissos internacionais das Diretivas Aves e Habitats, da Convenção de Berna, da Convenção Ramsar ou da Convenção da Paisagem.

Veja-se por isso mesmo a criação da Rede Regional de Áreas Protegidas bem com a criação do Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012 de 2 de abril. Dever-se-á dar conta que a hortênsia não está incluída no Anexo IX, deste Decreto. Note-se, e, de forma clara que quando este Decreto foi criado em 2012 a hortênsia já deveria constar da Lista das Espécies da Fauna e Flora Invasora ou com risco ecológico conhecido constante do Anexo IX do diploma, uma vez que a espécie já constava do Top 100 Flora e Fauna Terrestre Invasora da Macaronésia publicada em 2008, não se conhece a razão pela qual não se procedeu a esta inclusão.

Em sede de Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito das diligências efetuadas, foi clarificado estar em curso revisão deste Decreto que classificará esta espécie como invasora na Região simultaneamente procedendo-se a delimitação de Estratégia Regional de Combate às Espécies Exóticas Invasoras nos Açores, atualização da Lista Regional de Espécies Protegidas, atualização da Lista Regional de Espécies Invasoras e criação do Catálogo de Espécies Florícolas dos Açores, também em fase final de elaboração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fundamental também considerar o significado que os elementos da paisagem têm na identidade de um povo, é para todos inquestionável o valor que os açorianos atribuem à hortênsia na relação que estabelecem com a paisagem, entendendo-a como identitária, facto que importará desconstruir, promovendo ações que clarifiquem a veracidade das paisagens açorianas, quer para o povo açoriano, quer para quem nos visita.

Importará assumir que os Açores não terão sido desde o seu povoamento reconhecidos pela presença da hortênsia que, como os estudos demonstram tem uma presença geracional, mas que dada a sua expansão e expressão tão marcante poderá assumir-se como uma falsa identidade, falsa porque como já se explicou não se trata de um endemismo.

Desta forma revela-se importante que, quer para os açorianos, quer também para os turistas nos devamos aproximar do real e verdadeiro valor da paisagem natural açoriana. Ela própria com valorização económica.

Chegados a este ponto é importante também perceber a possível conciliação entre conservação, proteção e valoração económica da hortênsia, que se compreende que importa equacionar dado existir um potencial económico na sua produção quer em verde quer em seco, existindo inclusive a possibilidade de exportação. Todavia com a classificação como invasora existem constrangimentos legais ao seu cultivo, pelo que o interesse económico poderá ter que se adequar aos mesmos.

Inocentar a hortênsia poderá não ser possível, pelo menos de forma indiferenciada e cega, bem pelo contrário podemos, percebendo-a nas vantagens que se lhe possam associar, mas essencialmente segundo a visão científica e esclarecida do que ela significa de forma holística para a sustentabilidade dos Açores, dos territórios que ocupa, sem nunca descurar o valor que conquistou a nível paisagístico, bem como o valor que poderá representar no setor da floricultura.

Como já ficou claro é possível encontrar os mecanismos legais, que de acordo com estatuto de classificação desta espécie, já atrás esclarecido, possam permitir a continuidade das hortências sem provocar danos à necessidade de preservação de ecossistemas e biodiversidade endémica, nomeadamente nas zonas protegidas e próximo de linhas de água, exigindo muito cuidado e responsabilidade em espaços contidos e definidos, considerando que será de controlar as formas mais agressivas de expansão no interior das áreas naturais, como já foi dito.

Segundo os estudos entende-se que mesmo nas condições ideais de controle, teremos durante muitos anos a presença de hortências na paisagem açoriana e seguramente na paisagem rural cultural, não sendo necessário mudar a estratégia atual para que ela subsista.

Estaremos assim a falar de um compromisso entre as hortências, os Açores e os açorianos assente no verdadeiro conceito de sustentabilidade, económico social e ambiental.

Simultaneamente cumpre às entidades competentes, em prol dos valores naturais originais das espécies endémicas promover a sua divulgação, alargando e educando a sensibilidade paisagística e cultural para o que sendo belo, é verdadeiramente açoriano.

Cumpra também às entidades competentes proteger, conservar e auxiliar o restauro dos habitats e ecossistemas açorianos, bem como preservar as paisagens naturais e culturais da Região.

Dar conta, ainda, que não foi ouvido o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre outras entidades sobre esta proposta agora aqui trazida.

Perante o exposto afastamo-nos do agora proposto no Projeto de Resolução 4/XIII - Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortências dos Açores, por se afastar da missão / compromissos internacionais/ enquadramentos

legais/ Programas e ações, com custos avultados, que se têm vindo a implementar na Região em sentido contrário.

Continuaremos a pautar-nos por princípios de preservação e conservação do Património Natural dos Açores, de valor inquestionável no mundo atual, que importa deixar como legado às gerações futuras. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Está-se aqui a pensar que o CHEGA também não se preocupa com o ambiente e que estamos a querer hortências em tudo o que é lado e não sei quê, não, nós só queremos manter a nossa Cultura, mas eu vou ter que ler alguns trechos aqui do nosso diploma apresentado, para que estejam cientes do que é que nós estamos a dizer. Ora, nós queremos uma alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A de 2 de abril, adaptando à realidade ambiental e económica dos Açores. No entanto, só pedimos uma exceção para espécies como a Hortências, nunca dissemos de outras, uma exceção para que se possa utilizar economicamente e para que as pessoas possam utilizar nas suas pastagens, não estamos a falar de outras, isso depois pode ser revisto por qualquer um de vós, mas, ainda que consideradas invasoras, ou seja, nós não estamos aqui a descurar do potencial invasor da planta, mas temos que perceber a sua importância cultural e económica e histórica até.

Depois, no final das nossas redações acaba sempre assim: “independentemente de poderem ser adotadas regras para o seu controlo, nomeadamente em locais próximos de zonas protegidas e linhas de água”, as zonas protegidas eu também sou de acordo que se tem de salvar.

No ponto 2, acaba da mesma forma, “exceto nos locais onde existam plantas endémicas, como uma densidade total que permite embelezar o espaço”. Agora, se tiver Silvas e Pica Ratos também não tem problema nenhum.

No 3º ponto acaba também: “nomeadamente em locais próximos de zonas protegidas e linhas de água.”

Portanto, eu não sei qual é a dúvida, simplesmente queremos um regime de exceção, eu também não sei qual é a vossa votação, eu tenho que olhar para todos os lados.

Queremos um regime de exceção antes sequer da planta ser colocada nesta lista de invasoras.

E agora já de vez responda-me, Sr. Secretário, que até ao momento não o fez, o que é que acontece depois das hortências entrarem para a lista de invasoras? As pessoas vão ter que arrancar do seu jardim? Vão poder repovoar nas suas pastagens? Vão poder usar de roda das igrejas, como acontece? Diga, Sr. Secretário, não vale a pena esconder o jogo, seja verdadeiro com os açorianos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares tem a palavra. Não pediu a palavra? Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Se Raúl Brandão voltasse a viver, ficaria muito triste com esta discussão, considerarem que as hortências são um atentado aos açorianos, aos animais domésticos e às vacas.

Primeiro argumento que foi aqui utilizado é que não é uma espécie própria dos Açores, veio de fora, se fossemos assim íamos para o Parque Terra Nostra e destruíamos metade daquilo, porque também foi importado.

Segunda questão, andamos aqui a lutar para encontrar soluções de rendimento para os açorianos, as hortências são uma fonte de rendimento, são exportadas, é uma que não é precisa ser subsidiada e vamos acabar com essa.

Terceira questão, o Governo Regional tem um orçamento limitado, tem que fazer opções e vai gastar 40 milhões de euros a arrancar hortências quando tem tanto para utilizar, nomeadamente em caminhos agrícolas. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições. Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação. Sr. Deputado José Sousa tem a palavra faça favor.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, eu peço educadamente que o Sr. dê uma resposta aos açorianos. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação. Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA traz-nos aqui um contrassenso político. Quando tomamos posse, fomos à tribuna jurar cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, ou seja, juramos cumprir e fazer cumprir a lei. Ora, isso aplica-se genericamente a todas as leis e não apenas

à Constituição e ao Estatuto e, portanto, o que o CHEGA está fazendo, é recomendar ao Governo que, perante uma espécie que é considerada invasora e exótica e para a qual ou para essa tipologia de plantas ou de espécies existe legislação específica para o seu combate e para a preservação do meio ambiente, está recomendando ao Governo que o Governo ignore as leis de proteção ambiental e promova a disseminação e a plantação em espaços públicos e, portanto, isto é à partida um contrassenso político e, portanto, não faz qualquer sentido.

Obviamente que é legítimo, ao CHEGA ou qualquer Deputado ou qualquer Partido fazer as propostas que entendem fazer, justificando-as como entender fazer, no entanto, obviamente, dentro daquilo que é a mesma legitimidade política, os outros Deputados e os outros Partidos também têm o direito de discordar. E nesta matéria, obviamente que discordamos, porque andamos já há muitos anos, há décadas até, neste Parlamento, a produzir leis para protegermos o ambiente dos Açores, andamos a promover os Açores como um espaço natural preservado e agora à luz do melhor conhecimento científico atual, sabendo que a hortênsia é uma espécie invasora, nós estamos aqui a discutir no Parlamento dos Açores uma proposta para que o Governo promova a plantação desta espécie invasora e, portanto, isto não faz sentido nenhum e, portanto, obviamente que somos contra esta proposta.

Fica em risco, materializando no terreno esta proposta, fica em risco a biodiversidade, os ecossistemas, as áreas protegidas, porque no trabalho de análise feito pela Comissão Parlamentar competente nesta matéria de ambiente, pudemos ouvir e recebemos pareceres científicos muito bem sustentados, que nos dão conta do carácter invasivo da hortênsia. Não está em causa a sua estética, não está em causa o gosto pela planta, está em causa, sim, o nosso ambiente e a proteção da nossa biodiversidade e, portanto, por tudo o que eu já disse, obviamente somos contra esta proposta. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa tem a palavra.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Considerando que esse mesmo diploma no seu art.º 43.º, e, vou ter que repetir, n.º 1 prescreve que o regime previsto no presente Decreto-Lei é aplicável às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com as adaptações a introduzir por diploma regional adequado, eu não sei o que é que aqui a gente está a falhar com a lei ou não querer respeitar a lei, nós podemos produzir esta lei, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Então porque é que não faz?!

O Orador: Nós estamos a pedir um regime de exceção que é legal e é usado na Madeira, porque é que aqui não pode acontecer? Ah muito inteligente, então é contra tudo e contra todos e agora já está a apoiar a criação da lei.

Portanto, se nós podemos fazê-lo, não é um contrassenso nem é fugir à lei nem é nada, nós podemos fazê-lo!

Sr. Secretário, peço mais uma vez, se tiver tempo e se quiser fazê-lo, responda se faz favor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional do Ambiente, faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, este é um assunto importante e sério e devo dizer, Sr. Deputado José Paulo Sousa que, independentemente de toda a legitimidade que o Sr. possa ter para fazer

as suas intervenções no estilo que pretender, os Professores Doutores Rui Elias e Eduardo Dias são investigadores de renome internacional, pessoas de prestígio que voluntariamente foram a uma Comissão Parlamentar para dar os seus contributos e tratam-se de contributos que resultam estas conclusões que se falou aqui, matérias importantes, nomeadamente a questão da planta se estar a adaptar e em poucas gerações passar de variedades inférteis para férteis ou de estéreis para férteis, isto são informações importantíssimas, Sr. Deputado, e, resultam de estudos e trabalhos científicos e, portanto, evidentemente que não me parece adequado que o Sr. se dirija a estas conclusões destes investigadores de renome internacional em tom juncoso, evidentemente que o Sr. pode, não me parece adequado que o faça, porque estes investigadores foram de livre e espontânea vontade dar o seu contributo à Comissão, não me parece adequado.

Esta espécie ocupa o 9.º lugar no top 100 e o 9.º lugar em 244 espécies avaliadas, portanto, não é um motivo de somenos preocupação e, portanto, nós devemos analisar, eu tive a oportunidade de dizer que, nós devemos encontrar formas de conciliar os interesses de conservação da natureza com aqueles que são os interesses de desenvolvimento económico e social e daí dizer-lhe que estaríamos disponíveis para avaliar em sede de revisão do regime jurídico, uma exceção que permitisse, atendendo, e é reconhecida, a importância cultural até identitária e eventualmente comercial e económica desta espécie, encontrar um regime excecional que permitisse manter as espécies onde elas já existem.

Agora não pode o Sr. entender nem o CHEGA que seria o Governo Regional, a quem cabe fazer a conservação da natureza, que iria fazer povoamento destas espécies, isto não é possível, não é enquadrável. E também não podemos, por um lado, a investir milhões de euros, e, Sra. Deputada Hélia Cardoso, não são 40 milhões de euros para erradicar a hortêncica, a Sra. sabe mais do que isso, reconheço que a Sra. sabe mais do que isso, são 40 milhões de euros no âmbito de projetos

LIFE para conservação da natureza e para proteção da biodiversidade e até adaptação às alterações climáticas que são financiados por instrumentos comunitários importantíssimos e em doses maioritárias, nomeadamente em 60% de cofinanciamento.

E, portanto, que entendimento faria uma Europa de nos estar a financiar projetos para nós estarmos depois a plantar e povoar as nossas áreas naturais com espécies que utilizamos o dinheiro para erradicar e para combater, não é possível fazer isso. E, portanto, o que me parece importante é todos nós termos noção de que esta espécie tem um elevado potencial invasor, tem elevada capacidade de degradar a biodiversidade, compete com as nossas espécies endémicas e nativas e tem uma capacidade de expressão enorme e estes são resultados de estudos científicos que nós devemos tê-los como credíveis que são, de investigadores de renome internacional e utilizá-los para construir alterações à legislação adequadas e, se for possível, no âmbito de uma alteração ao regime jurídico da conservação da natureza e proteção da biodiversidade, encontrar uma exceção que permita manter pelo menos a espécie onde ela já existe, ótimo, agora não será o Governo Regional, que tem que combater estas espécies, a plantá-las e a repovoá-las.

E também não me parece que uma matéria tão importante e tão delicada que deve ser devidamente fundamentada e articulada como a criação de um regime para a produção e para comercialização, não deva ser avaliada aqui de um dia para o outro, com a alteração que é feita em substituição integral e sem ter qualquer tipo de avaliação, nem tão pouco à Comissão, essa matéria em si, este ponto resolutivo foi submetido e, portanto, a fazer-se uma alteração dessas, ela deve ser devidamente ponderada, estudada, analisada e articulada e recebendo todos os contributos que nós possamos para criar legislação muito mais eficaz e que possa conciliar esses dois objetivos, de conservação da natureza e também desenvolvimento socioeconómico. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. A Mesa não tem mais inscrições. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, afinal, tinha razão.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): (estou a fazer a vontade aos Srs. Deputados).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É inevitável que a paisagem natural dos Açores tenha sido alterada ao longo dos tempos, com a introdução de espécies exóticas que adquiriram comportamentos invasores, uma vez que encontram nos Açores comportamentos ideais para o seu desenvolvimento e isso já foi referido aqui várias vezes.

Estas invasões, sem dúvida, que promovem alteração e destruição de habitats naturais e muitas delas têm já poder destrutivo em paisagens naturais, que causam impacto negativo não só a nível ecológico, mas também turístico, se considerarmos que um turismo natureza pretende um deslumbramento do património natural endémico em cada uma das ilhas dos Açores.

Também já vimos aqui um pouco da introdução da espécie da hortênsia, que tem realmente uma introdução como ornamental no século XIX, mas que depois tem uma produção extensiva no final dos anos 50, início anos 60, que no programa de florestação com a criptoméria para abertura de caminhos e ladear os mesmos.

Mas sem dúvida que esta espécie já tem um crescimento e uma distribuição muito ampla em todas as ilhas.

A presença nas várias paisagens dos Açores, ela é conhecida e reconhecida pelos açorianos, sem dúvida, quer pelos que nos visitam, mas também sendo provavelmente uma das paisagens mais fotografadas nos Açores pelos turistas, mas

também esses mesmos turistas, muitas das vezes, visitam o nosso património natural como a Rocha dos Bordões nas Flores ou o Caldeirão no Corvo e veem uma paisagem completamente alterada por esta espécie, causando os graves problemas ecológicos.

O que nós estamos perante aqui, o que o Grupo Parlamentar do CHEGA nos faz é um projeto de resolução e se realmente pretendiam uma alteração ao DLR, poderia nos ter apresentado uma alteração ao Projeto Legislativo n.º 15/2012 e assim tinha aquilo que pretendia e não recomendar ao Governo o que é que pretende.

Mas também, o que estamos agora nesta fase a analisar, é uma substituição integral de um Projeto de Resolução, com premissas completamente contrárias, principalmente o 1.º ponto, daquelas que foram analisadas na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

E pode-se ler no relatório desta forma: “ segundo Francisco Lima, (e não sou a falha, está assim no relatório), mas, segundo o Deputado Francisco Lima, neste momento temos um DLR que não considera a planta hortênsia como invasora, mas a interpretação que faz da lei é que é invasora, levando à proibição do cultivo, perante isso o CHEGA apresentou esta proposta de alteração para clarificar esta situação, ou seja, reafirmar a hortênsia como não invasora, no entanto, o projeto que nós estamos agora a analisar neste momento, e, sem ir à Comissão nos seus novos pontos é que, agora temos ainda que considerada como invasora, ou seja, agora nesta alteração do projeto de resolução já consideram como invasora quando todas as audições foram tidas em contrário com essas premissas e acho isto importante.

À luz da legislação, realmente o que nós temos é um Decreto-Lei que considera como invasora a hortênsia no continente e que deverá esta classificação ser atribuída às regiões autónomas, que a Madeira já o fez e que até ao momento, realmente não está no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012, mas que, e, como

já referido várias vezes aqui, é uma espécie que está listada no Top 100 das espécies exóticas invasoras da Macaronésia, sendo uma das espécies mais nocivas na Região.

Pela audição presencial do investigador Doutor Rui Elias e pelos pareceres escritos que podem depois ser lidos no anexo, foi demonstrado que a hortênsia, pelo seu comportamento vegetativo, tem as características de uma espécie invasora e que deve ser classificada como tal.

Quero realçar, sem dúvida, a importância e o rigor científico destes pareceres e da audição que são de investigadores da nossa Academia açoriana de excelência e que, por isso, devem ser enaltecidos e que todos eles apresentam um teor e um rigor científico exímio e internacional.

Por outro lado, também as audições da Comissão foi realçado que a hortênsia, tem elevado interesse económico, seja indiretamente, seja diretamente pela comercialização da flor em seco para o mercado europeu e que demonstra um grande interesse pela Região e que pode ser, por exemplo, um produto de elevado valor acrescentado. Na audição, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática também informou que a Hortênsia vai ser classificada como invasora no âmbito da revisão que está em curso do regime jurídico da conservação e que irá promover um regime de exceção para um conjunto de espécies, não apenas para a hortênsia, e, que sejam consideradas relevantes do ponto de vista comercial, à semelhança do que foi feito a nível nacional e da Madeira e que se concilie os interesses sociais, económicos e culturais com os interesses ambientais, este muito parecido com o primeiro ponto que agora nos apresenta.

Perante o exposto pelo Sr. Secretário, nomeadamente sobre os regimes de exceção, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista destaca a necessidade de ser efetuado um plano de motorização de todas as exceções que venham a ser criadas para todas as espécies com este comportamento vegetativo invasor, de forma que não haja

uma proliferação para as áreas ambientais e que haja este desastre ecológico que se prevê com esta espécie, nomeadamente nos pareceres que nos foram indicados. Também consideramos importante realçar a estratégia para a biodiversidade da União Europeia 2030, que contém o compromisso de gerir as espécies exóticas invasoras e diminuir em 50% o número das espécies da lista vermelha, que ameaçam até 2030, a estratégia e controlo de prevenção de invasoras, como foi dito até numa das audições, foi um processo iniciado em 2019, é essencial para a revisão do Decreto Legislativo Regional 15/2012 e está na posse do Governo Regional de coligação desde 2021 e que até ao momento se desconhece e que esta sim é uma forma clara de regularizar esta situação de forma clara e sem interpretações dúbias e diferentes nas várias ilhas dos Açores.

Assim, o Governo tem em si a responsabilidade de uniformizar os procedimentos através da atualização e legislação e também assumir qual é a estratégia e o caminho que quer seguir nas áreas da conservação e proteção ambiental dos Açores, do património e nomeadamente, e, naquilo que nós estamos a debater agora a todo o controlo e tudo aquilo que será previsto no regime de exceção de todas as espécies invasoras, para que possa ser claro e distinto tudo o que vai ser excecionado, em que medidas em que seja completamente protegido todo o património natural dos Açores, que tem que ser cada vez mais protegido em prol de toda a biodiversidade dos Açores e todo o trabalho que foi feito até ao momento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Este diploma do CHEGA, sendo uma recomendação ao Governo, não vai acolher o voto favorável da Iniciativa Liberal, mas também não vai acolher o voto contra. Mas há três ou quatro considerações que eu gostava de deixar à Câmara e gostava de deixar também este alerta, porque, muitas vezes embarcamos em ideias radicais, umas de um lado outras de outro, e, acho que este é um daqueles assuntos em que é preciso distinguir dois níveis de preocupação.

Na verdade, a *Hydrangea macrophylla* tem muitas variedades, e, nós temos em três ilhas dos Açores, uma variedade que se multiplica rapidamente, que cresce rapidamente e que ocupou espaços que anteriormente estavam ocupados por floresta endémica, temos esse exemplo nas Flores, temos esse exemplo em São Jorge e temos esse exemplo aqui no Faial, nomeadamente numa das zonas a proteger com maior afinco e que é a zona da Caldeira.

Mas, tem outras variedades que não são de proliferação assim tão fácil e também reconhecamos, quantas fotografias daqui agora para frente nós vamos ver nas redes sociais e partilhadas por todo o mundo da estrada do Portal do Vento para as Sete Cidades, da estrada para as Capelas, da estrada para a Lagoa do Fogo, da própria estrada para a Caldeira do Faial e quantas casas vamos ver enfeitadas com “novelãs” ou “novelões” depende das “opiniãs” ou das opiniões, daqui para a frente nas festas de freguesia nas festas religiosas, nos impérios e nas procissões?

Mas há um dado ainda mais importante e isso é um alerta que deixa ao Sr. Secretário Regional do Ambiente, o *Pyrrhula Murina*, também conhecido por Priôlo, ave endémica dos Açores em vias de extinção, tem como principal alimento durante a nidificação, precisamente os rebentos da flor da hortênsia, mais de 90% dos registos fotográficos que eu conheço de Priôlos são feitos em cima de plantas de hortênsia e a comer os rebentos da planta da hortênsia. Não é por estarem, como estão os serviços da Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves, a cortar criptomérias na Serra da Tronqueira para meter endémicas que o Priôlo se vai fixar

ali, o Priôlo fixou-se ali por uma necessidade, porque estava a ser perseguido nas searas da Vila da Povoação e da zona da planície de Santana.

E, portanto, essa preocupação nós também devemos ter, não temos que ser radicais por um lado, nem temos que ser radicais pelo outro, proteção da biodiversidade, sim, mas também temos que ter noção de que essa biodiversidade também se faz de plantas introduzidas, de plantas exóticas e como alguém disse, já aqui, se fosse para destruir tudo o que foi introduzido, então começaríamos pelo Parque Terra Nostra, pelo Jardim António Borges, pelos parques aqui do Faial ou por muitas outras zonas onde alguém, felizmente, teve o dinheiro e o bom senso de fazer aquilo que nós hoje estamos fruindo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 4/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortências dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 4/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 2 do CDS, 1 do BE e 1 do PAN com a abstenção de 22 votos do PS e 1 da IL e a favor 5 votos do CHEGA.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É apenas para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido. Regressamos amanhã às 10h00. Boa noite a todos e bom descanso.

Os trabalhos terminaram às 19h46

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Alberto Garcia Castro Pereira da Costa

Luís Carlos Cota Soares

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

DOCUMENTOS ENTRADOS

1- Projetos de Proposta de Lei:

Assunto: Que autoriza o Governo a alterar o IRS Jovem para uma taxa máxima de 15%, para jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - PCM (MF) - (Reg. PL 33/XXIV/2024) - Audição n.º 2/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 – 05 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 31;

Assunto: Que autoriza o Governo a isentar de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo a compra de habitação própria permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto de Selo - PCM (MF) - (Reg. PL 34/XXIV/2024) - Audição n.º 3/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 – 05 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 31;

Assunto: Que aprova medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, o Código do Imposto de Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais - PCM/MF) - (Reg. PL 24/XXIV/2024) - Audição n.º 4/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 – 05 – 28

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024 – 06 – 05;

Assunto: Que Autoriza o Governo a revogar a contribuição extraordinária sobre os imóveis em alojamento local, bem como a fixação do coeficiente de vetustez aplicável aos estabelecimentos de alojamento local para efeitos de liquidificação do imposto municipal sobre imóveis e a eliminar obstáculos fiscais à mobilidade geográfica por motivos laborais - PCP (MF) - (Reg. 32/XXIV/2024) - Audição n.º 5/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 – 05 – 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2024 – 06 – 17.

2- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 10/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR010.pdf>

Assunto: Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

N.º 11/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR011.pdf>

Assunto: Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

3- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 6/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpDLR006.pdf>

Assunto: Adapta o regime jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses no território continental à Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2024 – 07 – 08;

N.º 7/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpDLR007.pdf>

Assunto: Estabelece as regras e procedimentos relativos ao processo de descongelamento dos trabalhadores da carreira especial médica, a adotar pelos serviços e organismos que integram o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2024 – 07 – 08;

N.º 8/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpDLR008.pdf>

Assunto: Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 9/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIPEpDLR009.pdf>

Assunto: Aprova o Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 – 07 – 04.

4- Anteproposta de Lei:

N.º 3/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIAPpL003.pdf>

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Petições:

N.º 4/XIII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti1072.pdf

Assunto: Pelo regresso à utilização dos manuais em papel e utilização dos tablets e computadores como recurso de apoio

Proveniência: Augusto Simas Borges de Castro

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

6-Requerimentos:

Assunto: Declaração de inconstitucionalidade

Autores: Vasco Cordeiro, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 64/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque64.pdf

Assunto: Falta de manutenção das gruas de Castelo Branco e Varadouro prejudica atividade piscatória no Faial

Autores: Lúcio Rodrigues e Inês Sá (PS)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 29

Referência: 54.02.07 – N.º 65/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque65.pdf

Assunto: Reposição do tempo de serviço inter-carreiras

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31

Referência: 54.09.00 – N.º 66/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque66.pdf

Assunto: Ponto de situação do processo Concursal para Técnico Superior no âmbito do projeto LIFE SNAILS

Autores: Joana Pombo Tavares e João Vasco Costa (PS)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 03

Referência: 54.02.01 – N.º 67/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque67.pdf

Assunto: Dados sobre aplicação da Portaria 58/2023/A

Autores: Inês Sá, Sandra Costa Dias, Russell Sousa, Dora Valadão, José Miguel Toste, Lúcio Rodrigues e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05

Referência: 54.02.00 – N.º 68/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque68.pdf

7-Respostas a Requerimentos:

Assunto: Esclarecimentos sobre descontaminação de solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória devido à falta de respostas do Governo Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 27

Referência: 54.02.03 – N.º 44/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp44.pdf

Assunto: Governo Regional abandona a estratégia para o parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31

Referência: 54.02.01 – N.º 46/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp46.pdf

Assunto: Informação concurso Termas do Carapacho

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31

Referência: 54.10.04 – N.º 47/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp47.pdf

Assunto: Incumprimento do Passe Social Gratuito

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31

Referência: 54.08.00 – N.º 50/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp50.pdf

Assunto: Resultados da correção do juro de mora aplicado às dívidas da Região e dos Hospitais à EDA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 49/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp49.pdf

Assunto: Falta de condições de segurança no porto das Ribeiras

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04

Referência: 54.02.06 – N.º 53/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp53.pdf

Assunto: Concurso de privatização da Companhia Aérea Azores Airlines, S.A.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 55/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp55.pdf

Assunto: Sistemas de abastecimento de água à lavoura em São Jorge

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04

Referência: 54.01.05 – N.º 56/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp56.pdf

Assunto: Para quando a entrada em funcionamento do renovado Porto das Pipas em Angra do Heroísmo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04

Referência: 54.10.03 – N.º 57/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp57.pdf

Assunto: Serviço de transporte público terrestre de passageiros em São Miguel

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05

Referência: 54.09.02 – N.º 59/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp59.pdf

Assunto: Ponto de situação da estrada regional entre a Serreta e o Raminho

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05

Referência: 54.09.03 – N.º 61/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp61.pdf

Assunto: Setor vitivinícola nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05

Referência: 54.09.00 – N.º 63/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp63.pdf

8-Informações:

Assunto: Correspondência por correio eletrónico solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a divulgação junto dos Srs. Deputados duma proposta de modo a assegurar as faltas e o funcionamento das associações de pais e federações e financiamento por contratos programa previsto na lei

Proveniência: Maria do Rosário Bairos Figueiredo, Presidente da Direção da Federação de Associações de Pais dos Açores (FAPA)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22;

Assunto: Ofício ref.^a RPIL016 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 3/XIII - Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»

Proveniência: Alexandra Cunha, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 05 – 22;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 23 de maio de 2024, se procedeu à eleição da Mesa da Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo, tendo ficado assim constituída: Presidente – Deputado Jaime Vieira (PSD); Relatora – Deputada Salomé Matos (PSD); Secretário – Deputado José Miguel Toste (PS)

Proveniência: Jaime Vieira, Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 23;

Assunto: Correspondência remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, informando que os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Délia Melo, Sabrina Furtado, Salomé Matos e Luís Raposo, Catarina Cabeceiras do Grupo Parlamentar do CDS-PP e João Mendonça, da Representação Parlamentar do PPM, apresentam como candidato e representante da ALRAA para integrar a Comissão de Análise e Acompanhamento do Programa Regional de Apoio à Comunicação

Social Privada - PROMÉDIA 2020, o Deputado Paulo José da Cunha Simões (PSD), remetendo em anexo a sua declaração de aceitação de candidatura

Proveniência: Os Deputados João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Délia Melo, Sabrina Furtado, Salomé Matos e Luís Raposo, Catarina Cabeceiras e João Mendonça

Data de Entrada: 2024 – 05 – 24;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto Resolução n.º 7/XIII (IL) – Recomenda ao Governo Regional a alteração da regulamentação no que concerne ao licenciamento de táxis com distintivo e cor padrão, até 27 de junho de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 28;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2024/462 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII - Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Duarte Pimentel, P'lo Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 05 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto Resolução n.º 8/XIII (BE) – Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas, até 30 de junho de 2024

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 29;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Posição do CNADS sobre a Proposta de Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore (PAER)

Proveniência: Sofia CastelBranco da Silveira, Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer por 30 dias, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII (GOV) – Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a prorrogação da substituição temporária por motivo relevante, nos termos

previstos no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, até ao dia 18 de junho (inclusive)

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/79/JMP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório de Execução – Recuperação dos Danos Provocados pelo Furacão Lorenzo, referente ao 2.º semestre de 2023

Proveniência: João Manuel Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 06 – 03;

Assunto: ofício S/061/2024/XIII remetido por correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para o período legislativo de junho, de um debate de urgência sobre a situação operacional do Grupo SATA, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 75.º do EPARAA e dos artigos 16.º n.º 1, alínea e) e 185.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 06 – 03;

Assunto: Ofício ref.^a 57328065 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com notificação para que o Senhor Deputado Lúcio Manuel da Silva Rodrigues, possa prestar depoimento na qualidade de testemunha, no âmbito do processo 54/24.4T8HRT, que corre termos

no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica da Horta – Juiz 1

Proveniência: Fátima Borralho, Oficial de justiça

Data de Entrada: 2024 – 06 – 03;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 25 de junho de 2024, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII (PAN) – Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04;

Assunto: Ofício ref.^a S/27388/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório de Atividades e Contas do Tribunal de Contas, bem como o Relatório de Atividades da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativos ao ano de 2023

Proveniência: José F. F. Tavares, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 06 – 04;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2024/88/JMP a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório de Execução – Recuperação dos Danos Provocados pelo Furacão Lorenzo, referente ao 1.º trimestre de 2024

Proveniência: João Manuel Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a RPIL017/2024 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05;

Assunto: Ofício S/067/2024/XIII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 06 – 06;

Assunto: AT/879/2024 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores qua a Sra. Deputada Hélia Cardoso passa a substituir o Sr. Deputado Francisco Lima na Comissão Especializada Permanente de Economia, com efeitos a partir de 6 de junho de 2024 mês e anos, inclusive

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 06 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Francisco Lima, Deputado do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 06 – 06.

6- Relatórios:

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 28;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19662.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Lubélio de Fraga Mendonça

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 28;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19663.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 106/XVI/1.^a (BE) – Antecipa a data para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de bases do clima (Primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima) - Audição n.º 7/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 03;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 105/XVI/1.ª (BE) – Altera a Lei de bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional para proteção do interesse público e da proteção ambiental (Segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril) - Audição n.º 6/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05.

Assunto: Do requerimento de audição da Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social com carácter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 06 – 07.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19709.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 07;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19713.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a alterar o IRS Jovem para uma taxa máxima de 15%, para jovens até aos 35 anos, através da

alteração do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - PCM (MF) - (Reg. PL 33/XXIV/2024) - Audição n.º 2/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31;

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Autoriza o Governo a isentar de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo a compra de habitação própria permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto de Selo - PCM (MF) - (Reg. PL 34/XXIV/2024) - Audição n.º 3/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 31;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII (IL) – Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR002.pdf>

Assunto: Sobre a Anteproposta de Lei n.º 2/XIII (CH) – Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICAPpL002.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei que - Aprova medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, o Código do Imposto de Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais - PCM/MF) - (Reg. PL 24/XXIV/2024) - Audição n.º 4/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05.

7- Diários e Separatas:

Estão presentes nesta Sessão Plenária as Separatas n.ºs 7, 8 e 9/XIII.

A Redatora, *Sónia Furtado*